

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

**Pedro Abelardo de Santana**

**Aldeamentos indígenas em Sergipe Colonial:  
subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica**

**Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos  
2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

**Pedro Abelardo de Santana**

**Aldeamentos indígenas em Sergipe Colonial:  
subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, na Área de Concentração: Formas e processos tradicionais de ocupação do território brasileiro: Estudos arqueológicos, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Francisco José Alves.

**Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos**  
2004

Ficha catalográfica:

S232a Santana, Pedro Abelardo de.

Aldeamentos indígenas em Sergipe colonial: subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica / Pedro Abelardo de Santana; orientação de Francisco José Alves. – São Cristóvão, 2004.

116 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

1. História colonial. 2. Arqueologia Histórica. 3. Aldeamento. 4. Índios em Sergipe. I. Santana, Pedro Abelardo de. II. Título.

CDU 94 (813.7).03

**Pedro Abelardo de Santana**

**Aldeamentos indígenas em Sergipe Colonial:  
subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, na Área de Concentração: Formas e processos tradicionais de ocupação do território brasileiro: Estudos arqueológicos, para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 21 de junho de 2004.

Conceito: "A" com distinção.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professor Doutor Francisco José Alves  
Universidade Federal de Sergipe  
Presidente

---

Doutora Maria Augusta Mundim Vargas  
Universidade Federal de Sergipe  
Membro interno

---

Doutor Calos Alberto Etchevarne  
Universidade Federal da Bahia  
Membro externo

## Sumário

Resumo .....	6
Summary .....	7
Agradecimentos .....	8
Introdução .....	9
Capítulo I	
Aldeamentos indígenas em Sergipe (séculos 17, 18 e 19) .....	24
Aldeamento de Geru .....	34
Aldeamento de Água Azeda .....	55
Aldeamento de Aracaju .....	66
Aldeamento de Japarutuba .....	71
Aldeamento de Pacatuba .....	78
Aldeamento de São Pedro do Porto da Folha .....	86
Aldeamento do Jacaré .....	99
Conclusões .....	106
Bibliografia .....	108
Fontes .....	111

## Resumo

**“Aldeamentos indígenas em Sergipe Colonial: subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica”** é uma dissertação de mestrado, baseada em documentos históricos e em literatura. Sintetiza o conhecimento produzido sobre os aldeamentos indígenas sergipanos, fundados entre os séculos 17 e 19. Tomando como parâmetros teorias e metodologias utilizadas pela Arqueologia Histórica, recupera informações e formula indagações com o propósito de servirem como subsídios para futuras escavações arqueológicas nos sítios dos antigos aldeamentos. São destacados aspectos como suas funções na sociedade colonial, sua economia, a vida social e religiosa, entre outros. Os aldeamentos estudados são: Geru, Água Azeda, Aracaju, Japatuba, Pacatuba, São Pedro do Porto da Folha e Jacaré.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica; aldeamentos; índios.

## Summary

**“Indigenous villages in Colonial Sergipe: subsidies for the investigation of Historical Archaeology”** it is a master dissertation, based on historical documents and in literature. It synthesizes the knowledge produced on the villages indigenous of Sergipe, founded among the centuries 17 and 19. Taking as parameters theories and methodologies used by the Historical Archaeology, it recovers information and it formulates inquiries with the purpose of they be good as subsidies for future archaeological excavations in the sites of the old villages. They are outstanding aspects as its functions in the colonial society, its economy, the social and religious life, among others. The studied villages is: Geru, Água Azeda, Aracaju, Japaratuba, Pacatuba, São Pedro do Porto da Folha and Jacaré.

Keywords: Historical Archaeology; villages; Indians.

## **Agradecimentos**

A maioria esmagadora dos meus amigos universitários reclama de seus orientadores por serem omissos nas suas obrigações ou por fazerem interferências descabidas. Este é um mal do qual não padeço. Desde a minha graduação em História tenho os meus trabalhos orientados pelo professor Doutor Francisco José Alves. Como orientador ele interfere bastante, mas em todas as suas sugestões tenho sentido que a minha escrita e o meu faro de pesquisador saem ganhando. Por isso, mais do que um agradecimento é o reconhecimento da sua contribuição positiva na minha trajetória acadêmica.

Às professoras da Universidade de São Paulo, Doutora Marisa Afonso Coutinho, que exerceu o papel de “mater” durante o mestrado e Doutora Maria Cristina Oliveira Bruno.

Aos companheiros Jackson Bruno, Fabrícia Oliveira Santos e Renaldo Ribeiro Rocha. Este, junto comigo fomos como “argonautas” em nossas viagens ao Rio de Janeiro e a São Paulo colher informações para os nossos estudos.

Aos professores do Mestrado em Geografia, Doutor Josefa Eliana Santana de Siqueira Pinto e Maria Augusta Mundim Vargas e Doutor José Alexandre Felizola Diniz, o “Pai” da área de Arqueologia.

Ao arqueólogo Carlos Etchevarne, que durante uma reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira deu-me sugestões preciosas sobre fontes para esta dissertação.

A Tereza Cristina Cerqueira da Graça, José Mário dos Santos Resende, Magna Meneses, amigos e colegas de trabalho do Arquivo Público da Cidade de Aracaju, por contribuírem com suas inteligências para a confecção deste trabalho.

A José Hunaldo Lima, pelos mapas com informações precisas.



## Introdução

Cerca de uma dezena de estudos exploraram variados aspectos da temática indígena em Sergipe; uns foram mais bem sucedidos que outros, por três motivos: escassez de fontes primárias, dificuldades para acessá-las e timidez na interpretação. Para retomar essas pesquisas com perspectivas de avanço, a Arqueologia Histórica se constitui em um procedimento recente no continente americano, mas capaz de alargar o conhecimento sobre o passado da Colônia até os anos recentes, através da aliança entre fontes escritas e a cultura material procedente de escavações. Em Sergipe, os antigos aldeamentos indígenas ou “Missões” são repositórios seguros de parte da memória de nossa história, sítios potenciais para averiguações de cunho arqueológico, sobre os quais nada ainda foi pesquisado. É um estado praticamente inexplorado pela Arqueologia Histórica.

Esta dissertação, ao abraçar como tema os extintos aldeamentos de índios, tem um certo pioneirismo. Seu embasamento é a pesquisa bibliográfica e documental. As fontes que consultamos se encontram publicadas, na sua maioria, pela Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dentre outras instituições. As fontes não publicadas integralmente estão no Arquivo Público do Estado de Sergipe. Os dados coletados possibilitaram a redação de uma síntese histórica e um mapeamento, na atual divisão administrativa de Sergipe, dos aldeamentos do período colonial, destacando o destino deles: centro urbano, fazendas, extinção; possibilitaram, também, indicar os testemunhos arqueológicos que podem ser recuperados nos sítios outrora habitados pelos índios. E mais, avaliar as relações entre índios, religiosos e colonos, e destacar as

mudanças que os últimos provocaram nas vidas daqueles. Dessa forma, alcançamos a nossa pretensão de sintetizar o conhecimento sobre os diversos grupos nativos do território sergipano, reunindo um “*corpus*” documental e bibliográfico para subsidiar futuras escavações nos aldeamentos que poderão preencher vazios nos dados existentes, trazer à tona conhecimentos novos ou questionar fatos consagrados.

Em Sergipe não existe um estudo que sintetize a trajetória indígena e, por extensão, as Missões no período colonial. Um dos primeiros historiadores a tratar dos nativos sergipanos, Felisbello Freire, os menciona quando discute a descoberta e a conquista da então Capitania num capítulo de sua “**História de Sergipe**”<sup>1</sup>. É uma abordagem marginal, pois seu interesse se volta para outros aspectos da colonização. As notícias sobre os indígenas são poucas, basicamente compreendem o período de 1570 até 1600, quando ocorreram as guerras colonizadoras de Luiz de Brito e de Cristóvão de Barros.

Felisbello Freire traz à tona eventos como as viagens dos colonos baianos para capturar índios e utilizá-los em suas lavouras; a evangelização em 1575 dos jesuítas João Salônio e Gaspar Lourenço, da qual resultou a formação de duas aldeias – São Tomé e Santo Inácio, de duração efêmera; as batalhas de Luiz de Brito e Cristóvão de Barros, para expandir o domínio baiano além do rio Real e uma pincelada sobre a presença francesa em Sergipe. O mérito incontestável desse historiador está na documentação que ele anexa ao seu livro, tratando dos nativos e da distribuição de sesmarias, isto é, do usufruto da terra.

Devemos a Felte Bezerra o estudo intitulado “**Etnias sergipanas**”,<sup>2</sup> empenhado em demonstrar os traços deixados pelos grupos indígenas, negros e portugueses na população sergipana. No item que aborda a contribuição do “elemento

---

<sup>1</sup> FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do E. Sergipe, 1977, p.67-83.

<sup>2</sup> BEZERRA, Felte. **Etnias sergipanas**. Aracaju: Livraria Regina, 1950.

indígena”, chama a atenção para a variedade de fontes coevas, de estudos históricos e científicos que possibilitam o conhecimento dos indígenas brasileiros, entretanto, não explora esse material. Pretendendo mostrar uma visão completa sobre os nativos sergipanos, o autor acaba por apresentá-la de forma fragmentada, pois incorre no erro de denominá-los como apenas pertencentes à etnia Tupi, sem diferenciá-los dos Kiriri e outros grupos mencionados no fim de seu texto. Da mesma forma, relaciona aldeias localizadas na Bahia – Rio Real, Canabrava, como se fossem de Sergipe.

Essa obra repete pecados comuns à historiografia sergipana, ou seja, à menção dos mesmos fatos: a catequese, a conquista da capitania e a formação de aldeias indígenas, sem acrescentar nenhuma singularidade do ponto de vista documental ou interpretativo.

Outros autores abordam a temática indígena. Ariosvaldo Figueiredo, em **“Enforcados: o índio em Sergipe”**, cujo título se refere ao nome primitivo do município de Nossa Senhora das Dores, faz uma reflexão sociológica baseada na literatura e em fontes sobre o índio. O discurso que perpassa seus oito capítulos busca deixar evidente a bravura do índio diante da espoliação praticada pelos portugueses. Fala da catequese iniciada pelos jesuítas como uma forma de minimizar a violência praticada pelos brancos e das guerras de conquista da Capitania no século 16 como *“política de extermínio do silvícola”*. Sobre a distribuição de sesmarias e a construção dos currais de gado, vê um processo no qual o indígena continuou prejudicado porque perdia suas terras. Mesmo ajudando a colonização com seu trabalho, eram vítimas desta. Afirma que a fundação das Missões visava acabar com os obstáculos para o avanço dos colonos e que os religiosos das várias Ordens não preparavam os índios como membros, agentes e servidores da colonização, antes, *“insulam, segregam”* os brasílicos para o trabalho que eles necessitavam. A pecuária e a cana-de-açúcar serviram de *“cerco e liquidação dos indígenas”*, opina referindo-se aos aldeamentos de Geru, Água Azeda, Japarutuba,

Pacatuba e São Pedro do Porto da Folha, sobre os quais tece suas trajetórias nos séculos 19 e 20.<sup>3</sup>

“**Enforcados**” é uma defesa apaixonada da causa indígena, típica para a época de sua confecção. Tem o mérito de conjecturar como se davam as relações entre os indígenas e os colonizadores, apesar de algumas imprecisões cronológicas e factuais e do exagero nas expressões subjetivas e apologéticas.

Na obra “**Sergipe Colonial I**”, Maria Thétis Nunes<sup>4</sup>, dedica um breve capítulo à análise da participação indígena na formação do povo sergipano. Sua consideração inicial é sobre o grande número de índios existentes em Sergipe no início da colonização. Em seguida, dá a localização dos domínios de alguns caciques: Surubi, em Itaporanga; Serigi, na região de Aracaju; Aperipê, nas margens do Rio Real; Muribeca, entre Itabaiana e Lagarto, sediado na serra da Miaba; Siriri, senhoreava do rio Sergipe ao rio Siriri; Japarutuba, do rio Siri ao Poxim; e Pindaíba, da Ilha de São Pedro do Porto da Folha à Serra da Tabanga. São anotações baseadas na tradição oral e não em fontes. Outras informações dão conta de investidas em Sergipe feitas por portugueses para escravizar os brasílicos, das guerras de Luis de Brito e Cristóvão de Barros e da utilização do índio para guerrear contra os escravos fugitivos.

Sobre as aldeias a historiadora cita apenas as de Poxim, Aracaju, Água Azeda, Japarutuba e Cana-Brava<sup>5</sup> todas, segundo ela, sob a responsabilidade dos jesuítas. Há um notório erro com relação a Canabrava que estava situada nas margens do rio Itapicuru, na Bahia, e não em Sergipe. Assegura que esses religiosos controlaram a maioria das aldeias em Sergipe e que suas ações foram prejudiciais aos índios porque “*concorreram para o*

---

<sup>3</sup> FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **Enforcados**: o índio em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Citações páginas 44, 64 e 75, respectivamente.

<sup>4</sup> NUNES, M<sup>a</sup>. Thétis. **Sergipe Colonial I**. Aracaju: UFS; RJ: Tempo Brasileiro, 1989, p.175-92.

<sup>5</sup> Corresponde ao município de Ribeira do Pombal.

*desaparecimento dos traços da cultura nativa*".<sup>6</sup> Ainda menciona a disputa entre padres e colonos pela administração dos índios e as lutas dos índios contra os colonos pela liberdade. Em síntese, Maria Thétis Nunes faz uma espécie de resumo sobre eventos já conhecidos, porém, em termos de fontes e da localização das aldeias, as informações são escassas. Nada disso ofusca o seu valor por se tratar de uma intelectual responsável por vasta produção histórica.

A pesquisa mais consistente a respeito dos nativos sergipanos foi realizada por Beatriz Góis Dantas, da qual resultou uma série de artigos e livros. Embora aborde o período inicial da colonização, privilegia as informações do século 19, em virtude da abundância de registros.

Um desses trabalhos, "**História dos grupos indígenas e fontes escritas**", orientado para levantar, nos arquivos sergipanos, a documentação que retrata os indígenas, verificou que registros existem, em bom número, no século 17; rareiam no século 18 e reaparecem no 19. Sergipe e Bahia contam com peças manuscritas somente desse último século; já a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional possuem outras dos séculos 17 e 18. Em geral os documentos informam a quantidade de indivíduos das aldeias ou mostram como a Lei de Terras de 1850 e a miscigenação contribuíram para a extinção dos índios.<sup>7</sup>

O texto "**A tupimania na historiografia sergipana**",<sup>8</sup> critica o equívoco muito comum na historiografia brasileira, particularmente na sergipana, de generalizar as características dos Tupi como se esse fosse o único grupo indígena que habitou o País ou o Estado. Outro engano semelhante à tupimania (achar que todos os índios eram da etnia tupi), é a jesuitomania, ou seja, a divulgação da ordem jesuíta como única a atuar na

---

<sup>6</sup> NUNES, M<sup>a</sup>. Thétis. **Sergipe Colonial I**. Aracaju: UFS; RJ: Tempo Brasileiro, 1989, p.181.

<sup>7</sup> DANTAS, Beatriz G. História dos grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe. **Revista de Antropologia**. Vol. 30, 31, 32. São Paulo, USP, 1987/88/89.

<sup>8</sup> DANTAS, Beatriz G. A tupimania na Historiografia sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N<sup>o</sup> 29, 1983-87, p.39-47.

catequese dos naturais de Sergipe, olvidando-se que aqui atuaram também os capuchinhos (franceses e italianos), os franciscanos e os carmelitas. Da mesma forma, está confirmado que além dos Tupinambá viviam em Sergipe os Kiriri.

Somente na década de 1960 apareceram estudos distinguindo os índios sergipanos em Kiriri (Cariri) e Tupi. Tais designações étnicas foram realizadas com base na língua. Além destes aparecem quase duas dezenas de denominações de grupos indígenas em Sergipe. Hohenthal classificou sete grupos diferentes e Curt Nimuendaju ampliou para nove. Beatriz Góis Dantas identificou dezoito designações tribais. Porém, ela conjectura e nós concordamos que, essa variedade talvez possa se referir a grupos da mesma família das etnias Kiriri e Tupi. Uma questão importante é mencionada com relação à localização dos sítios, se a documentação se referir à missão ou aldeia, há precisão do lugar, se a menção for Comarca da Freguesia, a identificação do sítio fica imprecisa.

Os dezoito vocábulos que denominam índios sergipanos pertencentes a uma lista elaborada por Curt Nimuendaju e Hohenthal Jr. e acrescida por Beatriz Góis Dantas são: Acunãs, Aramurus, Boimé, Caacicas, Caetés, Carapotós, Caxagó, Huamay, Kiriris, Moritses, Natu, Oromarais, Romaris, Tapuia, Tupinambá, Tupinauês, Uruma e Xocó. Beatriz ressalva que algumas das línguas acima poderiam ser dialetos diversos de uma ou mais línguas, entretanto a tese da autora contesta com muita propriedade o exclusivismo Tupi em Sergipe como, por falta de imaginação, sugeriam alguns estudos anteriores.<sup>9</sup>

Três trabalhos de Beatriz Góis Dantas investigam aldeamentos específicos: Geru, São Pedro do Porto da Folha e Água Azeda. O primeiro, “**A missão indígena do Geru**”,<sup>10</sup> é um estudo sobre os índios Kiriri do sul de Sergipe. As informações apresentadas vão de 1666 até o final do século 19, quando esses índios evadiram-se para as

---

<sup>9</sup> DANTAS, Beatriz G. A tupimania na Historiografia sergipana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 29, 1983-87, p.43-45.

<sup>10</sup> DANTAS, Beatriz G. A missão indígena do Geru. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 28, 1979-1982.

matas e formaram outra Aldeia chamada de Chapada, que deu origem ao atual município de Cristinápolis. É um trabalho bem documentado que analisa diversos acontecimentos envolvendo os índios da Aldeia do Geru nos seus dois séculos de existência. Há relatos dos choques armados e das moléstias que dizimaram a população, da utilização dos índios para combater os quilombos, para a mão-de-obra a serviço dos religiosos e dos colonos e da cobiça destes sobre as terras dos naturais.

O segundo, **“Terra dos índios Xocó”**,<sup>11</sup> examina o aldeamento de São Pedro do Porto da Folha desde sua fundação em meados do século 17 até o 19. A Missão parece ter sido fundada na margem sergipana do rio São Francisco e depois transferida para a Ilha de São Pedro. Representa hoje o único grupo indígena de Sergipe. Este trabalho reuniu copiosa quantidade de documentos que comprovam o direito do grupo Xocó sobre a posse daquelas terras. Além de ser um estudo muito requintado, uma marca da autora, traz em anexo o resumo e a transcrição de algumas fontes que corroboram suas informações e auxiliam outros pesquisadores. Seu estudo é valioso para Arqueologia Histórica na medida em que retrata a história da missão, focalizando alguns temas que podem ser mais bem aprofundados com base na cultura material dos indígenas.

**“Índios e brancos em conflito pela posse da terra”**, o terceiro artigo, retrata o aldeamento de Água Azeda, situado próximo do rio Vaza-barris, distante quatro léguas (26,4 km) da cidade de São Cristóvão.<sup>12</sup> Inicia com notícias da época de sua fundação (1654-1658), mas seu foco principal é a análise das relações entre índios e brancos, particularmente senhores de engenho, durante o século 19. Nesse período, Beatriz Góis Dantas observou que para sobreviver os índios contavam, majoritariamente, com a

---

<sup>11</sup> DANTAS, Beatriz G. e DALLARI, Dalmo A. **Terra dos índios Xocó: estudos e documentos**. São Paulo: Editora Parma/Comissão Pró-Índio, 1980.

<sup>12</sup> DANTAS, Beatriz G. Índios e brancos em conflito pela posse da terra (Aldeia de Água Azeda – século 19). **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo, 1976, vol. II. p.421-52.

agricultura, numa área cercada por engenhos, detalhe que motivou muitos conflitos com os grandes proprietários, incluindo a extinção da povoação. Ressalta também a permanência de muitos elementos de sua cultura tradicional e a oscilação do número de índios durante esse século, segundo informavam tendenciosamente as autoridades civis e religiosas. As últimas notícias do final do século falam do constante recrutamento, para a Marinha, dos homens do aldeamento, das várias tentativas de alienar as terras dos índios e da negação da existência de índios.

Os trabalhos da autora aprofundaram o entendimento da temática indígena em Sergipe porque, diferente de outros, apresentam maior embasamento em documentos primários.

A atuação dos frades capuchinhos no Baixo São Francisco foi objeto de estudo de uma recente dissertação de mestrado do Núcleo de Ciências Sociais/UFS.<sup>13</sup> Apesar de ter visitado arquivos de ordens religiosas e acervos documentais no Brasil, em Portugal e na Itália, a autora não acrescenta nada de novo em termos de fontes, contrariando a expectativa de existirem registros inéditos sobre os índios nos arquivos da Europa. Dos três capítulos, somente o derradeiro faz uma abordagem geral das missões: o início dessa obra com os jesuítas, as mudanças de ambulantes para fixas e de próximas dos centros urbanos para distantes destes. As vincula com os ciclos produtivos, no caso sergipano o do gado, que tomava as terras indígenas para as pastagens.

Sobre as duas Missões da borda do São Francisco, São Pedro de Porto da Folha e São Felix de Pacatuba, faz uma cronologia dos religiosos capuchinhos e de outras ordens que as comandaram. Comenta que a Missão de Pacatuba deve ter sido resultado da reunião de duas aldeias – Pacatuba e Poxim. No seu conjunto, esse trabalho deixa mais dúvidas do que certezas sobre a atuação da ordem religiosa dos frades capuchinhos em Sergipe. Só

---

<sup>13</sup> SOUZA, Katia M<sup>a</sup> de Araújo. **As missões capuchinhas no Baixo São Francisco sergipano, séc. XVII e XVIII: o altar e o trono no período colonial.** Aracaju: UFS, 1997. (Dissertação de mestrado).



para mencionar uma das confusões da obra, diz a introdução que após “*incessante pesquisa*” chegou a conclusão serem os capuchinhos fundadores das missões, quando é conhecida pelo menos uma dezena de obras publicadas e disponíveis em livrarias e bibliotecas que, há décadas desvendaram esse que era um “mistério” para Kátia Maria de Araújo Souza.

Do ponto de vista teórico, este estudo toma como base as teorias aproveitadas pela Arqueologia Histórica, um campo novo do conhecimento que se firmou nos anos 1960 nos Estados Unidos da América e, no Brasil, somente na última década do século 20.

Na década de 1990 aumentaram as discussões sobre o emprego da teoria na Arqueologia. Esta procurou interagir nos debates das ciências humanas e sociais, em especial a geografia e a sociologia. As diferentes teorias empregadas na Arqueologia estão ligadas a domínios particulares, ou seja, existem perspectivas mais adequadas para o estudo da pré-história e outras adequadas para períodos mais recentes. De acordo com Ian Hodder, entre as preocupações de um arqueólogo são importantes perguntas sobre o impacto de um projeto nas comunidades locais ou sobre a relevância do projeto para o conhecimento do local. Deve-se evidenciar a relação da teoria com o contexto da produção do conhecimento; considerar que a cultura material é universal, e, seu uso, forma, substância e significado simbólico são culturalmente relativos. Portanto, a ordenação dos artefatos em categorias diferentes permite avaliar o seu significado dentro da sociedade.<sup>14</sup>

Especialmente no continente americano, ao se juntar métodos utilizados por arqueólogos e historiadores são ampliadas as possibilidades de estudo do período compreendido entre a chegada dos europeus ao Novo Mundo e o presente. Essas inovações são possíveis devido à variedade de fontes com que pode contar a Arqueologia Histórica,

---

<sup>14</sup> HODDER, Ian. Revisão dos debates teóricos na Arqueologia contemporânea. IN: **Archaeology theory today**. Cambridge/USA: Polity, 2001. (tradução do autor).

possibilitando-lhe integrar informações textuais com outras obtidas a partir de artefatos, da arquitetura e de imagens pictóricas.<sup>15</sup>

Uma visão bastante elucidativa da importância desse campo do conhecimento foi apresentada por Charles Orser em “**Introdução à Arqueologia Histórica**”. Segundo este autor, podemos defini-lo como “*o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo*”,<sup>16</sup> do século 16 aos dias de hoje. Os temas que podem ser estudados versam sobre os tipos de artefatos traficados pelos índios, as mudanças sociais que esses objetos acarretaram entre os nativos, a arquitetura e as plantas dos fortes europeus e das cidades coloniais. Outras questões que podem interessar são o desenvolvimento urbano, a divisão social do trabalho, as relações de parentesco etc. de um passado recente.

A Arqueologia Histórica adota três modelos teóricos: o Histórico-Cultural, a Arqueologia Processual e a Arqueologia Contextual ou Pós-Processualismo. O Histórico-Cultural parte do pressuposto de que as pessoas compartilham, de forma homogênea, os traços culturais e que as tradições passam de geração a geração. Todos os indivíduos de determinado grupo compartilhariam as mesmas idéias e a mesma cultura material. Valendo-se desses pressupostos, seria possível determinar os antepassados de qualquer povo sobre os quais tenhamos informações históricas. É um modelo superado. A Arqueologia Processual se baseia na antropologia, sua principal tese é que há regularidades no comportamento humano, portanto os arqueólogos devem buscar elementos universais de comportamento humano que não se limitam a uma ou outra sociedade. Seu principal pecado é buscar uma explicação materialista e estar pouco preocupada com as diversidades culturais.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> ORSER JR., Charles. **Introdução à Arqueologia Histórica**. BH: Oficina de Livros, 1992, p.22.

<sup>16</sup> ORSER JR., Charles. **Introdução à Arqueologia Histórica**. BH: Oficina de Livros, 1992, p.22-7.

<sup>17</sup> FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 48-53.

As possibilidades de ação da Arqueologia Histórica foram ampliadas após a adoção do modelo teórico chamado Arqueologia Contextual ou Pós-Processualismo. Seu surgimento deveu-se a uma reação à Arqueologia Positivista (Processual). Entre suas abordagens se destaca a valorização dos contextos históricos, da ideologia e da diversidade, a discussão dos significados da cultura material e sua dimensão simbólica e o destaque do papel do indivíduo. A variedade de temas que podem ser estudados é ampla: dinâmica interna das sociedades, das relações de poder, dos conflitos de classe e gênero dentro de seus contextos históricos. Esse viés teórico promoveu a incorporação de discussões e questionamentos no seio das pesquisas da Arqueologia Histórica.<sup>18</sup>

Tanto o registro arqueológico quanto o registro documental devem ser tratados como “*testemunhos independentes*” e serem objeto de crítica e de confronto. O registro arqueológico não serve apenas para confirmar ou completar o testemunho escrito, talvez sua característica mais importante seja a de contradizê-lo. Alguns estudos de Arqueologia Histórica se aproximam da corrente historiográfica chamada “Escola dos Annales”, principalmente através do uso da teoria braudeliana com suas dimensões de tempo em curta, média e longa duração e através do interesse pelas mentalidades. Por meio da cultura material os arqueólogos históricos têm a possibilidade de conectar o que as pessoas pensam e acreditam com os processos históricos.<sup>19</sup>

Tânia Andrade Lima defende que devido ao caráter planetário do capitalismo, ao se fazer Arqueologia Histórica está se fazendo a Arqueologia do Capitalismo. Ela mostra como suas pesquisas trabalham criticamente esse tema. Debruçada sobre o século 19, apontou de que forma as nações centrais lançaram no mundo periférico as sementes do que viria a se tornar o mais espetacular processo de dominação da humanidade. Em suma,

---

<sup>18</sup> ANDRADE LIMA, Tânia. **Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2002. p.1-2, (texto inédito).

<sup>19</sup> ANDRADE LIMA, Tânia. **Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites**. RJ: Museu Nacional, 2002, p.5-6, (texto inédito).

investigou de que forma penetrou e se desenvolveu, nas mentalidades oitocentistas, o germe do capitalismo a partir da análise dos depósitos de lixo onde se encontravam restos da tralha doméstica, frascos de medicamentos, garrafas de bebidas etc.<sup>20</sup>

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Pedro Paulo de Abreu Funari defende que a Arqueologia Histórica focaliza os restos da cultura material europeia, independentemente do objeto em questão. No caso dos aldeamentos é a presença dos missionários, o contato com os colonos e os sinais de aculturação dos índios que move o interesse do investigador. A presença da Igreja merece destaque especial porque a sociedade foi regulamentada por ela, e em todos os cantos da Colônia enxergamos sua presença. Encontramos *“sua visível representação em vários edifícios religiosos, modelando as estruturas mentais e as paisagens físicas ao mesmo tempo”*, comenta Pedro Funari.<sup>21</sup>

Os resultados das escavações na área da Missão Guarani dos Sete Povos, fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai, mostraram que o estudo da arquitetura e dos artefatos, aliado ao uso de documentos, literatura histórica e etnográfica, permitiu aos arqueólogos discutir conceitos como aculturação e transculturação relacionando culturas nativas, europeias (clássica e medieval) e a ideologia jesuíta. O resultado desses estudos é um modelo arqueológico predominante, baseado na história cultural que enfatiza, ao mesmo tempo, a manutenção de uma identidade étnica específica, lingüística e cultural guarani e a aculturação com adoção de características europeias.<sup>22</sup>

Estudar os índios, grupo tido por subordinado, significa se opor ao culto às elites e lutar para evitar sua marginalização. Segundo Pedro Paulo Funari *“O*

---

<sup>20</sup> ANDRADE LIMA, Tânia. **Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites**. RJ: Museu Nacional, 2002, p.8, (texto inédito).

<sup>21</sup> FUNARI, Pedro Paulo A. **La Arqueología de las ciudades españolas y portuguesas en Sudamérica una aproximación comparativa**. 2002. <http://www.naya.org.ar/articulos/arqueo05.htm> (copiado em 05/08/2002). p.4.

<sup>22</sup> FUNARI, Pedro Paulo A. **La Arqueología de las ciudades españolas y portuguesas en Sudamérica una aproximación comparativa**. 2002. <http://www.naya.org.ar/articulos/arqueo05.htm> (copiado em 05/08/2002). p.5-7.

*conhecimento, como uma relação social entre pessoas e entre pessoas e coisas, é um processo histórico e político de interpretação e ação no mundo*". O autor enfatiza que a disciplina Arqueologia possui elos sociais e políticos e é movida por eles. Por isso, os arqueólogos, assim como outros cientistas sociais, têm como parâmetro questões de suas épocas e de suas sociedades.<sup>23</sup>

Certos pesquisadores consideram que o papel da Arqueologia Histórica é se debruçar sobre a formação do mundo moderno, este caracterizado por um processo de transformação que envolveu diferentes aspectos da vida cotidiana. Tendo seu berço na Europa, de lá se espalhou para o Novo Mundo. Em cada contexto, em cada local houve uma dinâmica diferente, uma diversidade de acontecimentos. Os estudos da Arqueologia Histórica visam recuperar a diversidade contextual e local. Em concordância com Senatore e Zarankin *"deve-se estudar a diversidade de dinâmicas implicadas na formação do mundo moderno em diferentes contextos regionais e locais"*.<sup>24</sup>

Numa escavação arqueológica os objetos encontrados são fundamentais se considerarmos que ao serem produzidos e utilizados pelos homens eles são ativos, dinâmicos, portadores e geradores de significados. Quando os analisamos temos um meio alternativo para estudar pessoas e seu mundo social. As conclusões dos trabalhos empíricos não podem ser generalizadas em nenhum estudo temático, porque *"existem múltiplas formas de configuração da modernidade em diferentes tempos e espaços"*. Em resumo, os estudos atuais devem explorar as diferenças e entender as singularidades dos passados

---

<sup>23</sup> Consultar TILLEY, C. *Material culture and Text: the art of ambiguity*. Londres, Routledge, 1992. p.176; CHAMPION, T. C. *Theoretical archaeology in Britain*. IN: HODDER, Ian (ed.). *Archaeological Theory in Europe: the last three decades*. Londres, Routledge, 1991, p.144; BURGUIÈRE, A. *The fate of the history of mentalités in the Annales*. *Comparative studies in society and History*. 1982, 24, p. 437. Apud: FUNARI, Pedro P. Abreu. **Teoria arqueológica na América do Sul**. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, 1998. P.14.

<sup>24</sup> SENATORE, M. X. E ZARANKIN, A. *Leituras da sociedade moderna: cultura material, discursos e práticas*. IN: **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002. p.6 e 7.

regionais e locais. Nesse sentido, é voz uníssona que a Arqueologia pode trabalhar com múltiplos passados, descobertos, interpretados, inventados, ou recriados.<sup>25</sup>

Outro viés que pode ser explorado ao se investigar os aldeamentos é a Arqueologia da Paisagem. A Geografia Cultural e a Arqueologia entendem que paisagens são “*demonstradoras de relações sociais cristalizadas: ordem, hierarquia*”.<sup>26</sup> Assim, nas inquirições “in loco”, os lugarejos do pretérito habitados por indígenas podem revelar como se deu a formação de seu mundo social.

Na feitura desta dissertação não fizemos uma inspeção arqueológica, ou seja, não houve trabalho de campo nos aldeamentos com o fim de encontrar os vestígios aparentes nas localidades estudadas. Como a Arqueologia Histórica contempla duas fases distintas de pesquisa, leitura de documentos escritos e escavação de artefatos, nós priorizamos a primeira. Tal procedimento é crucial para os pesquisadores nortearem os questionamentos e as hipóteses de seus trabalhos. O estudo que apresentamos é um prelúdio, o qual deve ser seguido por fazes de escavações, se assim entenderem as instituições de pesquisa do Estado de Sergipe. Somente nessa etapa poderemos empregar plenamente as teorias que norteiam a Arqueologia.

As fontes usadas foram correspondências, portarias, alvarás, cartas de patentes e provisões dos governadores-gerais; crônicas coloniais; ofícios do Presidente da Província, secretários, ministros padres e índios. Procedemos ao fichamento das fontes e da historiografia, em seguida redigimos uma síntese.

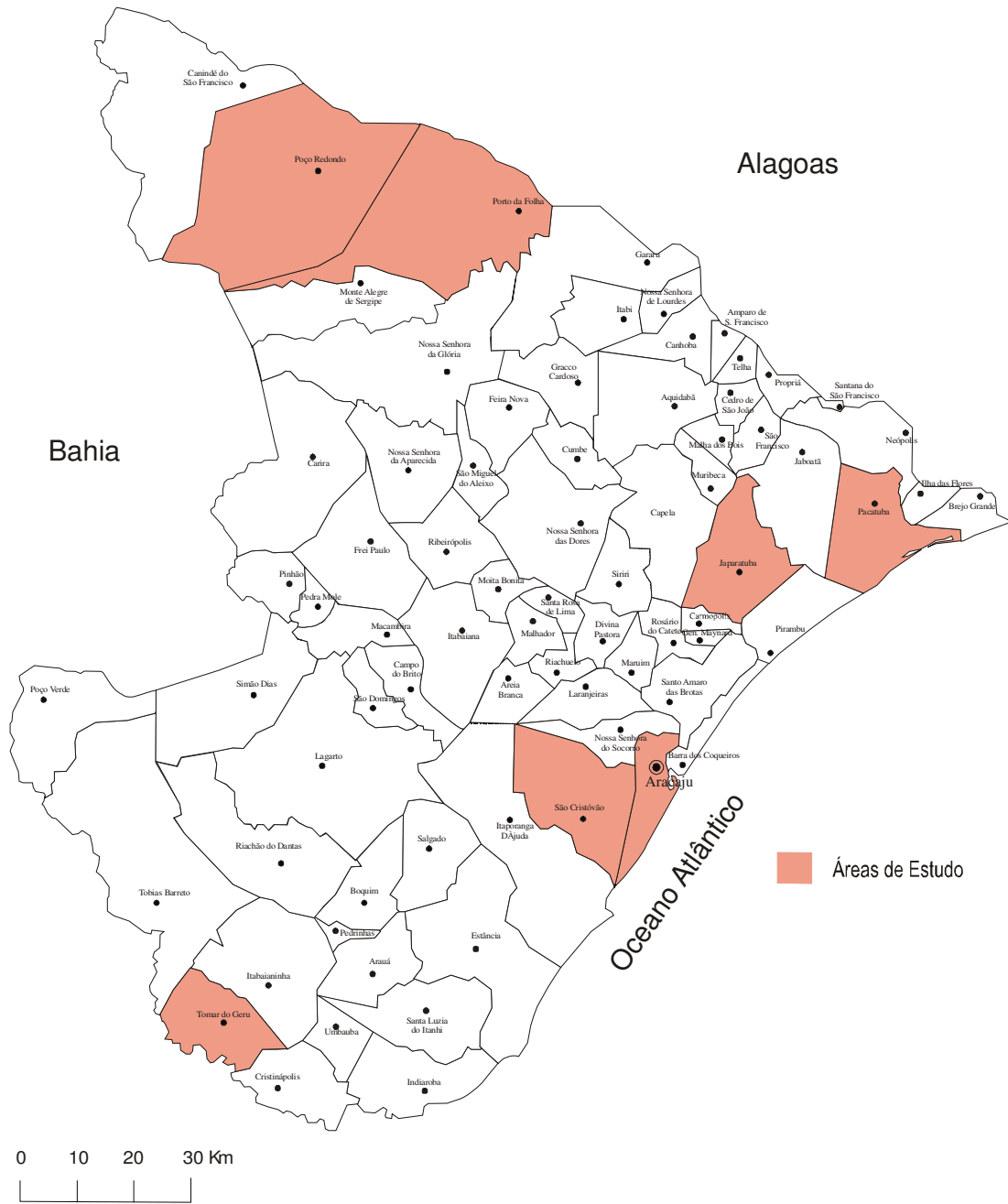
Os municípios que formam a área de estudo são: Tomar do Geru, São Cristóvão, Aracaju, Japarutuba, Pacatuba, Porto da Folha e Poço Redondo (figura 1).

---

<sup>25</sup> SENATORE, M. X. E ZARANKIN, A. Leituras da sociedade moderna: cultura material, discursos e práticas. IN: **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002. p.9 e 11-12.

<sup>26</sup> SOUSA, Ana Cristina de. Caminhos enquanto artefatos: relações sociais e econômicas no contexto do Caminho Novo e suas variantes (séculos XVIII e XIX). **Historical Archaeology in Latin America**. Columbia. 1995, vol. 6, p.68.

FIGURA 01  
ESTADO DE SERGIPE  
DIVISÃO MUNICIPAL



Fonte: Atlas Sócio-Econômico de Sergipe, 2002  
 Elaboração: Pedro Abelardo  
 Digitalização: Hinaldo Lima

## Capítulo I

### Aldeamentos indígenas em Sergipe (séculos 17, 18 e 19).<sup>27</sup>

Usarei os termos aldeia e aldeamento com significados distintos. Aldeia diz respeito à taba indígena, núcleo tradicional habitado pelos índios antes da conquista do Brasil. Para o colono significava a não-cidade, o ambiente rural. Já aldeamento é o aglomerado onde os indígenas foram reunidos sob a administração de religiosos e de colonos. O vocábulo aldeamento remete à idéia de “*núcleo criado conscientemente, fruto de uma intenção objetiva*”.<sup>28</sup> Isso é verdadeiro porque os padres escolhiam os locais para sede dos aldeamentos, às vezes distantes dezenas de quilômetros dos lugares habitados pelos naturais. Nesse aspecto, o termo missão é um sinônimo. Para fins de estudo é importante fazer tal distinção, inclusive para identificar quais aldeamentos aproveitaram os sítios originais dos indígenas.

O confinamento dos índios em aldeamentos foi uma prática dos primórdios da colonização. Visava atender a dois objetivos: um era o de liberar seus territórios tradicionais de vivência para dar lugar aos colonos; o outro era facilitar a catequese da religião católica. No modo de ver dos colonos, os índios já catequizados e aldeados tinham mais aptidão para o trabalho porque, além de mais “*civilizados que o gentio selvagem*” já tinham alguma noção de trabalho manual adquirido com os padres da

---

<sup>27</sup> A ortografia das fontes foi atualizada pelo autor, excetuando os topônimos, nomes próprios e a pontuação.

<sup>28</sup> PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. SP, EDUSP, 1995, p.104-105. Parte deste autor à proposta de dar significados diferentes a aldeia e aldeamento.



Companhia de Jesus. Isso explica também a dubiedade da legislação indígena que revezava agrados ora aos religiosos, ora aos colonos, promovendo, dessa forma, a dilatação da fé católica e do império português.<sup>29</sup>

Uma disposição legal do início do século 17 fazia a subdivisão dos aldeamentos em três tipos: Aldeias do Colégio – da Companhia de Jesus, Aldeias de El-Rei e aldeias de “repartição”. As primeiras eram definidas como estando a serviço do sustento dos missionários, as seguintes destinavam-se a realizar serviços públicos em salinas e pesqueiros – por exemplo, e as últimas como estando a serviço dos moradores. Essa derradeira caracterização engloba outro tipo chamado de Aldeia ou Missão, que acabou predominando como modelo. Ficava longe das cidades ou vilas e se constituía em núcleos, principalmente de evangelização, para a fixação de índios em lugares remotos. No imaginário da época a aldeia simbolizava a fronteira entre o mundo civilizado e o selvagem.<sup>30</sup>

Cinco décadas antes, a formação dos primeiros aldeamentos resultou do “descimento” ou migração forçada dos indígenas do interior para a zona litorânea. Esses aldeamentos foram desastrosos para os índios, em decorrência da sua proximidade com a vila dos brancos, ocasionando doenças, mortes e fugas. Num segundo momento, após um século de colonização, os religiosos passaram a separar os aldeamentos dos povoados portugueses e a se adaptarem aos costumes indígenas. A realidade desses lugares era mais ou menos a mesma em várias partes da Colônia. A descrição de um aldeamento de São Paulo serve como ilustração: os homens eram retirados dele para o garimpo e nunca mais voltavam, ficando as mulheres abandonadas; a catequese era como um sistema militar, com

---

<sup>29</sup> PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. Conflitos entre colonos e jesuítas na América portuguesa. V Congresso Brasileiro de História Econômica. **Anais / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**. Belo Horizonte, 2003. 1 CD-ROM. p.8-9.

<sup>30</sup> LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. RJ: Imp. Nacional, 1943, vol. 4, p.97.

castigos incluindo o tronco e chibatadas diárias e os índios sendo obrigados a trabalharem alguns dias por semana para a missão.<sup>31</sup>

Eduardo Hoornaert classificou alguns movimentos missionários que ocorreram no período Colonial, destes, apenas dois nos interessa para inserirmos Sergipe. O primeiro é o que acompanhou a conquista e ocupação do litoral brasileiro, tanto a “costa do pau Brasil” como a zona da mata dedicada ao cultivo do açúcar. No caso de nossa Capitania, a primeira catequese de Gaspar Lourenço e a formação de aldeamentos no rio Real, rio Vaza-barris e rio Sergipe, durante os dois séculos iniciais de nossa história, são exemplos típicos. O segundo movimento foi condicionado pela ocupação do vasto interior (sertão), efetuado através dos rios, principalmente o São Francisco. Os deslocamentos de índios para o litoral alcançaram seu auge no século 16 e primeiras décadas do seguinte. A catequese no entorno do Rio São Francisco foi impulsionada pelos capuchinhos franceses na segunda parte do século 17. Entretanto, os jesuítas já haviam dado início às conversões quando os capuchinhos chegaram.<sup>32</sup>

A empresa missionária no sertão do São Francisco entrou em choque com os interesses dos fazendeiros de gado cuja prosperidade dependia da eliminação dos grupos indígenas. A imagem típica desse conflito é a oposição entre o padre Martinho de Nantes e o coronel Francisco Dias d’Ávila na segunda metade do século 17. A razão principal dos atritos entre os fazendeiros e os religiosos era o fato das Missões serem “*idades só de índios*”, consideradas como lugares de “*armazenamento de peças*”, ideais para as incursões escravistas. Até os índios não subordinados aos padres eram seus inimigos.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> HOORNAERT, Eduardo. Et alli. **História da Igreja no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, 1992, p.126-9.

<sup>32</sup> HOORNAERT, Eduardo. Et alli. **História da Igreja no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, 1992, p.42.

<sup>33</sup> OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. RJ: Ed. José Olympio, 1961, p.75.

As missões do rio São Francisco estavam sob a responsabilidade da Prefeitura da Bahia (instituição religiosa), seus missionários eram residentes, mas após a expulsão pombalina eles passaram a ser ambulantes, não permanecendo nos aldeamentos mais que alguns dias. Os missionários eram remunerados com recursos do erário público, mas para complementarem essa renda possuíam fazendas onde mantinham escravos. Houve casos em que os religiosos foram grandes fazendeiros. As justificativas de Pombal para acabar com as missões atacavam esses pontos, ou seja, as missões enriqueceram demais, não obedeciam as autoridades civis, militares ou religiosas de fora, entre outras.

No período imperial os aldeamentos viviam numa situação de quase abandono, resultado da expulsão dos jesuítas em 1758. O trabalho mais sistemático dos religiosos nessa época foi entregue aos capuchinhos italianos a partir de 1840, pelo governo regencial. Estes totalizavam apenas 45 missionários (quando expulsos os jesuítas beiravam 500 padres), cuidaram logo de criar novos aldeamentos que se formavam e se desfaziam com a mesma facilidade. Até chegar a República o número de missionários foi decaindo, porque sua maior parte não se dispunha ao trabalho com os índios; entre outras razões, eles alegavam dificuldades para sobreviverem nas Missões. Ao final do Império Brasileiro a preocupação das autoridades com a catequese estava voltada para o norte do País como o Amazonas, o rio Branco e o rio Negro, por isso, os capuchinhos foram chamados de volta ao Brasil e suspensas todas as restrições anteriormente impostas a esta Ordem.<sup>34</sup>

Após essa breve exposição sobre a política dos aldeamentos no Brasil Colônia apresentaremos alguns trabalhos empíricos de Arqueologia Histórica realizados em dois Estados brasileiros, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, que desnudaram um pouco Reritiba e Caaçapamini, dois aldeamentos coloniais. Eles indicam o que pode revelar uma escavação arqueológica nesse tipo de sítio.

---

<sup>34</sup> HOORNAERT, Eduardo. Et alli. **História da Igreja no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, 1992. pp.296-98 e 303-4.

Neli Terezinha Galarce Machado apresenta uma pesquisa de campo realizada em 1970 visando identificar a redução de Candelária do Caaçapamini, localizada no município de São Luiz Gonzaga, no Rio Grande do Sul. O objetivo era reconhecer as estruturas que corporificavam a redução (casas, igreja, oficinas etc.), identificar os materiais de construção e em que medida os padres conseguiram modificar a cultura material do indígena em dez anos de atividade. O procedimento foi a localização do sítio, a abertura de trincheiras e cortes no solo medindo 1x1 metro.

A redução do Caaçapamini, fundada no século 17 pelos jesuítas, por um período de dez anos abrigou índios guarani. Foi destruída, no início por um incêndio provocado por um grande número de indígenas que não aceitava a catequese, depois abandonada, em 1636, devido à perseguição de bandeirantes paulistas a procura de escravos. O resultado do estudo de campo foi a coleta do seguinte material: telha, tijolo, barro, metal, lítico, louça, cerâmica. De acordo com a autora, ao juntar os artefatos dessa redução com outros da região missioneira, incluindo o Brasil, a Argentina e a documentação histórica, foi possível discutir questões como contato com os valores ocidentais, aculturação, integração e assimilação, fricção interétnica, colonialismo, transculturação e identidade.<sup>35</sup>

Suas conclusões mostram que nas reduções jesuíticas a cerâmica continuou sendo produzida dentro dos padrões guarani, mas com a inserção de elementos europeus; a ausência de vidro e metal demonstra que os indígenas se mantiveram auto-suficientes regionalmente, sem acesso aos produtos do mercado colonial; as construções variaram de uma redução para outra, podendo ser incipientes, sólidas ou plenamente desenvolvidas;

---

<sup>35</sup> MACHADO, Neli Terezinha Galarce. **A redução de Nossa Senhora da Candelária do Caaçapamini (1627-1636):** o impacto da missão sobre a população indígena. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999. pp.18 e 89-97.

também identificou elementos urbanos como olaria, forno de fundição, cemitério e hospital.<sup>36</sup>

A respeito de trabalhos empíricos da área da Missão Guarani dos Sete Povos, no Rio Grande do Sul, Pedro Paulo de Abreu Funari comenta que eles aliaram o estudo da arquitetura, dos artefatos, de documentos, literatura histórica e etnográfica, permitindo aos arqueólogos discutir conceitos como aculturação e transculturação, relacionando culturas nativas, européias (clássica e medieval) e a ideologia jesuíta. O resultado desses estudos é um modelo arqueológico baseado na história cultural que enfatiza, ao mesmo tempo, a manutenção de uma identidade étnica específica, lingüística e cultural guarani, e a aculturação com adoção de características européias.<sup>37</sup>

No Estado do Espírito Santo, Rosana Mendes Najjar escavou a Igreja de Nossa Senhora da Assunção que fazia parte da Aldeia de Reritiba, fundada por José de Anchieta. Seu trabalho foi parte de um processo de restauração do complexo arquitetônico, por ocasião dos 400 anos de morte do fundador da atual cidade de Anchieta.<sup>38</sup> A igreja, datada do século 16, foi construída entre 1565 e 1588 sobre uma elevação ao lado do aldeamento que já existia. O estudo se restringiu ao complexo arquitetônico religioso, mas em sondagem feita por outro arqueólogo na área do aldeamento, os vestígios demonstrativos da presença dos nativos consistiu em conchas de moluscos, fragmentos de louças européias, cerâmica indígena, sobras da dieta alimentar etc. É um caso singular de uma missão onde são encontradas marcas pré-histórica e histórica.

---

<sup>36</sup> MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **A redução de Nossa Senhora da Candelária do Caaçapamini (1627-1636):** o impacto da missão sobre a população indígena. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999. p.161-63.

<sup>37</sup> FUNARI, P. P. A. **La Arqueología de las ciudades españolas y portuguesas en Sudamérica una aproximación comparativa.** 2002. <http://www.naya.org.ar/articulos/arqueo05.htm> (copiado em 05/08/2002). p.5-7.

<sup>38</sup> NAJJAR, Rosana P. Mendes. **Catequese em pedra e cal:** estudo arqueológico de uma igreja jesuítica (N. S. da Assunção/Anchieta/ES). São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, 2001. p.103-61. (Dissertação).

A escavação gerou uma dissertação de mestrado que consiste em um relatório esclarecendo como se deu o processo de construção do complexo da residência e Igreja de Nossa Senhora da Assunção, especificando as etapas, os processos e os métodos de construção. Como se vê, do ponto de vista interpretativo é mais pobre que o estudo de Neli Teresinha Galarce Machado.

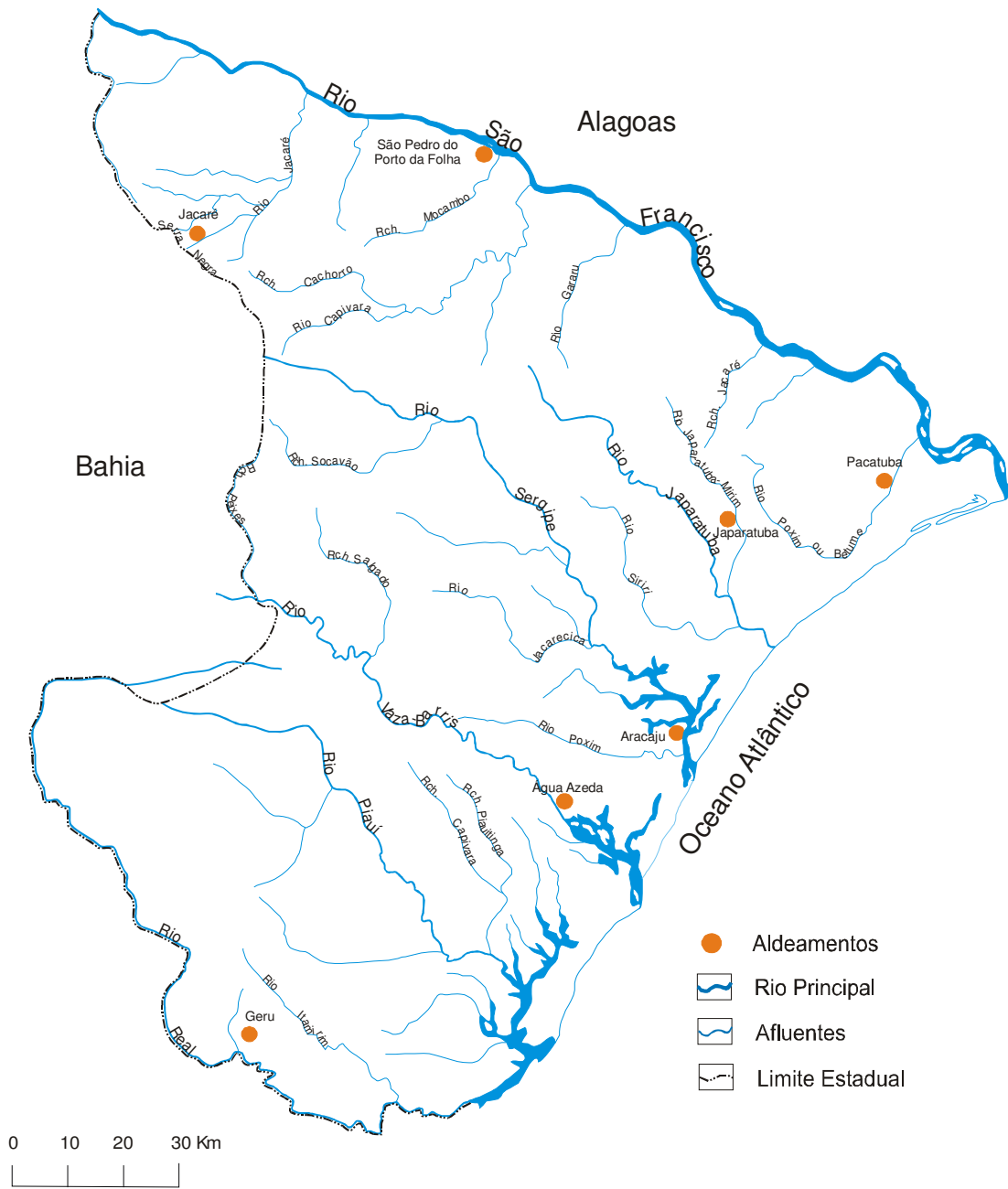
A exumação do subsolo da capela-mor revelou os vestígios de piso em tijoleira; primeiro piso em cal; fragmentos de um cristo crucificado, em terracota; enterramentos de religiosos e leigos; paredes e degraus construídos e destruídos no passado. Eles permitiram à autora concluir sobre a solidez e a longevidade do edifício que atestam a determinação dos religiosos em permanecerem no local; notar as fases de construção do templo, de suas reformas e que a capela foi construída por etapas. Com relação à nave, Rosana Najjar descobriu que ela era utilizada como cemitério, passou por muitas reformas no piso, como demonstram os restos de materiais usados no passado e que os enterramentos foram remexidos. Diante dessas evidências, a pesquisadora elaborou mais conclusões: que igreja possuía lugar de destaque no cotidiano da aldeia; os jesuítas construíram uma sociedade complexa, miscigenada e estratificada (com sujeição dos índios aos padres); também que o complexo arquitetônico (igreja e residência) imponente atesta a importância de Reritiba frente a outras Missões, e que após a expulsão dos jesuítas, as autoridades descaracterizaram as edificações para apagar da memória do povo sua presença.

Com referência à quadra e ao pátio a autora percebeu que este servia como cemitério civil. Depois de sua transferência para outra área, no início do século 20, as lápides foram retiradas sobrando apenas algumas delas e urnas enterradas. Muitos enterramentos estavam em tumbas de alvenaria e outros depositados diretamente no solo. Por fim, ela revelou que os edifícios foram erigidos sobre terreno irregular, o qual foi

nivelado através de muros de arrimo. Apesar de Rosana Najjar esclarecer que a Arqueologia Histórica deve “*revelar a arquitetura, as características, os artefatos e a associação entre eles*”, ficou nos devendo um pouco desta última etapa. A sua frase mais importante diz que a igreja é um “superartefato”, produto e produtor da catequese.

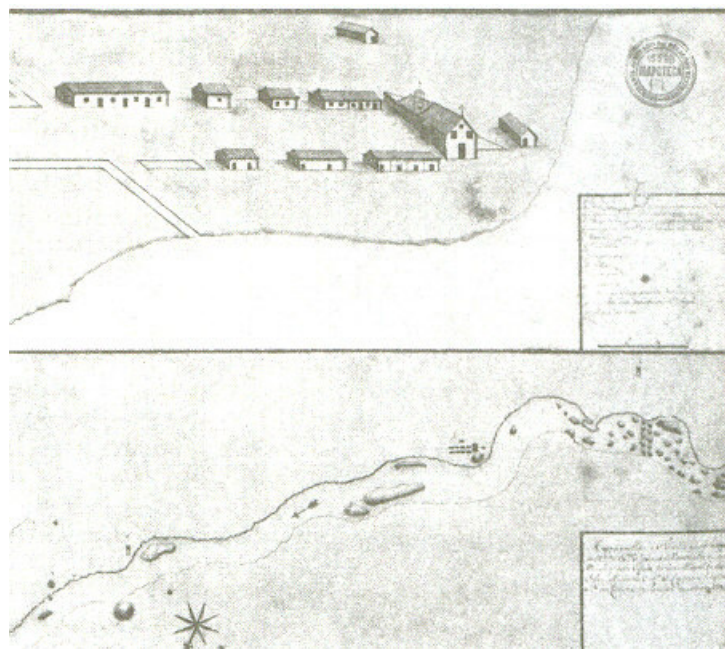
A seguir discorreremos sobre os aldeamentos sergipanos obedecendo a um princípio geográfico. Isto é, tomando como baliza a rede hidrográfica, partindo do sul para o norte, começando com o rio Real, o rio Vaza-barris, o rio Sergipe e estancando no rio São Francisco (figura 2). Os aspectos ressaltados serão: localização, época de fundação, etnias e vestígios arqueológicos.

### FIGURA 02 ESTADO DE SERGIPE HIDROGRAFIA E ALDEAMENTOS



Fonte: Guia Rodoviário, 1992  
Elaboração: Pedro Abelardo  
Digitalização: Hinaldo Lima





Esquema típico de um aldeamento: a igreja ladeada pelas residências comunais dos índios formando uma praça. Mapa da Aldeia de São Fidelis – RJ, 1782. BARROS, Clara Emília Monteiro de. **Aldeamento de São Fidelis**: o sentido do espaço na iconografia. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p.113.

## ALDEAMENTO DE GERU

A cidade sergipana de Tomar do Geru, distante 131 km da capital, corresponde ao aldeamento de Geru, um dos primeiros a ser constituído pela Companhia de Jesus visando reunir os índios Kiriri<sup>39</sup> que dominavam vastas áreas do rio Real. Sua fundação data das décadas finais do século 17. Desde o início deste século as fontes dão conta da atividade missionária dos padres jesuítas no entorno do rio Real, mas efetivamente as referências ao aldeamento só ocorrem em 1666. Beatriz Góis Dantas, que dedicou décadas ao estudo dos indígenas sergipanos, corrobora essa data. Nosso raciocínio é idêntico ao da autora: há notícias sobre índios no sul sergipano, região do rio Real anteriormente, mas o aldeamento só é mencionado a partir da década de 1660. Seu número de habitantes parece nunca ter sido expressivo porque nos primeiros decênios de fundação dispunha de apenas “400 *almas*”; nessa época era administrado por dois missionários.<sup>40</sup>

Por volta de 1698, a etnia Kiriri, cujos alguns representantes foram reunidos em Geru, achava-se disseminada por uma extensa área que ia do rio Paraguaçu e São Francisco até o Itapicuru, para as bandas do Piauí. Esses índios viviam dispersos no momento em que os portugueses passaram a ocupar o Norte e Nordeste brasileiro. Alguns grupos estavam internados nos longínquos sertões de Pernambuco e Piauí, enquanto outros indivíduos viviam no Baixo São Francisco e áreas vizinhas, como Sergipe. O termo “Quiriri” aplicar-se-ia mais propriamente às tribos baianas e “Cariri” àquelas do Norte,

---

<sup>39</sup> Cariri, Kiriri ou Quiriri são variações etimológicas de um mesmo grupo indígena.

<sup>40</sup> DANTAS, B. G. A missão indígena do Geru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N° 28, 1979-1982. p.67. RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil**. Santa Maria, RS: Palotti, 1981-1993, vol.2,p.227-28.

defende Rodolfo Garcia. No rio São Francisco, inclusive em Sergipe, os capuchinhos franceses constituíram outros aldeamentos com índios Kiriri.<sup>41</sup> Os Kiriri do São Francisco e áreas aproximadas se diferenciavam por variações lingüísticas, em dois grupos: dzubucuás no rio e quipeás em Geru.

As fontes sobre Geru classificam etnicamente seus habitantes com outros etnônimos: Moritses e Tapuia. É possível que “Moritses” diga respeito a um grupo de índios do próprio ramo Kiriri. Era comum haver subdivisão de famílias, as quais formavam novo grupo e tomavam outros nomes. Seria este o caso dos Moritses? Ou seriam os representantes de um pequeno grupo indígena falante de uma língua desconhecida. Este termo não aparece na classificação lingüística preparada por Curt Nimuendaju até 1944. Com relação à Tapuia, era designação que englobava todas as nações que não falavam a língua geral dos Tupinambá. De acordo com Batista Caetano, Tapuia era um nome genérico usado pelos tupinambá para designar os índios seus adversários.<sup>42</sup>

No período colonial atuaram em Geru os religiosos jesuítas e carmelitas. A Companhia de Jesus (criada por Inácio de Loiola, 1491-1556) foi a fundadora da missão. Além de aldeamentos essa ordem tinha outros empreendimentos diferenciados como engenhos de açúcar e fazendas.<sup>43</sup> O procedimento era ficar um vigário cuidando da administração da missão. Permaneceram administrando tais aldeamentos até 1758, quando Portugal decretou seu banimento da Colônia. Com a expulsão, decretou-se que os aldeamentos deveriam ser elevados à categoria de Vila, como de fato ocorreu com Geru.

---

<sup>41</sup> MAMIANI, Luiz Vicencio. **Catecismo Kiriri, 1698**. Edição fac-similar; anotações de Rodolfo Garcia. RJ: Imprensa Nacional, 1942. p.20-20I e X16I.

<sup>42</sup> Nota de Batista Caetano de Almeida Nogueira IN: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1980. p.107-135.

<sup>43</sup> LEITE, Serafim. **Breve História da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760**. Braga; Portugal: Livraria Apostolado da Imprensa, 1993. p. 255.

Em seguida foram criados os cargos administrativos compostos por vereadores, juizes ordinários e mais oficiais da Câmara, alguns dos quais foram ocupados por índios.<sup>44</sup>

Ainda no século 17 os Carmelitas Descalços, também conhecidos por “teresios”, da Ordem de Santa Tereza, marcaram presença em Geru. Esses frades no Brasil não tiveram papel tão marcante como os jesuítas e os capuchinhos. Foram coadjuvantes apenas no interregno entre a saída dos capuchinhos franceses e a chegada dos italianos (entre 1700 e 1710); tiveram uma participação preponderante. Assim, em 1695 dois missionários carmelitas observantes eram responsáveis por Geru, onde marcaram presença durante muitas décadas, sendo encontrados na mesma localidade em 1724. Sebastião da Rocha Pita testifica essa presença carmelita. Na ocasião o aldeamento pertencia à Vila Real do Piagui (atual Santa Luzia do Itanhi). O cronista afirma que os jesuítas tiveram uma missão na Vila de Lagarto, mas tal informação não encontra sustentação em nenhum outro documento. Seria apenas uma fazenda?<sup>45</sup>

Desde os primórdios das missões, um dos usos aos quais os índios aldeados eram submetidos foi o combate aos mocambos e outras tribos indígenas. Na época, os principais combates se davam contra as nações indígenas insubmissas do sertão e os africanos reunidos em mocambos. Esses episódios fornecem um retrato não só dos aldeamentos, mas da utilização de alguns de seus membros para a guerra, e, em consequência, informam a persistência do aldeamento ao longo dos séculos.

Em meados do século 17, o sertão fronteiriço entre a Capitania de Sergipe e a Bahia estava recheado de mocambos, aglomerados de escravos fugidos que incomodavam aos colonos porque atacavam sua lavoura e seu gado. Do mesmo modo, a fuga era mal vista porque ameaçava esvaziar os engenhos da sua principal força de trabalho. Jeremoabo

---

<sup>44</sup> CALDAS, José Antonio. Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, nº 57, 1931, p.34.

<sup>45</sup> RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil*. Santa Maria, RS: Palotti, 1981-1993, vol.2. p.230-3. PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa [1724]*. BH; Itatiaia; SP: EDUSP, 1976, p. 61.

e Itabaiana, duas localidades sob a influência de Sergipe, abrigaram vários mocambos. Os índios de Geru e de outros aldeamentos sergipanos foram empregados na destruição de tais lugarejos.

Datam da segunda metade da era setecentista as primeiras notícias sobre os mocambos dos “distritos” de Sergipe. Em 1662, após serem avisadas, as autoridades constituíram uma força militar para combatê-los. Esta abarcava um cabo experiente, cinco mulatos, mestiços retirados da cadeia, índios da aldeia de Saguipé-BA, exceto os da Torre de Garcia d’Ávila por já estarem comprometidos com a “*jornada do sertão*” e que seriam conduzidos por outro capitão que deveria juntar quarenta homens bem armados; havendo necessidade deveriam promover o aprisionamento do tanto que fosse preciso. Logo, vemos que o recrutamento era forçado. A participação dos sergipanos está explícita com relação ao fornecimento de mantimentos e munições.<sup>46</sup> Especulamos que pode ter havido recrutamento em Geru devido à sua posição estratégica entre a Bahia e a região de Itabaiana.

Novamente, na primavera de 1663, os moradores da região de Itabaiana e de outras partes da Capitania de Sergipe denunciaram a existência de grande quantidade de mocambos nessas partes. O capitão Simão Fernandes Madeira veio da Bahia para debelar tais aglomerados, com ordens para o Capitão-mor de Sergipe fornecer gente suficiente para destruição das povoações e o aprisionamento dos escravos. Os sergipanos deveriam estar bem armados e partir logo para os mocambos com o intuito de destruí-los e cativar “*toda a gente que neles achar*”. Estes seriam levados para Salvador e entregues a seus donos. Observamos que a origem da maior parte dos fugitivos era a Bahia e não os engenhos locais, certamente por serem poucos, pequenos e empregarem reduzida mão-de-obra. Além da tropa, Sergipe e seus moradores abastados forneceriam os mantimentos (como carne e

---

<sup>46</sup> “Ordem para o cabo, que vae aos Mocambos da Capitania de Sergippe Del-Rei ...”, Bahia, 22 jan. 1662. **Documentos Históricos, 1660-1670**. RJ: Augusto Porto e C., 1929, vol. 7, p. 75-6.

farinha).<sup>47</sup> Novo caso que não esclarece a participação dos índios, hipótese que não descartamos.

O assedio aos mocambos de Itabaiana durou pelos menos dois anos, porque ainda em maio de 1664 outra expedição militar seguiu para essa região. A intenção manifesta do governo era extinguir esses acampamentos, cuja existência resultou da denúncia pronunciada pelos soldados Antonio Paes e Manuel Moreira. O governante sergipano e os moradores das freguesias e lugares por onde passaria o comboio forneceria gente, mantimentos e o que mais precisassem. Entre os guerreiros requisitados constavam “*todos os índios e mestiços*” sem número pré-definido. Outras pessoas com experiência viriam da Bahia, entre elas Antonio Paes com sua companhia que abarcava gente do Tiriri a Jordão Dias e do Saguippe. Pantaleão e Manuel Dias seriam os guias da expedição para mostrar onde estavam os escravos fugidos da possessão do próprio governador.<sup>48</sup> Notamos aqui um flagrante do uso da máquina pública para atender interesse particular.

Dois meses após, em agosto, deu-se um novo recrutamento de índios para atacar todos os mocambos de que se tivesse conhecimento, quer na Bahia quer em Sergipe de El-Rei. Envolveu os índios da Torre de Garcia d’Ávila<sup>49</sup> e os que foram “*do Terço do Camarão que residem no Saguippe*”. Alude-se aqui a Felipe Camarão, chefe indígena que lutou contra os holandeses. O poderio de Garcia d’Ávila ultrapassava os limites baianos, logo é presumível que sua influência atingisse os aldeamentos sergipanos. A mobilização de tropas que verificamos denuncia que os mocambos não eram tão pequenos, deveriam

---

<sup>47</sup> “Portaria que se passou a Simão Fernandes Madeira Capitão do Campo para ir aos Mocambos da Tabayana e Seregippe Del-Rei”, Bahia, 13 out. 1663. **Documentos Históricos, 1660-1670**. RJ: Augusto Porto & C., 1929, vol. 7, p.122-3.

<sup>48</sup> “Portaria que se passou para ir ao mocambo Antonio Paes, e Manuel Moreira”, Bahia, 10/05/1664. **Documentos Históricos, 1660-1670**. RJ: Augusto Porto & C., 1929, vol. 7. p.143-4.

<sup>49</sup> Eis a genealogia da família Dias d’Ávila, dona da Casa da Torre da Bahia: Garcia d’Ávila (1528-1609); seu neto 1º Francisco Dias d’Ávila (1580(?)-1640); Garcia d’Ávila 2º (1622-1675); 2º Francisco Dias d’Ávila (1648-1694); Garcia d’Ávila Pereira (1684-1734); 3º Francisco Dias d’Ávila (1710-1750). Fonte: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d’Ávila**: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ser bem estruturados, a ponto de descontentarem os colonizadores e de a campanha contra eles pretender um desfecho final.<sup>50</sup>

Os ataques aos mocambos sergipanos não explicitam a participação dos aldeamentos locais, entretanto poucos anos após o desbaratamento dos mocambos de Itabaiana outras campanhas foram movidas contra os “*mocambos dos Mattos de Jeremoaba*”. Nos mapas atuais Jeremoabo fica próximo a Itabaiana, o ponto de ligação entre ambos era o rio Vaza-barris; é crível que tenha havido fuga para lá, de indivíduos dos mocambos debelados em Itabaiana. Dessa feita, os varões do Geru foram maciçamente convocados. A entrada aconteceu em 1668 e teve a chefia de Fernão Carrilho que contava com o adjutório de gente armada do “*Partido de que é Coronel Balthazar dos Reis Barrenho*”, também com os índios das aldeias de Geru (grafada Jassurú) e “*Tapecurú-merim*”: a primeira ficava em Sergipe e a segunda na Bahia. Em termos numéricos a força era composta por um capitão experiente no sertão, comandando trinta soldados do partido de Balthazar dos Reis Barrenho e mais gente branca, preta, mameluca, mestiça e mulata que pudesse agregar, além da gente do Capitão do Campo, Gaspar da Cunha. O aparente poderio desse exército evoca a expressividade dos mocambos.<sup>51</sup>

Um ano após, em maio de 1669, os nativos de Geru (Jaxurru ou Juxurru) foram conduzidos para destruir os mocambos de “Geremoabo”, numa entrada encabeçada pelo Capitão Fernão Carrilho acompanhado de gente da Torre de Garcia d’Ávila, Campos do Rio Real, da praia e do sertão. Parte da tropa era “*da gente preta, e das Aldeias do Jaxurrú e Itapocuru-merim*”. A instrução dizia que o Capitão de Campo Gaspar Cunha partiria de Salvador em direção à Torre. Nesse distrito os seus capitães lhe dariam cada um dez

---

<sup>50</sup> “Ordem que se passou ao capitão do Campo Simão Fernandes Madeira para ir aos mocambos. Bahia, 27/08/1664”. **Documentos Históricos, 1660-1670**. RJ: agosto Porto e C., 1929, v.7, p.185-6.

<sup>51</sup> “Carta Patente do posto de capitão de toda a gente que se manda á entrada dos mocambos da Jeremoaba, em Fernão Carrilho”, Salvador, 21 maio de 1668. **Documentos Históricos, 1668-1667**. RJ: Augusto Porto e C., 1929, vol.12, p.38-40.

homens bem armados com “*espingardas, e com pólvora e balas bastantes*”; o padre Antonio Pereira liberaria alguns mestiços, estes decerto eram índios, depois rumariam para se ajuntar a mais gente das “*companhias dos Campos do Rio Real, da praia, e Sertão*”, que seria a mesma quantidade dada na Torre, isto é, “*cada um dez homens armados, de espingardas, pólvora, e munição com toda a brevidade possível*”. A quota de “Tapuyas” que cabia a Geru era de 40 índios e a de Itapocuru-merim de 60 índios. Os nativos seriam remunerados com o butim.<sup>52</sup>

Caso Fernão Carrilho concluísse ser insuficiente a força que levava, estava autorizado a recrutar tantos quantos pudesse entre brancos, pretos, mulatos e qualquer outro gênero, exceto soldados pagos e cativos. Deveria procurar guias, agir em segredo e com cautela para que a notícia da entrada não chegasse aos mocambos de “*Jeremoabo*” e permitisse a fuga. A estratégia era dizer que iam a outra parte. Nos mocambos o assalto tinha que ser decisivo, com a morte dos que resistissem e a prisão dos que pretendessem fugir.<sup>53</sup>

Nos anos sessenta do século 17 o Capitão Fernão Carrilho se destacou no combate aos mocambos da Capitania de Sergipe de El-rei. Sua atuação fez parte da conquista do sertão, empreendida pelo governo contra índios e negros fugidos. Este capitão exerceu vários postos militares e foi incumbido, muitas vezes, de fazer entradas aos mocambos, comandando cerca de trinta homens e mais “*gente de várias Aldeias*”, de onde conviesse tirar índios armados e das tropas dos mestiços, mamelucos e mulatos que

---

<sup>52</sup> “Regimento que levou Fernão Carrilho que foi por Capitão para fazer entradas aos mocambos de Jeremoabo”. Bahia, 21 maio 1669. **Documentos Históricos, 1648-1672**. RJ: Augusto Porto e C, 1928, vol. 4, p.192-193.

<sup>53</sup> “Regimento que levou Fernão Carrilho que foi por Capitão para fazer entradas aos mocambos de Jeremoabo”. Bahia, 21 maio 1669. **Documentos Históricos, 1648-1672**. RJ: Augusto Porto e C, 1928, vol. 4, p.192-193.



pudesse agregar<sup>54</sup>. Às vezes não se especificava o aldeamento de onde recrutar índios por que podiam ser tirados de qualquer região.

Nas décadas seguintes Geru, igualmente, enviou índios para destruir mocambos de outras partes da Bahia. Em 1674 foram exigidos “30 Tapuyas” para serem enviados até a Torre de Garcia D’Ávila onde eram aguardados há mais de dez meses. Os preparativos compostos de mantimentos como carne e farinha estavam aviados. Mas, o “Principal” de Geru resistiu em liberar a cota solicitada, justificando que já tinha mandado gente para outra entrada. O governo insistiu, assegurando ser muito importante a entrada e estar sabendo que o aldeamento dispunha de muito mais gente. Por isso, encarregou um soldado para buscar o montante de “vinte e cinco, até trinta Índios”, com “toda brevidade possível”.<sup>55</sup> Esta nova negativa do cacique em atender ao governo demonstra que os indígenas não eram tão passivos como deixam entrever alguns estudos sobre o tema. Eles nem sempre eram solícitos e desenvolveram algumas formas de contestar abertamente o recrutamento que se fazia dos seus moços. Uma delas era lembrar as últimas colaborações a que tinham se submetido forçosamente e retardar o atendimento aos pedidos oficiais.

No século seguinte, ano de 1721, Geru foi novamente assediada para fornecer braços para o serviço militar da Metrópole. O ultimato foi dado à Companhia de Jesus para liberar “Índios de armas” do aldeamento “do Jurú” para invadir alguns mocambos.<sup>56</sup> Nesse caso, vemos que tais religiosos em Sergipe não tinham a independência que conquistaram em outras partes da Colônia.

---

<sup>54</sup> “Carta de Patente do posto de capitão (Fernão Carrilho) das entradas que se fizeram aos mocambos das capitanias da Bahia e Sergipe del-Rei”, 1669. **Documentos Históricos, 1668–1677**. RJ: Augusto Porto e C., 1929, Vol. 12, p. 152.

<sup>55</sup> Carta para o Capitão-mor de Sergipe del-Rei sobre dar 30 Índios para uma entrada que se manda fazer aos mocambos. Bahia, 23 out. 1674. **Documentos Históricos, 1670-1678**. RJ: Augusto e Porto e C. v. 8, p.412-3.

<sup>56</sup> “Carta que se escreveu ao Provincial da Companhia para mandar dar da Aldeia Juru e Cana Brava os Índios que lhe pedir”, Bahia, 22/09/1721. **Documentos Históricos, 1720-1722**. RJ: Typ. Baptista de Souza, 1939, vol. 44, p. 140.

No período colonial, além de serem usados para oporem-se aos mocambos, os índios aldeados foram solicitados para guerrear contra os índios não-submissos, os chamados “*bárbaros*”. Segundo Pedro Puntoni, essas guerras não eram de conquista e submissão dos novos trabalhadores do sertão, aptos ao manejo do gado, eram “*guerras de extermínio, de limpeza do território*”. Mesmo que se admita a existência de expedições orientadas para a captura e escravização dos índios sertanejos a meta, segundo Puntoni, era sempre a matança “*seja para refrear a ‘insolência’ de grupos resistentes, seja para abrir simplesmente espaço para as criações*”.<sup>57</sup>

Como parte desse tipo de investida, em 1664 os nativos Guargaes, do rio Salitre, tributário do São Francisco, foram atacados mobilizando as aldeias situadas do rio Real ao São Francisco. Os currais da região até aquele momento tinham amizade com os índios; por alguma razão esse concerto de paz foi rompido. A culpa recaiu sobre os nativos que, segundo os colonos, atacaram os currais causando muitas perdas econômicas. As hostilidades provocaram uma trégua na amizade aludida. Os colonos pediam o fim dos danos temendo o despovoamento dos campos com a destruição das fazendas e a morte dos escravos e curraleiros, devido “*ao rigor e insolência dos ditos Bárbaros*”, diziam as autoridades. Francisco Dias de Ávila se ofereceu para combater com uma força de cem homens brancos armados e muitos índios. Sua proposta foi aceita pelo governo, diante do prejuízo público de não se conservarem as fazendas e as vidas dos moradores daquelas partes, caso não se reprimisse os índios. A Francisco Dias D’Ávila foram concedidos o direito de intervir no sertão e a nomeação como Capitão-mor dos soldados brancos e indígenas, com poderes para solicitar suprimentos de gente e mantimentos às autoridades militares do rio Real até o rio São Francisco, pela parte do sertão baiano. Dias D’Ávila

---

<sup>57</sup> PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: Hucitec, EDUSP, FAPESP, 2002. p.45-6.

tinha então autoridade sobre todos os Capitães e Oficiais que vivessem mais perto das aldeias dos Guarguaes e sobre os índios de quaisquer aldeias.<sup>58</sup>

Essa empresa saiu vitoriosa e a Casa da Torre firmou seu poderio sobre grande extensão do sertão baiano. Aliás, combater índios nesse período foi um pretexto para esconder o real interesse no sertão que era a descoberta de minas de ouro, prata e salitre. Daí a necessidade de manter os brasílicos submetidos para garantir a segurança das fazendas estabelecidas, bases para as operações mineradoras.<sup>59</sup> Como parte dessa estratégia, no ano de 1698 encontramos o jovem Garcia d'Ávila Pereira, filho do segundo Francisco Dias D'Ávila, comandando uma força recrutada nas “35 léguas” a partir do rio Real que lhe pertencia. Seu destino era o sertão sul do Piauí e Pernambuco. Levava “900 homens de seu Regimento, 200 índios mansos, 100 mamelucos, um corpo de 150 escravos, um comboio de munições de boca e de guerra e vários missionários”. Organizou as forças no rio Salitre, partiu pela estrada que conduzia ao Piauí, alcançando o rio Parnaíba e Itapicuru onde venceu os índios Cariris.<sup>60</sup>

A campanha chamada “guerra aos bárbaros” varou o século 17 adentrando no 18. Nessa época a Companhia de Jesus recebeu ordens para liberar índios de seus aldeamentos e enviar para combater os índios sertanejos. O fato ocorreu em 1716 e visava dar combate aos índios do sul do Piauí que promoviam ataques em áreas baianas e pernambucanas, aproximando-se do Rio São Francisco, causando estragos e ruínas. As autoridades diziam que ambas as capitânicas tinham poder limitado para se opor a estes ataques, por isso os jesuítas deviam “socorrer a toda a pressa com os índios de guerra que

---

<sup>58</sup> Patente de Capitão-Mor (de Francisco Dias de Ávila) da entrada que Vossa Senhoria manda fazer as Aldeias das Guarguaes”, Salvador, 5 jul. 1664. **Documentos Históricos, 1668-1667**. RJ: Augusto Porto e C., 1929, vol. 12, p.313.

<sup>59</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.152 e 184.

<sup>60</sup> TAUNAY, Affonso de E. **História geral das bandeiras paulistas (1691-1783)**. SP: Tip. Ideal-Heitor L. Canton, 1928. tomo 4, p.353.

*se acharem em todas as Missões, desta Capitania e das mais Aldeias que nela houver*”. Naturalmente Geru devia estar inclusa. Fala-se em uma relação dos aldeamentos, porém não encontramos esse documento. Ao Provincial jesuíta foi solicitado fornecer “*todos os índios que forem capazes para aquela guerra*”.<sup>61</sup>

É possível que de Geru tenham saído homens para proteger os engenhos da Capitania de Sergipe. No final do século 18 somavam 140, mesmo que escassos e pequenos precisavam de defesa. Como assinalou Gilberto Freire, nos dois primeiros séculos da colonização os engenhos precisavam da vigilância de “*centenas ou pelo menos dezenas de homens prontos a defender contra selvagens ou corsários a casa de vivenda e a riqueza acumulada nos armazéns*”.<sup>62</sup> Esses defensores eram índios ou caboclos com arco e flecha que, além da defesa executavam outras atividades nos engenhos.

Durante a era colonial um problema constante para os aldeamentos foi à invasão de suas terras. Mesmo aqueles legalmente constituídos e debaixo da autoridade dos jesuítas não escapavam da cobiça dos colonos. Foi o caso de Francisco de Matos de Aguiar que levantou um curral nas terras dos índios de Geru (*Surú*). Tal fato obrigou os nativos a se queixarem ao Governador-Geral, que, por sua vez, remeteu a petição a Lisboa pedindo a garantia da inviolabilidade das terras indígenas. O curral foi derrubado uma vez por “*um Capitão de Infantaria*”, mas devido à teimosia do colono “*em querer restaurar o curral derrubado*”, os índios recorreram a Portugal por serem pobres e não poderem sustentar demanda judicial. Na resposta de 1721, a Corte orientou ao governo de Vasco Fernandes César de Meneses que nas causas dos índios procedesse sumariamente, sem formalidades. Para haver rapidez, evitasse alguns passos que os indígenas, por serem pobres, não podiam

---

<sup>61</sup> “Carta para o Provincial da Companhia de Jesus, sobre o Gentio”, Bahia, 26 mar. 1716. **Documentos Históricos, 1712-1716**. RJ: TYP. Batista de Souza, 1938. vol XLII, p. 334-5.

<sup>62</sup> FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 22ª ed. RJ: Livraria José Olimpio editora, 1983, p.90.

dar.<sup>63</sup> Do mesmo modo, ordenava a conservação dos índios em suas terras sem perturbação, sempre que tivessem razão.

No século 19 o aldeamento tinha sofrido muitas transformações. Mudanças em aspectos da vida diária dos aldeados como as profissões, o governo local, os recrutamentos de soldados entre outros. Também havia aumentado a população branca no seu termo, provocando disputas com os índios pela propriedade da terra.

A essa altura Geru havia sido transformada em Vila, recebendo o nome de Nossa Senhora do Socorro de Tomar, medida adotada na centúria anterior por determinação do Marquês de Pombal. Por volta de 1817 a Vila de Geru foi descrita como um arruado com uma igreja “*muito decente e rica de alfaias sagradas*”. Ao seu redor, localizava-se a casa onde residia o pároco e que anteriormente tinha sido um Colégio da Companhia de Jesus. Era uma vila com extensão de uma légua quadrada, habitada por mais de 600 pessoas, entre as quais “*poucos brancos e a maior parte consta de índios e pessoas de raças misturadas*”. Sua diminuta economia limitava-se a “*pouca criação de gado vacum*”.<sup>64</sup> Aires do Casal confirma as notícias acima veiculadas e acrescenta que seus moradores eram índios agricultores, que exerciam a justiça junto com um homem branco. Ou seja, a administração da aldeia constava com a tutela dos portugueses, inclusive a composição da Câmara Municipal devia ter paridade de representantes entre índios e brancos.<sup>65</sup>

A miscigenação e a aculturação alcançaram grau elevado na Vila de Geru. Em decorrência da infiltração de indivíduos brancos, negros e mestiços, havia uma nítida separação entre estes e os índios da Vila materializada na obediência a autoridades

---

<sup>63</sup> “Provisão pela qual sua Majestade é servido mandar se metam de Posse os índios do Surú das suas terras”, Lisboa, 17.9.1721. **Documentos Históricos, 1670-1699**. RJ: TYP. Batista de Souza, 1944. v. 64, p. 81-2.

<sup>64</sup> SOUZA, Marcos Antonio de. **Memória sobre a Capitania de Serzipe [1808]**. 2ª ed. Aracaju: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1944, p.27.

<sup>65</sup> CASAL, Manuel Aires. **Corografia brasílica ...** (1ª edição 1817) BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1976, p.251-2.

específicas. Nessa população, em 1826, composta de dois grupos: índios e não índios (brancos, negros e mulatos), cada lado era comandado por uma sua autoridade diferente. O grupo dos “não índios” era subordinado ao Comandante de Itabaianinha.<sup>66</sup>

As missões nos seus primórdios, principalmente as jesuítas, eram sociedades fechadas etnicamente, compostas só de índios e de clérigos, de onde o colono não podia se aproximar.<sup>67</sup> Mas estes viviam rondando os aldeamentos, ocupando as terras circunvizinhas e provavelmente com a expulsão dos religiosos da Colônia puderam adentrar mais facilmente onde antes eram detidos. Por isso, nas décadas que se seguiram foram aumentando a sua presença nos aldeamentos até se igualarem numericamente à população nativa, não tanto em número quanto em direitos, como demonstrado acima. Era o processo de mestiçamento se acelerando.

Houve uma tendência nessa época de dissipar os aldeamentos sergipanos e o primeiro que sofreu essa deliberação foi Água Azeda. A data marcada para a remoção dos índios foi 11 de maio de 1826, mas três anos após não tinha ocorrido de modo satisfatório e, na década seguinte até o ano de 1834 sucederam novas tentativas de cumprir a tarefa. Em agosto deste ano, o Governo Imperial autorizou a remoção dos índios para outro lugar, a escolha recaiu sobre a Vila de Tomar. Nessa decisão as autoridades atenderam às solicitações dos proprietários de terras que cobiçavam Água Azeda. A transferência aconteceu, todavia não deve ter causado muito impacto na vida dos moradores de Geru porque os índios recém transferidos não obedeceram a essa ordem e retornaram para as

---

<sup>66</sup> Ofício de Joaquim Martins Fontes, Capitão-Mor da Vila de Lagarto, para Manoel Clemente de Albuquerque. Engenho Barra, 22/07/1826. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994, p.212.

<sup>67</sup> OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. RJ: Ed. José Olympio, 1961, p.74.

proximidades de sua velha habitação, provocando pendengas administrativas e judiciais que duraram muitos anos.<sup>68</sup>

Apesar do insucesso de tal remoção, ela demonstra uma tendência durante a existência dos aldeamentos de encará-los como *locus* de heterogeneidade, pelo menos de grupos nativos. A maior parte dos aldeamentos sergipanos abrigou sempre mais que uma etnia. O impacto cultural dessa mestiçagem devia ser marcante. Pasquale Petrone notou essa heterogeneidade nos aldeamentos paulistas, em virtude da sua característica de receptáculos e reservas de mão-de-obra recrutada em todas as partes e aponta exceções em áreas mais isoladas.<sup>69</sup>

Mas os aldeamentos perigavam em consequência da constante cobiça de suas terras produtivas. Assim, em 1833 a Vila de Tomar do Geru foi extinta, ato pretensamente justificado pelo decréscimo demográfico. Os índios protestaram e se dispersaram para uma área denominada Mata da Chapada, formando nova povoação correspondente hoje ao município de Cristinápolis. Os brasílicos careciam de rendas para sobreviver em Geru, eis outro fator que motivou seu abandono, saíram do antigo aldeamento e tomaram a direção do leste onde se estabeleceram na Chapada. As primeiras migrações começaram a ocorrer antes de 1832 e no final da década de 1840 formou-se uma feira na localidade e pouco a pouco os indígenas perderam o contato com Geru. Entretanto, de início ainda eram fortes os laços de ligação com o velho aldeamento, este servia para fazer a feira, batizar e enterrar os mortos.<sup>70</sup>

Estas notícias revelam um grau elevado de aculturação dos índios de Geru. Seja do ponto de vista econômico pela necessidade que tinham de freqüentar a feira, seria

---

<sup>68</sup> DANTAS, Beatriz G. A Missão indígena do Geru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 28, 1979-1982. p.78.

<sup>69</sup> PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. SP, EDUSP, 1995, p.134.

<sup>70</sup> DANTAS, Beatriz G. A Missão indígena do Geru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 28, 1979-1982. p.82.

só para comprar ou também para vender? Seja com relação às obrigações religiosas para com os recém-nascidos e os mortos. Esse cuidado com a fé não aparece com tanta intensidade em outras localidades indígenas onde ainda se preservavam práticas de seus antigos cultos.

Após a promulgação da lei de terras em 1850, intensificou-se o discurso oficial que falava na mistura de raças e na miscigenação como motivos para a extinção dos aldeamentos. Reagindo contra as perdas de seus domínios, alguns grupos de brasílicos reativaram certos elementos da sua cultura. Os índios da Chapada, migrados de Geru, ao saberem da medição de suas terras se reuniram e “*armados de foices, flechas e arcos, à maneira de índios, com grandes vozerios e insultos*” começaram a fazer roçados nas suas antigas terras para mostrarem, como diziam, que eram possuidores.<sup>71</sup> Como se vê, nessa época não só os nativos de Geru como os de outros aldeamentos ainda utilizavam alguns utensílios tradicionais ou mantinham na memória traços da sua cultura material e imaterial.

Em relação aos anos anteriores o século 19 é o mais profícuo em fontes que retratam os nativos sergipanos. Apesar de existirem em maior número, deixam várias lacunas que podem ser averiguadas pela Arqueologia Histórica. Um *corpus* de manuscritos reunido por Beatriz Góis Dantas retrata, particularmente, o conflito com os proprietários brancos. Tal luta culminou com o abandono da vila de Tomar do Geru e a perda da posse da terra pelos índios. Predominam informações sobre o recrutamento de nativos para os órgãos de defesa pública. Ou seja, a antiga função de reserva de mão armada dos aldeamentos permaneceu vigente até sua extinção. Os exemplos são fartos: no ano de 1824 os moços solteiros de Geru desertaram com medo ou fugiram estrategicamente para

---

<sup>71</sup> DANTAS, Beatriz G. et alii. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. IN: CUNHA, Manuela C. (org). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. SP: Companhia das Letras; Secretaria M. de Cultura, FAPESP, 1992. p.452.



escapar do recrutamento arbitrário.<sup>72</sup> Três anos depois, o vigário do aldeamento acusou o Capitão-mor dos índios de ser incapaz de recrutar vinte e cinco moços entre os seus, por essa razão tal processo deveria ser executado pelo Capitão-mor da Vila de Lagarto.<sup>73</sup>

A prática do recrutamento foi intensificada e ainda existia em 1859. Nesse ano o Vice-presidente da Província de Sergipe foi informado que existiam, em Tomar do Geru, cerca de 214 índios que podiam servir como policiais.<sup>74</sup> Possivelmente, nessa fase a retirada desses homens jovens do aldeamento tivesse o objetivo de enfraquecer o poder local e inviabilizar qualquer tipo de revolta contra a usurpação das terras indígenas, deliberadamente espoliadas após aprovação da Lei de Terras.

Na primeira metade do século 19 aspectos diários da vida em Geru foram retratados, através de um quadro estatístico que mostrava algumas das ocupações de seus moradores. Vejamos as profissões e o quantitativo de pessoas que se dedicavam a elas: cento e dezoito lavradores, seis sapateiros, nove alfaiates, dez ferreiros, uma costureira e trezentas e trinta e cinco pessoas sem ocupação.<sup>75</sup> Pelos ofícios exercidos percebemos que havia um acelerado processo de absorção dos valores e práticas ocidentais por parte do antigo aldeamento. Não há especificação da nacionalidade dos indivíduos, porém sabemos que a maior parte daqueles apontados como sem ocupação eram indígenas. O grande número de pessoas nessa categoria de “sem ocupação” demonstra que o processo de espoliação das terras indígenas tinha alcançado grau alarmante, já que estes eram índios potencialmente lavradores e se encontravam sem terras para plantio. As atividades

---

<sup>72</sup> Ofício de Antonio Velanes Francisco, Sargento-Mor Comandante, para o Presidente da Província. Tomar do Geru, 02/07/1824. In: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994, p.209.

<sup>73</sup> Ofício de Francisco Tomas da Moura, vigário, ao Presidente da Província. Tomar do Geru, 16/08/1827. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994, p.216.

<sup>74</sup> Ofício de Silvestre Moreira Guimarães ao Vice-Presidente da Província. Tomar do Geru, 03/09/1859. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994, p.238.

<sup>75</sup> DANTAS, Beatriz G. A missão indígena do Geru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 28, 1979-1982. p.76.

artesanais que esse grupo praticava há milênios, decerto não eram suficientes para sua subsistência ou eram praticadas esporadicamente. Talvez, por esse motivo, ficou fora do quadro.

O fim do aldeamento de Geru foi sua transformação em cidade, ocorrida com a exclusão dos índios que terminaram se mudando para outra localidade. Ficar à margem do processo de urbanização não foi algo singular desses índios, aconteceu de forma idêntica em outras partes do Brasil. Restou, do antigo aldeamento, a igreja barroca de Tomar do Geru, única testemunha visível de seu passado como missão: a famosa Igreja de Nossa Senhora do Socorro, datada de 1688, é seu símbolo maior.<sup>76</sup> Esse detalhe e o fato dos primeiros brasílicos não terem a tradição da escrita motivaram uma tendência, nos nossos dias, de ressaltar mais o passado jesuítico e não a memória indígena. Nesse aspecto, a Arqueologia Histórica promete inovar, já que uma escavação pode evidenciar os sinais da cultura material indígena, assinalando o que restou do aldeamento: a igreja, o cemitério, as alfaias dos religiosos. Somente o edifício religioso pode gerar um estudo revelador devido à sua função na paisagem do aldeamento. Qual era o seu significado no processo apostolar e como ele também é produto da evangelização. Assim, deve ser analisado como resultante da catequese indígena, não apenas por sua característica arquitetônica peculiar dos inacianos.

A síntese dos dados bibliográficos e documentais sobre Geru demonstrou a existência de variados temas que podem ser estudados pela Arqueologia Histórica. Do ponto de vista teórico e metodológico, a pertinência de uma intervenção arqueológica no aldeamento se deve à vantagem de permitir o conhecimento dessa sociedade recém saída da condição de ágrafa, sobre a qual existem depoimentos falando dos índios e não produzidos por eles próprios. Mesmo existindo registros históricos sobre eles, pode-se

---

<sup>76</sup> DANTAS, Beatriz G. A Missão indígena do Geru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 28, 1979-1982. p.76-82.

esclarecer inúmeros aspectos do seu dia-dia. De acordo com Arno Alvarez Kern, informações que dizem respeito à subsistência econômica, à tecnologia e às relações com o ambiente nem sempre são documentadas pela escrita, mas a arqueologia consegue desvendar.<sup>77</sup>

Nesse caso, trata-se de uma abordagem processualista porque são questões de caráter econômico. Procuraríamos a existência ou não de padrões para estabelecermos uma ligação entre os aldeamentos sergipanos, ou para diferenciá-los, talvez por razões de localização geográfica. Outros vestígios permitem uma análise subjetiva e simbólica do comportamento das pessoas, como veremos adiante.<sup>78</sup>

Desde o princípio Geru se dedicou à guerra contra mocambos e aldeias. Os vestígios dessa atividade podem ser armas metálicas (espingardas), projéteis, recipientes para pólvora, indumentárias dos oficiais, arcos e flechas. Um dos cuidados nesses eventos era a providência de mantimentos para alimentar os lutadores. Como Geru ficava no intermédio entre a Bahia e os campos de batalhas, teria servido como base de apoio às operações? É provável que ao serem vencidos, os pertences dos inimigos fossem aproveitados como butim pelos agressores.

Devemos ter em mente que o aldeamento estava situado no entorno de currais e engenhos, daí toda uma série de utensílios e objetos ligados às suas rotinas podem ser encontrados. A foice, usada na agricultura, aparece nas fontes; existem exemplares desta e de outras ferramentas? Podemos conjecturar em que medida os nativos substituíram suas ferramentas tradicionais por outras introduzidas pelos colonos. Ver os sinais que restam da agricultura, base alimentar a partir da catequese; se o artesanato perdurou para uso local ou

---

<sup>77</sup> KERN, Arno A. A Arqueologia Histórica, a História e os trinta povos das missões. **Clio**. Recife, nº 5, 1989, p.103.

<sup>78</sup> SOUSA, Ana Cristina. Caminhos enquanto artefatos: relações sociais e econômicas no contexto do Caminho Novo e suas variantes (séculos 18 e 19). **Arqueologia Histórica na América Latina**. Columbia/USA, 1995, vol. 6, p.83.

comercial. Quanto às notícias do século 19 que afirmam serem os índios muito pobres, verdade ou preconceito?

Outras realidades podem ser desvendadas no subsolo de Geru: decifrar como a mistura de etnias se refletiu na cultura material; se há indícios do aumento ou da retração da população. Com relação à aculturação, adoção ou rejeição de traços culturais, sabemos que os “geruenses” iam à feira e exerciam profissões aprendidas com os brancos: lavrador, sapateiro, alfaiate, ferreiro, costureira. No caso das profissões poderíamos explorar uma questão de gênero: os ofícios masculinos e os femininos.

FIGURA 03  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
HIDROGRAFIA E ALDEAMENTO



Fonte: DER-SE, 1996  
Elaboração: Pedro Abelardo  
Digitalização: Hunaldo Lima



Igreja de Nossa Senhora do Socorro, fundada em 1688. No passado, sede do Aldeamento de Geru. Hoje, Matriz da cidade de Tomar do Geru.

Foto: Maria Conceição Machado.

## ALDEAMENTO DE ÁGUA AZEDA

O extinto aldeamento de Água Azeda estava situado a oeste da cidade de São Cristóvão, à margem do rio Vaza-barris, próximo de Itaporanga D’Ajuda, que dista 29 km da capital. Corresponde, contemporaneamente, à fazenda Taperoá, produtora de água mineral. Sua fundação ocorreu na metade do século 17. Porém, a historiografia registra o aparecimento anterior de aglomerados indígenas no entorno desse rio<sup>79</sup> com as denominações de Taperoá (tepahoqua), Tapiragua, Tejupeba e [Cotigipeva]. São notícias das taperas dos brasis ou de fazendas dos religiosos que dão conta dos núcleos antecessores ao aldeamento de Água Azeda. Surge uma referência, a “taperagua”, como aldeia em 1600, quando foi solicitada uma sesmaria localizada na direção do sertão, na confluência dos rios Cajaíba e “*potihipeba*”, atual Vasa-barris, de onde saía o caminho que dava para essa aldeia.<sup>80</sup> Aparece outra vez o topônimo “*tepahoqua*” (Taperoá), quando no governo do Capitão Tomé da Rocha alguns “*contrários*” mataram os negros chamados “*neboiba*”.<sup>81</sup> O termo “contrário” indica um passado anterior à catequização; certamente o episódio data do processo de colonização da Capitania porque também se fala em escravos. A velha tapera de Tapeogú ficava no rio Vasa-barris, trata-se de Taperoá em Itaporanga, onde

---

<sup>79</sup> O próprio rio Vasa-barris recebeu várias denominações: Potigipeba, Potiipeba, Irapiranga e Cotegipe.

<sup>80</sup> “Carta de Manoel da Fonseca, 5 mar. de 1600”, IN: FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. RJ: Vozes; Aracaju: Governo do Estado, 1977, p.345.

<sup>81</sup> “Carta de Martin Lopes, 24.4.1600”, IN: FREIRE, F. **História de Sergipe**. RJ: Vozes; Aracaju: Governo do Estado, 1977, p.347.

existia, no começo da década de 1910, uma importante usina de açúcar. Itaperoá, outro topônimo do citado rio, deve ser uma forma diversa de sua grafia.<sup>82</sup>

Os nativos que deram origem a esse aldeamento não surgiram do nada, decerto estavam espalhados por outros núcleos como sugerem algumas fontes. Em 1601 os jesuítas ganharam uma sesmaria entre o rio Vaza-barris e a serra de Cajaíba, que ia até a Serra de Itabaiana, em atenção a uma petição que fizeram os sacerdotes, desejosos de ampliar suas possessões, justificando que auxiliavam há cerca de quatro anos o povoamento de Sergipe, sustentando a travessia do rio Vaza-barris, onde compareciam todos os anos. Eram responsáveis por muita gente, gado e a terra que possuíam não era suficiente para sustentá-los.<sup>83</sup> Essa concessão veio a se transformar na Fazenda Tejupeba, que em 1724 pertencia à Companhia de Jesus, localizada em um afluente do Rio Vaza-barris, próxima de São Cristóvão.<sup>84</sup> Também Serafim Leite confirma sua localização no Rio Vaza-barris.<sup>85</sup> Diogo Garcia Moreno, em 1612, considerou o distrito de “*Cotigipeva*” (seria Tejupeba?) como o lugar onde os inácianos tinham, a seu cargo, a maior força de índios da novata capitania.<sup>86</sup>

É razoável supor que as aldeias do rio Vaza-barris evoluíram para o aldeamento de Água Azeda, cuja constituição remonta aos anos 1654-1657. Nela os brasílicos foram reunidos para ficar à disposição dos governantes até que fosse necessário um ataque a aborígenes ou a negros que atentassem contra os moradores da capital. A povoação dos nativos, situada cerca de quatro léguas de São Cristóvão, foi o embrião de Água Azeda. Beatriz Góis Dantas acredita na constante renovação dos seus habitantes,

---

<sup>82</sup> FREIRE, Felisbelo. **História territorial de Sergipe [1906]**. Aracaju: Secretaria de E. da Cultura, 1995, p.31-2. LEITE, S. **História da Companhia de Jesus...** Tomo I, p.448. [capítulo I – Sergipe de El Rei].

<sup>83</sup> Carta dos padres da Companhia de Jesus. IN: FREIRE, F. **História de Sergipe**. RJ: Vozes; Aracaju: Governo do Estado, 1977, p.357.

<sup>84</sup> FRANÇA, G. S. (1632-1724): “Dissertações de História Eclesiástica do Brasil” [1724]. Apud: CASTELO, J. A. (org.). **O movimento academicista no Brasil**. SP: Secretaria da Cul. Esp. e Tur. 1971, v. 1, t. 5, p.291.

<sup>85</sup> LEITE, Serafim. **Breve História da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760**. Braga; Portugal: Livraria Apostolado da Imprensa, 1993. p.255.

<sup>86</sup> MORENO, Diogo de Campos. **Livro que de razão do Estado do Brasil - 1612**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. p.164.



com a chegada de novas levas, de tempos em tempos, para ocupar os lugares vacantes dos mortos em conflitos ou devido às doenças “européias”.

Esse aldeamento não aparece vinculado a nenhuma ordem religiosa.<sup>87</sup> Os povos que o habitaram ao longo de seu tricentenário foram o Tupinambá e o Boimé (aparecem as variantes Boymé e Boismé). Os Tupinambá ou Tupi-Guarani, formavam certamente, o mais denso grupo étnico do Brasil; falava a língua geral (abanheenga) e tinha representantes ao longo de todo o litoral brasileiro, inclusive até o Rio Grande do Norte. Com a chegada dos portugueses houve migrações para o Maranhão e o Pará, de acordo com Capistrano de Abreu.<sup>88</sup> O provável significado do vocábulo Tupinambá (ou Tupinamba) é os antepassados, os avós, ou a gente aderente aos chefes dos pais.<sup>89</sup> Os Boimé aparecem também no Baixo São Francisco, provavelmente seu lugar de origem. Curt Nimuendaju os relaciona como de língua desconhecida, porém é possível que pertencessem ao grupo Kiriri.<sup>90</sup>

O conhecimento de Água Azeda na fase colonial é deficiente por falta de depoimentos coetâneos. O que sobressai são informações sobre os problemas mais freqüentes que sua população enfrentava. Em geral, os aldeamentos sergipanos sofreram ataques semelhantes: a invasão de suas terras e o recrutamento forçado de seus homens, entre outros. Vejamos alguns casos.

No ano de 1637, aborígenes de “Tapiragua” e Patigipeba (Tejupeba/Cotigipeva?) foram requisitados para hostilizar os mocambos de Itabaiana. Por certo essas localidades se situavam no entorno do rio Vaza-barris, onde décadas depois surgiu o aldeamento de Água

---

<sup>87</sup> DANTAS, Beatriz G. Índios e brancos em conflito pela posse da terra (Aldeia de Água Azeda – séc. 19). **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. SP. 1976. v.II. p.421-52.

<sup>88</sup> Prolegomenos ao livro I de João Capistrano de Abreu. IN: SALVADOR, Frei Vicente do [1564-1639]. **História do Brasil, 1500-1627**. 7ª ed. BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1982, p.52-3.

<sup>89</sup> Nota de Batista Caetano de Almeida Nogueira IN: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1980. p.134.

<sup>90</sup> **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002.

Azeda. O ataque ao mocambo seria dirigido por Rubellio Dias que requereu índios. O Capitão-mor de Sergipe deveria enviá-los sem demora e secretamente até a praia do Tariri, litoral baiano. O combatente esperava fazer muitas prisões, dar fim ao mocambo matando a maioria dos refugiados e prendendo os que ficassem vivos. Teria o auxílio da Companhia de Francisco Dias D'Ávila que, dessa forma, procurava evitar que Sebastiam Vasques fosse ao mocambo e preparasse os negros para a defesa.<sup>91</sup>

No decorrer dos séculos 16 e 17 foi constante a rivalidade entre os portugueses e os indígenas, como consagra nossa historiografia. Os motivos principais eram a disputa pela terra, a captura de escravos índios e a conversão forçada ao credo católico. A paz foi sempre uma imposição do branco. A invasão das terras indígenas significava que os colonos não respeitavam a constituição legal de suas áreas de residência e trabalho. Dessa forma, reduziam-se, cada vez mais, suas pequenas parcelas de terras. Caso exemplar aconteceu com os aldeamentos do Espírito Santo, São João e Santo Antonio, na Bahia. Os moradores desses lugares relataram que viviam *“nas terras ao longo do mar onde sempre viveram seus antecessores por ordem dos Governadores e Padres da Companhia se ajuntaram a povoações e fizeram igrejas em que fossem catequizados”*.<sup>92</sup> Porém, desde 1583 os portugueses avançavam cada vez mais nesses aldeamentos, tomando as terras, de forma ilegal, porque os nativos não tinham cometido nenhuma “culpa” que justificasse tal perda.

A conseqüência para esses lugarejos era a escassez da pescaria, o aumento das enfermidades, a participação em guerras acompanhando os portugueses e em diversos serviços. Tais acontecimentos fizeram decair o número de aldeamentos e provocou o

---

<sup>91</sup> “Titulo da Carta que escreveu Rubellio Dias, 6 fev. 1637”. **Documentos Históricos do Arquivo Municipal**. Atas da Câmara: 1625-1641. Prefeitura M. do Salvador-Bahia: 1949. 1º vol. p. 329-30.

<sup>92</sup> “Segunda Provisão de El-Rei em que manda aos Governadores façam restituir as terras aos índios que os moradores lhes tiverem tomado”. Salvador, 2/03/1652 (petição de 3 jan. de 1583). **Documentos Históricos (Cia. de Jesus – Bahia, 1727 – tomo 2º)**. 1670-1699. RJ.: Typ. Batista de Souza, 1944, vol. 64, p. 96-97.

despovoamento de extensas léguas pelo sertão. Legalmente os índios tinham direito ao total de “*quatro léguas em quadra*”, mas as invasões os obrigaram a se arrendarem como mão-de-obra e a fazerem novas povoações e igrejas pelo sertão. Eram acontecimentos que desagregavam os aldeamentos, ocasionando a baixa estima dos nativos, os quais chegavam a morrer de tristeza por não saber requerer “*sua liberdade nem sua justiça*”.<sup>93</sup> Esse exemplo fala de aldeias baianas, mas acreditamos que foi um acontecimento comum a quase todas as áreas indígenas. Por certo, aquelas mais próximas das vilas e povoações dos brancos, como é o caso de Água Azeda, foram logo cedo importunadas.

Fato comum no decorrer do século 17 foi à migração dos indígenas de um aldeamento para outro. Em 1685 alguns padres missionários foram ao seu superior dar parte dos índios das três missões de “*Tapuyas Gmiris*”, que se ausentaram fugindo para os aldeamentos de Geru, Pacatuba e Sergipe de El-Rei. Quando se fala em índios de Sergipe de El-Rei, acreditamos se tratar de Água Azeda, por estar mais próxima da capital, na época São Cristóvão ou, simplesmente, Sergipe. Os egressos eram homens já batizados e casados; deixaram suas esposas e se uniram a outras mulheres aonde chegaram. As autoridades não concordavam com tal situação, queriam que os índios, sob as ordens dos jesuítas, permanecessem nas aldeias como determinava a Metrópole. Por isso, foi enviada ordem para os capitães reconduzirem os “fugitivos” até suas povoações originárias e para que os capitães das aldeias não consentissem mais gente de fora em seus domínios “*com pena de serem castigados*”.<sup>94</sup>

Os aldeamentos sergipenses foram extintos no século 19. A imagem que se tinha de seus habitantes era a pior possível, sendo chamados de indolentes, desarranjados e

---

<sup>93</sup> Segunda Provisão de El-Rei em que manda aos Governadores façam restituir as terras aos índios que os moradores lhes tiverem tomado. Salvador, 2 mar. de 1652. (petição de 3 jan. de 1583). **Documentos Históricos (Cia. de Jesus – Bahia, 1727 – tomo 2<sup>o</sup>). 1670-1699.** RJ.: Typ. Batista de Souza, 1944, v. 64, p. 96-7.

<sup>94</sup> Ordem que se passou ao Padre Provincial da Companhia para se recolherem os índios que andam fora de suas aldeias. Bahia, 24 jan. 1685. **Documentos Históricos, 1651-1693.** RJ: Typ. Arch. de Hist. Brasileira, 1936. V. 32. p. 230.

obedientes a todos os vícios. Um autor da época se retrata alguns anos após fazer tais acusações. No entanto, desejava ver nos aborígenes uma mentalidade que valorizasse a riqueza e a prosperidade. Outra informação preciosa que ele nos oferece diz respeito aos hábitos alimentares que pouco mudaram durante os séculos da colonização. Por volta da segunda e terceira décadas do século em questão, afirma que os índios se sustentavam “*da carne dos animais silvestres, como antas, onças, cobras, sapos, guaribas, macacos, teiús etc. e também dos aquáticos*”. Em razão desses hábitos passavam muita fome porque estes animais estavam escassos nos bosques cultivados.<sup>95</sup>

Antonio Moniz de Souza, um sergipano da Vila de Lagarto, também relata, por volta de 1815, que os indígenas preservavam muitos dos seus ritos religiosos. Celebravam festas “*nas igrejas de suas aldeias*” e depois iam “*celebrar no mato em louvor de um Camaleão*”; mantinham uma atitude dúbia diante da religião oficial. Este autor observou que quando o grupo indígena andava disperso “*não furta tanto; e se sujeita mais ao trabalho do que estando na aldeia*”, enquanto que no aldeamento os indivíduos eram “*sublevados, atrevidos e perigosos*”. A culpa recaía, segundo ele, nos Diretores de Índios que trabalhavam buscando atender interesses pessoais sem dar atenção aos índios. A causa do fracasso dos aldeamentos e da miséria de seus habitantes estava ligada à tomada dos “*seus terrenos e matas*”, causando a privação dos recursos naturais aos quais estavam habituados.<sup>96</sup>

Corria o ano de 1808, Água Azeda havia regredido bastante. As notícias do período falam que esse aldeamento estava composto por índios domesticados. Perfazia o montante de quarenta e seis habitantes administrados por um capelão. Segundo uma autoridade católica, os índios viviam “*quase sempre errantes, sempre prontos para acompanhar cabos da justiça, logo que lhes dão algum sustento ou o seu néctar*”

---

<sup>95</sup> SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de um brasileiro** (1834). 3ª ed. Salvador: IGHB, 2000. p.53.

<sup>96</sup> SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de um brasileiro** (1834). 3ª ed. Salvador: IGHB, 2000. p.53-4 e 56.

*delicioso, que é aguardente*”. Conforme ele, estes nativos ainda não estavam civilizados, apesar de transcorridos três séculos de relacionamento com os brancos. Há um certo conflito na informação quando afirma que os índios eram domesticados, mas não eram civilizados. Duas coisas lhes faltavam: o trabalho e a propriedade privada da terra.<sup>97</sup> Na verdade, os aldeamentos viviam uma penúria resultante da política colonial que nunca favorecia o seu desenvolvimento, pelo contrário, buscou todos os meios de abreviar sua existência.

O último século de Água Azeda foi marcado pelo conflito com os fazendeiros das redondezas que ambicionavam suas terras. Mas não era só isto, havia uma mentalidade que depreciava o indígena. Em decorrência dela, por volta de 1825, os fazendeiros solicitaram às autoridades a remoção destes nativos para a Vila de Tomar do Geru ou Pacatuba. Os argumentos utilizados para tal ato revelam um pouco da vida diária do aldeamento: falam que nele poucos trabalhavam, viviam ociosos, bebendo, furtando, entre outras acusações e como autoridades exteriores, não possuía missionário, nem diretor.<sup>98</sup>

Obviamente esse depoimento não retrata toda a realidade porque de forma tendenciosa só ressalta os vícios, ou melhor, acentua-as. Porventura esses moradores não possuíam virtudes? Ao classificar Água Azeda como “*uma insignificante Aldeia de Índios*”, caracterizada por ser “*valhacouto de toda a parte de criminosos*”, que vivem “*em perfeita anarquia sem temer as Leis, nem respeitar Autoridade*”, o Presidente da Província de Sergipe revela o abandono do aldeamento e uma espécie de independência em relação ao poder provincial, fruto do pouco entrosamento que existiu durante a fase colonial. E mais, ao dizer que os índios vivem “*entregues ao ócio, embriaguez*” e à “*rapina*”, mostra que a absorção dos valores ocidentais não se deu de forma satisfatória, havendo uma certa

---

<sup>97</sup> SOUZA, Marcos Antonio de. **Memória sobre a Capitania de Serzipe [1808]**. 2ª ed. Aracaju: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1944, p.18.

<sup>98</sup> Ofício de Manoel Clemente Cavalcante de Albuquerque, Presidente da Província, [para o Ministro do Império]. São Cristóvão, 13.07.1825. **Arquivo Público do Estado de Sergipe**. Fundo Governo G 1. Pacotilha 267.

incompatibilidade entre o modo de vida indígena e a forma de viver dos novos brasileiros. Sua existência incomodava aos lavradores da circunvizinhança, grandes fazendeiros e políticos influentes, interessados na extinção do aldeamento. A informação de que os índios existiam em número reduzido era mais uma justificativa para espoliar suas possessões. Na mentalidade das autoridades, eles ainda precisavam da tutela dos brancos para “*tornar-se de prejudicados, e danosos que ora são a sociedade, em homens úteis a si próprios e ao Estado*”.<sup>99</sup>

A remoção dos índios de Água Azeda para Tomar do Geru foi cumprida. Todavia eles retornaram ocasionando, por parte da polícia, entre 1826 e 1834, perseguições, queima das casas, enfim, seu despovoamento. Mas os indígenas não voltaram exatamente para sua velha aldeia, dispersaram-se pelas matas a fim de escapar da repressão. Esse foi um aldeamento que literalmente foi destruído, pois em 1826, apenas uma casa pertencente a um português casado com uma índia permanecia de pé.<sup>100</sup> Durante esse ano patrulhas garantiram que a povoação não voltasse a ser reocupada. Suspeitava-se que seus antigos moradores estivessem vivendo ocultos nas matas das redondezas, caso que demonstra o apego sentimental dos índios ao lugar.<sup>101</sup> De fato, os egressos de Água Azeda permaneceram nas matas nos anos subseqüentes, provocando a insatisfação dos proprietários que acusavam-nas por derrubar as “*florestas*” e provocar “*danos ao gado e à*

---

<sup>99</sup> Ofício de Manoel Clemente Cavalcante de Albuquerque, Presidente da Província, [para o Ministro do Império]. São Cristóvão, 13.07.1825. **Arquivo Público do Estado de Sergipe**. Fundo Governo G 1. Pacotilha 267.

<sup>100</sup> Ofício de Henrique Luís de Araújo Maciel, Capitão-mor [para o Presidente da Província]. Água Azeda, 11.08.1826. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994, p.212.

<sup>101</sup> Ofício de Bernabé Francisco Fonseca, Capitão-Mor. Quartel da Conceição, 25/09/1826. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994, p.213.

*lavoura*”. Diante disso, solicitaram o emprego da força armada para reconduzir esses indivíduos à “ordem”. A perseguição era implacável.<sup>102</sup>

Água Azeda nunca mais se reergueu. Figura entre os três aldeamentos sergipanos que se despovoaram. Até mesmo suas ruínas não são facilmente identificáveis. A antiga população se dissipou sob a força da miscigenação e a terra virou devoluta para, em seguida, se tornar propriedade privada, após longo processo judicial que adentrou ao século 20.

Como vimos, pouco se sabe sobre a história desse aldeamento. Cabe à Arqueologia Histórica desenterrar os objetos que podem recompor parte da vida das pessoas e da sociedade. Sobre esta possibilidade se posicionam María Ximena Senatore e Andrés Zarankin, dizendo que devemos partir do princípio de que os objetos produzidos e utilizados pelos homens são “*ativos, dinâmicos, portadores e geradores de significados*”. Assim, encontraremos, por meio de sua análise, uma linha alternativa para estudar as pessoas e seu mundo social. Outro aspecto importante é que o aldeamento pode ser valorizado como uma realidade específica, dentre as múltiplas identidades sobre as quais se construiu e ainda funciona a sociedade moderna sul americana.<sup>103</sup> Isto é, a relação entre Água Azeda e os colonos pode ter sido um evento singular, diferente do que se processou em outras partes da Colônia. São essas experiências, geradoras de identidades que interessam ao se estudar a cultura material, com vistas a explorar a singularidade e a particularidade dentro de cada contexto social.

Amparada nessa perspectiva a arqueologia tem inúmeras interrogações sobre Água Azeda. A começar pela sua localização precisa, haja vista ter sido demolida entre 1826

---

<sup>102</sup> Ofício de Inácio José Vicente da Fonseca ... [para o Ministro do Império]. São Cristóvão, 10/02/1829. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994, p.220.

<sup>103</sup> SENATORE, M. X. E ZARANKIN, A. Leituras da sociedade moderna: cultura material, discursos e práticas. IN: **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002. p.9.

e 1834. Depois, considerar o caso do aldeamento não ter origem religiosa, mas seus índios serem egressos de algumas fazendas jesuítas do rio Vaza-barris. Não se fala em templo religioso, mas sabe-se que em alguns momentos sacerdotes passaram pelo lugarejo e, em outros, lamentou-se a ausência destes como prejudicial ao controle moral dos brasílicos.

A gente do aldeamento também lutou nas guerras contra os mocambos e, possivelmente contra os holandeses, portanto pode haver resquício de armamentos.

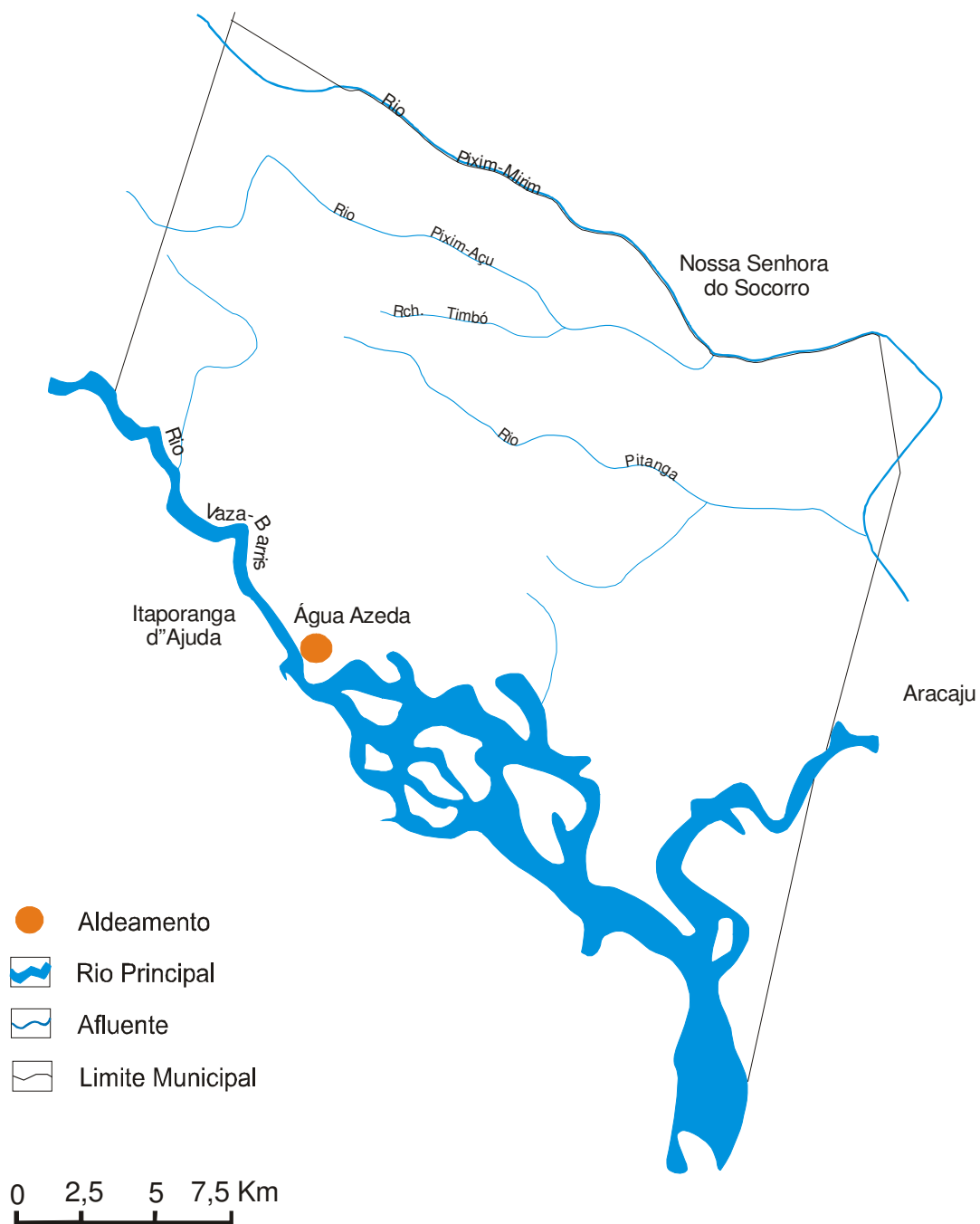
Água Azeda era o aldeamento que se localizava mais próximo de uma povoação branca, a capital de Sergipe d'El rei, isso significou alguma peculiaridade para a aculturação de seus indivíduos? As conseqüências de sua localização geográfica certamente foram uma convivência mais precoce com os brancos, arrelias constantes com estes e o empobrecimento do lugar. A arqueologia pode respaldar se essa pobreza era real ou apenas um discurso. Por outro lado, poderíamos imaginar que sua localização, vizinha a um centro urbano, fosse um fator de integração e desenvolvimento, não de isolamento e decadência.

Nesse aspecto, a atenção deve se voltar para os vestígios que mostrem a relação ou não entre o lugarejo e a cidade. Outra linha de investigação é a alimentação, esta indicará se a base de subsistência era a agricultura e a pecuária ou a caça e a coleta. Como a região era cercada de mata e a população pequena, tal conjetura não é absurda.

Outros artefatos que podem subsidiar estudos sobre o aldeamento são: garrafas, já que a historiografia denuncia o vício da bebida alcoólica; ferramentas, devido à proximidade dos engenhos e ao trabalho na agricultura; objetos frutos de atividades artesanais, porque acreditamos que essa prática milenar não foi abandonada por completo. Enfim, sobre esta tralha doméstica poderemos mensurar o quanto se preservou dos nativos e o que foi incorporado do mundo europeu.



FIGURA 04  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO  
HIDROGRAFIA E ALDEAMENTO



Fonte: DER-SE, 1996  
Elaboração: Pedro Abelardo  
Digitalização: Hunaldo Lima

## ALDEAMENTO DE ARACAJU

Antes de sediar a capital do Estado, a região de Aracaju abrigou um aldeamento indígena. Todas as fontes dão sua localização junto à foz do rio Sergipe (antes chamado Cotinguiba), sem sombra de dúvida, em um bairro da atual capital.<sup>104</sup> Clodomir Silva, em estudo dedicado a este topônimo, defende que Aracaju denominava uma área mais abrangente, limitada pelos rios Sergipe e Poxim. Nota ainda que o arcebispo da Bahia testificou, em 1757, que esta localidade era uma povoação destacada, muito habitada, não formava vilarejo, mas possuía várias fazendas, contando inclusive, com a Igreja de Santo Antonio.<sup>105</sup> No século 19 o viajante Milliet de Saint-Adolphe testemunhou que Aracaju havia sido uma aldeia e observou que ficava assentada no sopé de uma montanha de nome idêntico, isto é, morro de Aracaju. Provavelmente se reporta ao contemporâneo Morro do Urubu encravado no bairro Industrial, à margem direita do rio Sergipe, distante do mar cerca de duas léguas.<sup>106</sup>

A constituição desse lugarejo ocorreu, provavelmente, em meados do século 17 para aglutinar indígenas Tupinambá, povo numeroso e espalhado por diferentes partes do litoral de Sergipe.

Essa missão do rio Sergipe era conhecida como fazenda de Aracaju. Na época, os jesuítas, além dos aldeamentos possuíam também fazendas onde se criava gado e cultivava outros itens para a auto-sustentação da Companhia de Jesus. Aracaju teve

---

<sup>104</sup> CASAL, M. A. **Corografia brasílica ...** (1ª edição 1817) BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1976, p.251-2.

<sup>105</sup> SILVA, Clodomir [1892-1932]. **Revista de Aracaju**. Prefeitura de Aracaju, 2003, nº10. 279-87.

<sup>106</sup> SAINT-ADOLPHE, J.C. Milliet de. **Dicionário da Província de Sergipe**. Edição, introdução e notas de Francisco José Alves e Itamar Freitas. S. Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: F. Oviedo Teixeira, 2001, p.13.

duração efêmera e não parece ter reunido número expressivo de nativos. As poucas notícias sobre ela não diminuem sua importância. Há indícios de ter sido bem consolidada porque, em 1669 ocorreu a substituição do Capitão que a dirigia, cabendo a escolha a João Mulato, seu principal, “*uma pessoa de valor, e experiência militar*”. Nesse tempo era comum o comando da aldeia ser exercido pelos próprios nativos. A posse ficou comprometida porque a aldeia estava em parte remota, mas o Capitão-mor Fernão Carrilho deveria lhe dar juramento e os capitães dos Distritos contíguos haviam de respeitar, honrar, estimar e reputar o novo Capitão, assim como os índios da própria aldeia.<sup>107</sup> Felisbello Firmo Freire e Beatriz Góis Dantas, dois estudiosos da nossa era colonial, esbarraram nessa “Carta de Patente” como a única notícia sobre a fazenda no século 17; nos dois subsequentes as menções continuam raras, uma para cada século.

As fazendas desse tipo surgiram para solucionar um problema da Companhia de Jesus que era o atraso dos míseros recursos que a Coroa portuguesa lhes pagava. Aquelas que alcançavam grande porte davam liberdade econômica aos religiosos, nesse caso, os indígenas que viviam nesses aglomerados também saíam beneficiados<sup>108</sup>. Muitas fazendas na Colônia foram bastante ricas, esse não parece ter sido o caso de Aracaju que, provavelmente começou a decair a partir de 1759 com a expulsão dos jesuítas. Do ponto de vista arquitetônico e econômico essa fazenda não se destacou na Capitania, como denuncia a aparente ausência de edificações e de documentos escritos detalhando sua relação com a sociedade da época.

A mistura dos habitantes de Aracaju aconteceu ainda no século 18 porque, em 1806, segundo notou Milliet de Saint-Adolphe, não existia quase nenhum tupinambá nesse lugar e sim seus descendentes. O último representante desses nativos era um velho artesão

---

<sup>107</sup> “Carta de Patente de Capitão dos Índios da aldeia Aracajú, provida em João Mulato”. Salvador, 4 nov. 1669. **Documentos Históricos, 1668-1677**. RJ: Augusto Porto e C., 1929, v.12, p.59-60.

<sup>108</sup> HOORNAERT, Eduardo. Et alli. **História da Igreja no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, 1992. p.39-40.

que teria idade superior a cento e vinte e oito anos. Apesar da idade senil se ocupava de fazer tijolos.<sup>109</sup> A população do aldeamento deve ter se dispersado e se incorporado à população branca, deixando poucos sinais de sua presença. Quando a capital de Sergipe foi transferida para a região, existiam alguns moradores vivendo em sítios, muitos dos quais deveriam ser descendentes dos tupinambá.

A Arqueologia Histórica tem uma noção ampliada de artefato. A paisagem é considerada como tal, portanto é objeto de estudo. Ela é fonte vital de evidência histórica da vida de uma comunidade, do seu trabalho e suas idéias, não é simplesmente um fundo estático contra o qual as pessoas, atores humanos, administram as suas vidas. Em determinados contextos os componentes da paisagem são: casas, moinhos, local de compras, escolas etc., e os espaços que os cercam, como campos, ruas, parques etc. Eles não estão imóveis como nós costumamos acreditar. Segundo Patricia Rubertone, a paisagem serve como uma fonte importante de informação para estudar a ordem social e econômica. Somos forçados a não só observar, mas procurar significados nos lugares que nos cercam.<sup>110</sup>

Nos trabalhos de campo nos aldeamentos sergipanos, ou seja, “in loco”, devemos atentar para esse aspecto. Seu entorno esclarece muitas perguntas, através dos elementos que o compõem como rios, montanhas, florestas com determinadas plantas etc. Certamente foram fatores contribuintes para a eleição daquele sítio como propício à habitação. Tal abordagem tende a mostrar o quanto do mundo indígena pesava nessas decisões, porque é provável que a escolha do local de moradia cabia ao nativo. O caso de Aracaju é singular. Certos aspectos de sua paisagem como abundância de canais hidrográficos e elevações no relevo parecem ter pesado na escolha das duas primeiras

---

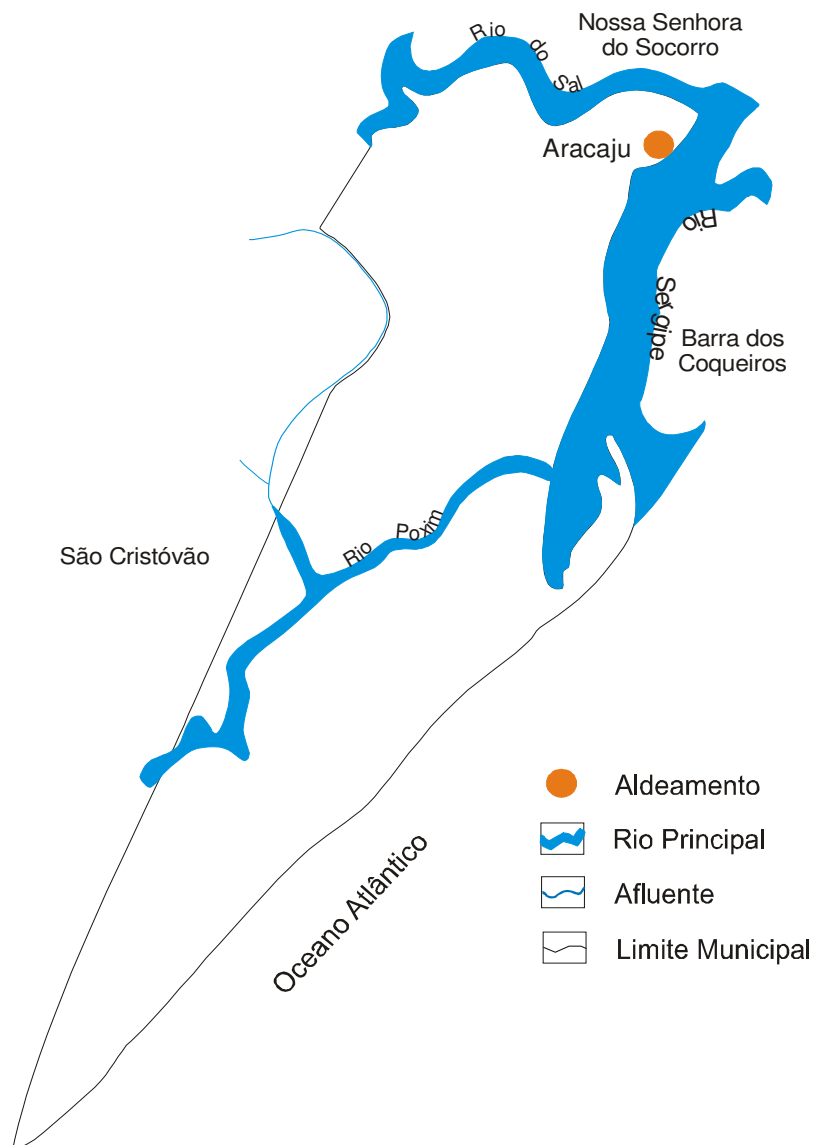
<sup>109</sup> SAINT-ADOLPHE, J.C. Milliet de. **Dicionário da Província de Sergipe**. Edição, introdução e notas de Francisco José Alves e Itamar Freitas. S. Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: F. Oviedo Teixeira, 2001, p.13.

<sup>110</sup> RUBERTONE, Patricia E. Landscape as artifact. Comment on “the archaeological use of landscape treatment in social, economic and ideological analysis”. **Historical Archaeology**. New York, 23 (1): p.50-4, 1989. Tradução do título: **Paisagem como artefato**: comentários sobre “o uso arqueológico do tratamento da paisagem na análise social, econômica e ideológica”.

localizações da sede da Capitania, por estarem ligadas à economia e à segurança. Posteriormente a cidadela teve que se internar no continente, mas a região continuou atrativa e foi sede de um aldeamento/ fazenda, até que voltou a dar lugar à atual capital.

A pergunta inicial sobre a fazenda de Aracaju é sua localização exata. Entre o Bairro Industrial e o Santo Antonio? Com a saída dos jesuítas teria se transformado em uma das propriedades particulares existentes antes da fundação do Bairro Industrial, a exemplo do sítio Chica Chaves? Essas questões poderão ser respondidas de forma casual, quando alguma obra de infra-estrutura coincidir com o local da velha fazenda e revolver seus testemunhos, como evidências de construções e dos utensílios que serviram aos seus antigos habitantes. Também devemos buscar indícios da sua produção, uma vez que sua função era sustentar os membros da Companhia de Jesus; da olaria que existia no século 19; de armamentos, porque um de seus capitães tinha experiência militar, então deve ter lutado em guerras, entre outros elementos que poderão informar mais sobre a vida nessa fazenda.

FIGURA 05  
MUNICÍPIO DE ARACAJU  
HIDROGRAFIA E ALDEAMENTO



0 2,5 5 7,5 Km

Fonte: DER-SE, 1996  
Elaboração: Pedro Abelardo  
Digitalização: Hunaldo Lima

## ALDEAMENTO DE JAPARATUBA

O município de Japaratuba dista 54 km da capital de Sergipe. Está situado próximo da região da foz do rio São Francisco. Originou-se de um aldeamento indígena localizado a oeste de um rio homônimo. Também era conhecido por “Missão de Nossa Senhora do Carmo de Japaratuba”. Sua constituição, obra dos capuchinhos franceses em meados do século 17, revela que os nativos da região viveram livres por várias décadas após a conquista da Capitania em 1590. Quando o aldeamento foi iniciado parece que não aglutinou todos índios da localidade porque havia grupos vivendo dispersos nos vales dos rios Japaratuba, Lagartixos e Siriri. No século 18 esta aglomeração atraiu a atenção dos frades carmelitas que visitaram a localidade e transferiram os índios ainda não aldeados para a Missão.<sup>111</sup>

A ocupação histórica da Missão de Japaratuba contou com diversos grupos indígenas: Caacicas, Boimé e Tupinambá, estes, antes da catequese viviam numa área mais abrangente entre o rio São Francisco e o Real. Do ponto de vista lingüístico, o grupo Boimé é considerado como falante de uma língua desconhecida e, Caacicas não aparece na classificação de Curt Nimuendaju. A historiografia testemunha que era comum a fragmentação das famílias indígenas; quando isso ocorria parte do grupo se mudava para outras áreas e tomava novos nomes. Beatriz Góis Dantas considera possível reduzir as

---

<sup>111</sup> SOUZA, Marcos Antonio de. **Memória sobre a Capitania de Serzipe [1808]**. 2ª ed. Aracaju: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1944, p.37-8.

diversas nomenclaturas de índios sergipanos a apenas dois grupos: Tupi e Kiriri, sendo os Caacicas e Boimé inseridos no último.<sup>112</sup>

A fase colonial dessa Missão é pouco documentada, mas ela existiu por três séculos, do 17 ao 19. No século 18 sobressaem informações sobre os padres que cuidavam da catequese, pertencentes a diversas Ordens religiosas. A fundação dos aldeamentos da margem do rio São Francisco coube aos capuchinhos franceses. Após a expulsão destes da Colônia, em seu lugar permaneceram os carmelitas. Por volta de 1724 essa ordem religiosa (subdividida em calçados e descalços) atuava em quase todos os aldeamentos de Sergipe. Além de fazer-se presente em Japarutuba era encontrada em “São Pedro do Jacaré”, Pacatuba e no rio Real, possivelmente em Geru. Na verdade, eram os capuchinhos italianos quem comandavam o aldeamento, mas os carmelitas se portavam como seus coadjutores.<sup>113</sup> O autor da “**História da América Portuguesa**”, em 1724, comprova a solidez das missões dos capuchinhos em Vila Nova de Santo Antonio (Neópolis), ao mencionar Japarutuba e Pacatuba.<sup>114</sup>

As missões da região de Vila Nova, entre elas Japarutuba, foram criadas para atender interesses que iam além da catequese, ou seja, as Ordens religiosas que as constituíram também representavam um papel na economia da Capitania. Marcos Antonio de Souza, em 1808, defendia que era o interesse econômico e não o religioso que vinha em primeiro lugar para muitos padres. Cita o exemplo da vila de Lagarto, onde os carmelitas possuíam doze fazendas de gado denominadas Palmares, com pastos excelentes para sustentarem vacas, bestas, ovelhas e cabras. Já em Vila Nova os padres eram donos de grandes extensões de terras, conhecidas por “*Fazendas de Santa Izabel*”, situadas ao longo

---

<sup>112</sup> DANTAS, B. G. A tupimania na historiografia sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, 1983-87, nº 29. p.43-5.

<sup>113</sup> “Dissertações Alteradas e Resolutas para Melhor Averiguação da Verdade Histórica do Brasil” [1724]. Apud: CASTELO, José Aderaldo (org.). **O movimento academicista no Brasil**. SP. Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1971. v.1. tomo 5, 2ª parte. p.52.

<sup>114</sup> PITA, S. R. **História da América portuguesa [1724]**. BH; Utatiaia; SP: EDUSP, 1976, p. 61.



da costa marítima, nas quais criavam gado para consumir e abastecer a Bahia.<sup>115</sup> A principal meta dessas fazendas era a sobrevivência dos religiosos, mas como enriqueceram bastante os padres deviam comercializar os produtos sobressalentes.

Ao raiar o século 19 o lado sergipense do rio São Francisco era quase desabitado de brancos, excetuando o de Vila Propriá, a Paróquia de São Pedro do Porto da Folha e quatro pequenos aldeamentos.<sup>116</sup> Dentre estes se destacava a Missão de Japarutuba, composta por trezentos indivíduos administrados pelos padres carmelitas. As notícias sobre as missões de Sergipe nesse século destacam aspectos similares: o relaxamento da disciplina e a falta de ocupação dos nativos. O contemporâneo Marcos Antonio de Souza, com uma visão sempre negativa, fala que os índios de Japarutuba viviam “*errantes e por serem imorigerados*”<sup>117</sup> *servem de muito gravame aos seus vizinhos*”. Repete a mesma caracterização da Missão de Geru, ou seja, o baixo grau de civilização que implicava na inutilidade dos índios para servirem à sociedade e ao Estado.<sup>118</sup> Na verdade, o religioso evidencia uma relação conflituosa entre os índios e os moradores dos arredores, cuja razão principal residia no usufruto das terras indígenas recorrentemente invadidas pelos seus vizinhos.

A população indígena prestava serviços públicos e particulares em diversificados ofícios. Em 1844 foi determinado que se reunissem cinquenta índios “*das missões*”, provavelmente de Japarutuba e Pacatuba, para efetuarem a limpeza do rio Japarutuba. Os trabalhadores seriam remunerados com pagamento de diárias, além de

---

<sup>115</sup> SOUZA, Marcos Antonio de. **Memória sobre a Capitania de Serzipe [1808]**. 2ª ed. Aracaju: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1944, p.28 e 40.

<sup>116</sup> CASAL, M. A. **Corografia brasílica ...** (1ª edição 1817) BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1976, p. 247.

<sup>117</sup> Imorigerado – que não é bem morigerado (bons costumes, vida exemplar); libertino, devasso.

<sup>118</sup> SOUZA, Marcos Antonio de. **Memória sobre a Capitania de Serzipe [1808]**. 2ª ed. Aracaju: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1944, p.37-8.

“*rações de aguardente e fumo*”.<sup>119</sup> O vício de beber aparentemente recriminado pela sociedade da época, como se vê, era estimulado pelas próprias autoridades que incluíam a bebida alcoólica entre o pagamento pelos trabalhos realizados. É certo que os fazendeiros das redondezas contavam com o pessoal da missão para trabalhar em suas propriedades. Entre os ofícios constava: tanger boiada e lavrar roças com pagamento de diárias. A complementação da renda indígena era feita com a caça e, segundo denúncia dos contemporâneos, com a pilhagem do gado das fazendas circunvizinhas, uma evidente substituição à antiga prática da caça, dos tempos anteriores à colonização.<sup>120</sup>

Nessa mesma época, perto da extinção do aldeamento de Japarutuba seus moradores índios e mestiços se dedicavam ao cultivo do algodão e outros produtos de subsistência. Milliet de Saint-Adolphe observou que o Baixo São Francisco ainda era densamente povoado por índios. Além das duas missões do distrito de Vila Nova de Santo Antonio, Japarutuba e Pacatuba, próximas uma da outra e mal povoadas, a maior parte dos mais de 1.200 habitantes da vila de Propriá era indígena ou seus descendentes.<sup>121</sup> Com isso notamos uma certa dispersão da população dos brasílicos que, com o mestiçamento não se via mais obrigada a ficar circunscrita as áreas das missões.

De forma semelhante ao que ocorreu em outros aldeamentos, as notícias do século 19 sobre Japarutuba divergem muito quanto ao total de nativos que a compunham. Em 1802 existiam 94 indivíduos, em 1808 subiu para 300 e, em 1825 ainda possuía 213 moradores.<sup>122</sup> Tal discrepância de dados quantitativos deve ser explicada pela constante movimentação de índios de uma missão para outra, ou até mesmo pela reserva dos

---

<sup>119</sup> Ofício de José de Sá Bitencourt de Câmara, Presidente da Província, para o brigadeiro José Antonio Neves Horta, Sergipe, 09/09/1844. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994, p.227.

<sup>120</sup> Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. II-33, 16, 3, Folha 14. apud. MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey**; população, economia e sociedade. Aracaju: FUNDESC, 1986. p.90.

<sup>121</sup> SAINT-ADOLPHE, J.C. Milliet de. **Dicionário da Província de Sergipe**. Edição, introdução e notas de Francisco José Alves e Itamar Freitas. S. Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: F. Oviedo Teixeira, 2001, p.56, 60, 70-1.

<sup>122</sup> MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Del Rey**; população, economia e sociedade. Aracaju: FUNDESC, 1986. p.35.

recenseadores na hora de classificar os indivíduos como indígenas. Os mestiços, segundo critérios do período, perdiam sua ligação com os ascendentes e os direitos tradicionais que estes tinham.

Em 1854 a Missão de Japarutuba foi transformada em Freguesia e cinco anos mais tarde passou a ser Vila.<sup>123</sup> Esse fenômeno foi comum na Colônia, ou seja, a religião motivando o surgimento de núcleos urbanos. Nesse caso foi a Missão que originou a cidade. Em Sergipe foram três as ocorrências: Japarutuba, Pacatuba e Geru. Nelson Omeña destacou uma peculiaridade das cidades missioneiras ou surgidas a partir de uma Missão: o fato de não criar cidadãos ou o espírito urbano, segundo ele, em razão da alma inurbana do índio que estava culturalmente ligado à vida rural.<sup>124</sup> Isso explica o motivo das missões se tornarem cidades de brancos, com o paulatino “desaparecimento” da população brasileira, principalmente com a perda de sua identidade cultural e até mesmo com o abandono da nova urbe.

Ciente de que o espaço é uma construção social, outra contribuição da Arqueologia do Brasil Colonial é estudar a formação do mundo moderno, isto é, “*os modos como foram construídas novas relações sociais, políticas e econômicas nesse cenário*”. De acordo com Marcos André Souza, atentando para questões globais e locais, integração e fragmentação, sua possibilidade de explorar os mecanismos usados em contextos particulares que “*permitiram a criação de identidades nacionais, regionais e locais*”.<sup>125</sup> Entendemos que a exumação dos artefatos de Japarutuba pode revelar como se deu sua formação social, esclarecer as peculiaridades desta comunidade e até que ponto ela estava integrada ao universo da Colônia e do Império.

---

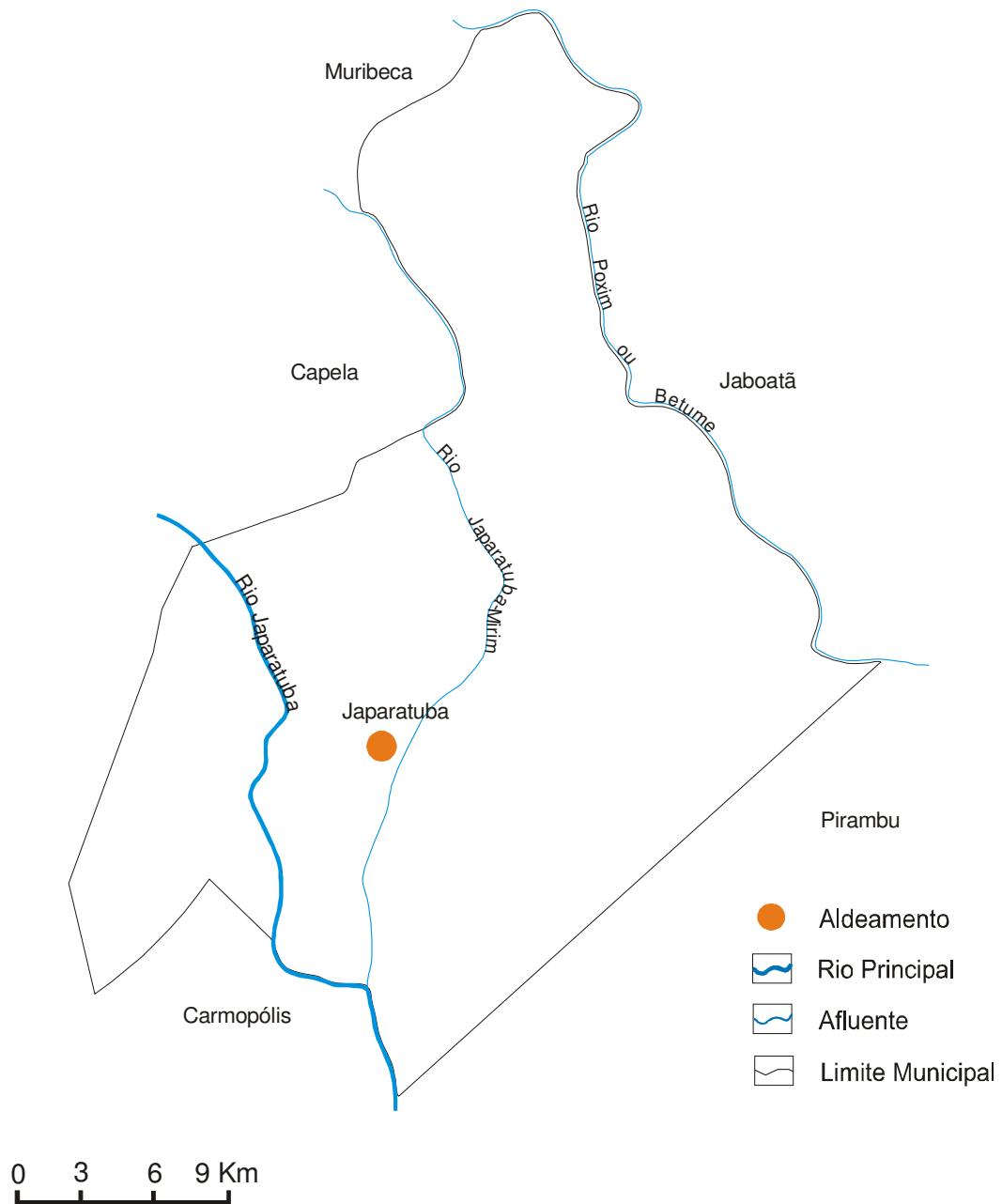
<sup>123</sup> Freguesia: povoação, sob o aspecto eclesiástico. Vila: povoação de categoria superior à de aldeia ou arraial e inferior à de cidade.

<sup>124</sup> OMEÑA, Nelson. **A cidade colonial**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1961. p.70-5.

<sup>125</sup> Souza, Marcos André T. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. IN: SENATORE, M. X. E ZARANKIN, A. **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002. p.63.

Aspectos a serem estudados: a arquitetura religiosa; as implicações de Japarutuba como aldeia/fazenda; acontecimentos do cotidiano como castigo em tronco para os feiticeiros; verificar se a acusação feita pelos contemporâneos do “baixo grau de civilização” é respaldada na cultura material; se o trabalho indígena pago com aguardente era algo casual ou rotineiro; ao serem requisitados para as obras públicas (limpeza de rio, engenhos) de que ferramentas dispunham os nativos. E mais, atentar para o que resta do cultivo de algodão e demais atividades artesanais.

FIGURA 06  
MUNICÍPIO JAPARATUBA  
HIDROGRAFIA E ALDEAMENTO



Fonte: DER-SE, 1996  
Elaboração: Pedro Abelardo  
Digitalização: Hunaldo Lima

## ALDEAMENTO DE PACATUBA

A cidade sergipana de Pacatuba, localizada a 95 km de Aracaju, disposta ao leste do Rio Poxim, até meados do século 19 foi uma missão indígena. Também conhecida como Poxim, teve sua constituição iniciada por obra dos capuchinhos franceses nos dois últimos quartéis do século 17. Região muito próspera em aborígenes, em 1592 o religioso francês André Thevet identificou na localidade o grupo chamado “Coyjajou”, que vem a ser os Caxagó ainda nomeados pelos idos de 1759.<sup>126</sup> A historiografia demonstra que o aldeamento reuniu vários grupos de nativos, entre os quais estavam os Carapotós, Caxagó (Cayagós e Capajós são grafias variantes) e Natu como os senhores do local, que deram base para a formação da missão. O pouco que se sabe sobre estes povos é a classificação lingüística elaborada por Curt Nimuendaju, segundo a qual Natu era língua isolada e Carapotó e Caxagó, línguas desconhecidas.

Francisco José Alves argumenta sobre a presença dos cariri em Pacatuba. Seus dados são os testemunhos de Luís dos Santos Vilhena (1760) e Pe. Ignácio Antônio Dormundo (1826). O primeiro assegura que os habitantes de Pacatuba eram da "nação caxago", enquanto o padre sergipano afirma que lá habitavam "índios Guiriris" (corruptela de cariri). Para desfazer a contradição raciocina o pesquisador que: os "Caxago" de Vilhena seriam simplesmente uma subdivisão da etnia cariri; o autor baiano se equivocou quanto ao batismo do grupo, pois não conhecia de perto a realidade retratada, ao contrário

---

<sup>126</sup> HOHENTHAL JR. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. **Revista do Museu Paulista**. SP: 1960, v.12, p.47.

do prelado que falava com conhecimento de causa; ou que, entre 1760 e 1826, data das duas fontes, os "caxagos" foram incorporados à missão de Pacatuba, juntando-se aos "guiriri".<sup>127</sup>

O período colonial de Pacatuba, como via de regra aconteceu com quase todos os aldeamentos de Sergipe, foi pouco documentado. Tudo indica que os índios viviam ao longo do rio Poxim, próximo do São Francisco e somente com a chegada dos capuchinhos a missão foi formada. Antes da catequese os nativos já tinham contato com a população branca. Em 1673, portanto, o aldeamento se encontrava formado, cabendo sua administração civil aos próprios índios. Isto comprova a nomeação do índio Gonçalo de Souza como seu Capitão, pelas autoridades de Salvador. Sua carta de patente expressa que a condição para um nativo ser dirigente era ser "*pessoa de valor*" e ter experiência militar. O mandatário da aldeia deveria trabalhar para a Metrópole portuguesa, contribuindo para o sucesso da colonização. Cabia ao Capitão-mor da Capitania, além de empossar o índio, fazer circular essa informação entre autoridades militares, homens públicos, índios e demais pessoas.<sup>128</sup> O critério de "experiência militar" atribuído a Gonçalo de Souza mostra que os índios de Pacatuba sempre trabalharam ao lado dos portugueses nas empreitadas guerreiras. Nesse caso, talvez se refira ao combate aos mocambos e às lutas contra os holandeses, encerradas algumas décadas anteriores.

Quase no fim do século 17, passados cem anos de colonização, a margem do rio São Francisco contava com vários núcleos de religiosos dedicados à tutela dos índios. Em 1698, entre os aldeamentos e igrejas da região, a partir da foz constava a capela de Santo Antonio; adiante o aldeamento de Pacatuba, com uma casa onde residia um padre; quatro a cinco léguas à frente estava "*Vila Nova de Sebastiam de Britto de Castro*" com

---

<sup>127</sup> ALVES, Francisco José. Índigenas de Sergipe Colonial: os Cariri. **Sergipe Mais**, Aracaju, n. 44, p. 18-19. fevereiro 2003.

<sup>128</sup> "Patente de capitão da aldeia do Poxim provida no Índio Gonçalo de Sousa", Salvador, 8 fev. 1673. **Documentos Históricos, 1668-1677**. RJ: Augusto Porto e C., 1929, vol. 12, p. 262.

uma capela; depois havia a capela particular de Pedro de Abreu de Lima. Navegando quinze léguas após Pacatuba, descobria-se a missão de São Pedro do Porto da Folha, com um capuchinho. Eram três as aldeias da margem sergipana do São Francisco, com quatro sacerdotes para patrulhar quase 60 léguas de terra, número insuficiente para controlar o expressivo contingente humano da região.<sup>129</sup> Entre as décadas de 1660 e 1670, os aldeamentos citados já estavam consolidados, conforme depuramos do testemunho do frei Martinho de Nantes ao discriminar as missões do curso inferior do São Francisco e as suas distâncias em relação ao oceano: Pacatuba, distante três léguas; Vila Nova (Neópolis), sete léguas; Vila de Traipu ou São Pedro do Porto da Folha, afastada vinte e duas léguas. A relação entre Traipu e São Pedro do Porto da Folha, segundo deixa entender um documento contemporâneo, é que ambas estavam situadas no morgado de Pedro Gomes e este abrangia terras de ambos os lados do rio São Francisco, englobando Sergipe e Alagoas.<sup>130</sup>

Antes mesmo da constituição do aldeamento de Pacatuba ocorria intensa presença de colonos nas suas redondezas. As ações conjuntas dos colonos com os religiosos persistiram pelos anos subseqüentes como deixa transparecer a existência do aldeamento e de capelas particulares. Estas eram construções contíguas às residências dos colonos mais ricos. A colonização pressionava a redução dos indígenas em missões. Estes permaneciam convivendo com os colonos porque em torno dos aldeamentos se multiplicavam os engenhos e as fazendas. André João Antonil, retratando um pouco da paisagem sergipana por volta de 1711, mostra que os currais se espalhavam pelas bordas de rios como o Real, o Vaza-barris, o Sergipe. Somente na borda aquém do rio São

---

<sup>129</sup> “Relação das missões do São Francisco conforme um memorial anônimo e sem data...”, 18 dez. 1698, IN: REGNI, P. V. **Os Capuchinhos na Bahia**. Salvador: Casa Prov. dos Capuchinhos, 1988, vol. I, p.322.

<sup>130</sup> “Missões no curso inferior do Rio São Francisco de 1670 a 1700”, IN: REGNI, P. V. **Os Capuchinhos na Bahia**. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988, vol. I, p.324.



Francisco existiam cento e seis currais.<sup>131</sup> Foi justamente nas cercanias desses mananciais de água que se instalaram os aldeamentos e os colonos.

Ao iniciar o século 18 os padres capuchinhos franceses, formadores da missão de Pacatuba, foram substituídos pelos carmelitas descalços. Os capuchos italianos desembarcaram em 1709. Estes padres dominaram dois aldeamentos no lado sergipano do São Francisco: Espírito Santo em Pacatuba, distante vinte e oito léguas da “*ilha do Jacaré*” (esta seria a Ilha de São Pedro), e uma nação dos índios conhecidos por “cajagós” (Caxagó). Como observamos, a etnia vivente em Pacatuba e a Caxagó não estavam no mesmo lugar em 1702. Passadas algumas décadas ambas foram agrupadas na mesma povoação.<sup>132</sup>

O aldeamento de Pacatuba ainda alcançou o século 19, mas logo foi extinto, ou melhor, transformado em Vila por decisão do Governo Central. O cronista Marcos Antonio de Souza lhe descreveu como o lugar mais vistoso da Capitania de Sergipe. Tinha uma população que perfazia setecentos índios dirigidos por um capuchinho italiano. Ainda estavam bastante apegados a alguns costumes nativos, pois sua principal ocupação produtiva era a caça e a pesca.<sup>133</sup>

Em 1835 a missão foi transformada na Freguesia de São Félix. Após essa data, gradativamente passou-se a negar a existência dos brasílicos na localidade. Mesmo com a extinção do aldeamento permaneceu insolúvel a questão das terras. Elas passaram a ser ocupadas e cultivadas por brancos mediante o pagamento de uma taxa destinada aos cofres governamentais, conforme legislação específica acerca do patrimônio dos extintos

---

<sup>131</sup> ANTONIL, A. J. (1649-1716). **Cultura e opulência do Brasil**. Recife: Museu do Açúcar, 1969, p.184.

<sup>132</sup> “Lista das nove Missões de que os carmelitas descalços tinham tomado posse ou iam tomar...”, 20 set. 1702. IN: REGNI, P. V. **Os Capuchinhos na Bahia**. Salvador: Casa P. dos Capuchinhos, 1988, v. I, p.323.

<sup>133</sup> SOUZA, Marcos Antonio de. **Memória sobre a Capitania de Serzipe [1808]**. 2ª ed. Aracaju: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1944, p.41-2.

aldeamentos.<sup>134</sup> Entretanto a população indígena não desapareceu, estava diminuída e misturada com os brancos e negros. Os relatos da época são dúbios, ora negam, ora atestam existir “*um pequeno número de índios*” completamente civilizados e misturados com a população local.<sup>135</sup> Por estarem misturados, julgava-se terem perdido a condição de índios, mas estes não se conformaram com a usurpação de seus domínios e procuraram as vias legais para retomá-los apelando, inclusive, ao Imperador em 1873.<sup>136</sup> Isso mostra que os carapotós, caxagó e natu resistiram como e o quanto puderam, antes de formarem a sociedade sergipana.

Durante este século os episódios em que os índios de Pacatuba aparecem reivindicando seus direitos são copiosos. Nessa época os índios do Nordeste, em diversas situações, recorreram às armas para defenderem seus interesses. Os nativos de Pacatuba no ano de 1826 invadiram a cadeia pública da Vila de Propriá com a intenção de libertar o seu principal líder destinado a seguir, compulsoriamente, para o Rio de Janeiro a serviço da Marinha. A atitude foi resultante de uma longa querela com os proprietários de um engenho vizinho ao aldeamento, por questões de terra, que conseguira nomear um parente para diretor da aldeia. Inconformados os índios se rebelaram e foram ajudados por outros proprietários rurais, forasteiros e desertores vindos do Norte. A situação relatada se contrapõe à imagem típica do índio soldado a serviço do Estado porque mostra uma variedade de situações em que os aldeados, durante séculos, fizeram alianças com outros

---

<sup>134</sup> Ofício de Antonio Francesco de Paula, da Diretoria de Terras Públicas e Colonização, ao Presidente da Província de Sergipe. Rio de Janeiro, 20/06/1866. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. SP: FAPESP, 1994, p.243.

<sup>135</sup> Ofício de Casemiro de Sena Madureira, juiz de Vila Nova. Vila Nova, 04/03/1872. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. SP: FAPESP, 1994, p.248.

<sup>136</sup> Ofício de Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão [para Ministério da Agricultura]. Aracaju, 26/04/1873. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994, p.252.

sujeitos sociais e pegaram em armas, insurgindo-se contra as autoridades e a ordem vigente.<sup>137</sup>

Foi uma manifestação mais enérgica em defesa do seu Sargento-mor, Serafim José Vieira, que se encontrava preso na Vila de Propriá. Cerca de duzentos e cinquenta índios invadiram a cadeia portando armamentos tradicionais como arco e flechas.<sup>138</sup> Percebemos que além de utilizar elementos de sua cultura material os índios, ainda eram numerosos, o que contraria algumas informações da época. Beatriz Góis Dantas resume muito bem essa realidade, segundo ela, este caso mostra como os índios aproveitando as inimizades entre os senhores de engenho em disputa pelo poder, por meio das alianças com um se fortalece contra o outro. Ou seja, o índio era um interlocutor sempre presente e tinha poder de barganha em alguns momentos.<sup>139</sup>

Não só a revolta marcou o aldeamento de Pacatuba no século 19. Suas redondezas estavam cercadas por engenhos com os quais disputavam terras, mas também tinham relações de trabalho. Em 1826, havia índios trabalhando no engenho Prata, para onde “*deslocaram-se armados de flechas e armas*”.<sup>140</sup> Também o recrutamento dos homens do aldeamento foi constante, era uma forma de punição para aqueles que desacatavam as autoridades, ou um meio de esvaziar a capacidade de mobilização dos indígenas para reivindicar direitos. A convocação de homens a partir dos dez anos de idade era feita à revelia dos interesses dos índios. Houve ocasião em que quando se dirigiam às feiras foram presos e enviados à Marinha do Rio de Janeiro, por isso muitos fugiam. Por

---

<sup>137</sup> DANTAS, Beatriz G. et alii. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. IN: CUNHA, Manuela C. (org). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. SP: Companhia das Letras; Secretaria M. de Cultura, FAPESP, 1992. p.448.

<sup>138</sup> Ofício de Bento de Melo Pereira para o Vice-Presidente da Província. Vila Nova, 19/12/1826. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. SP: FAPESP, 1994, p.214.

<sup>139</sup> DANTAS, Beatriz G. et alii. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. IN: CUNHA, Manuela C. (org). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. SP: Companhia das Letras; Secretaria M. de Cultura, FAPESP, 1992. p.450.

<sup>140</sup> Ofício de Francisco Martins da Cruz para o Presidente da Província, Vila Nova, 29/10/1826. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. SP: FAPESP, 1994, p.213.

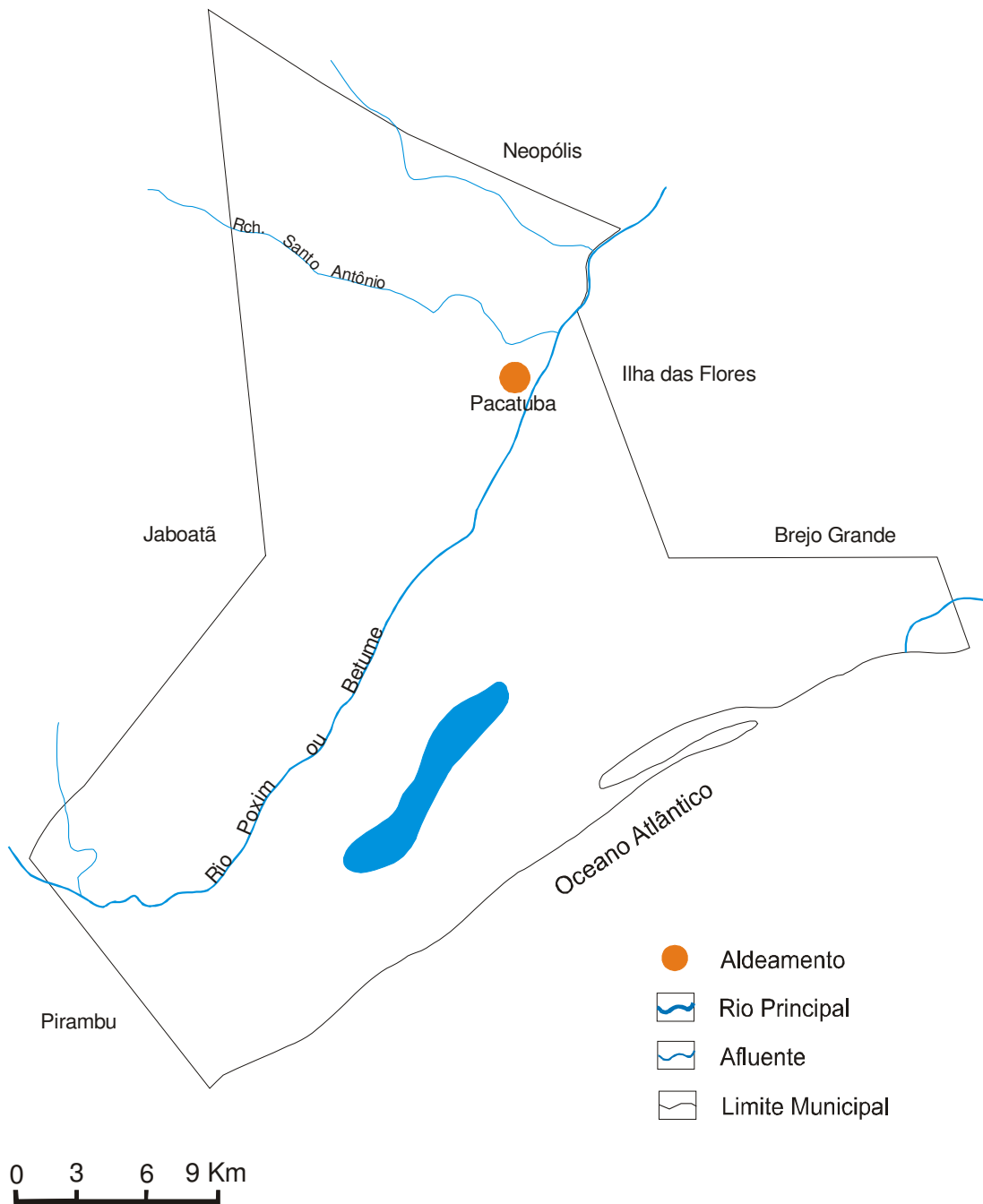
volta de 1830 haviam sido recrutadas mais de setenta pessoas. Isso causou grande impacto na densidade demográfica dessa população e também na sua sobrevivência cultural, uma vez que foram enviados para outra Província.<sup>141</sup>

Pelo espaço de dois séculos de duração do aldeamento, muitos objetos foram depositados sob o chão que pisaram seus habitantes. Interpretando tais artefatos podemos chegar aos homens que os confeccionaram e utilizaram. A documentação nos dá certas pistas como a experiência militar dos chefes índios, indício das lutas nas guerras dos brancos; o complexo arquitetônico da igreja e da residência dos religiosos; a ocorrência de fazendas e engenhos no entorno do aldeamento e o emprego da mão-de-obra nativa nas atividades dessas empresas; a subsistência baseada na caça e na pesca em detrimento da agricultura pode demonstrar pouco grau de absorção de práticas e valores ocidentais; o porte de arco e flechas no século 19. Cabe perguntar se o uso desses armamentos dispensava os de metais e se restaram artesãos na Missão.

---

<sup>141</sup> Ofício de José Guilherme da Silva Martins ao Comandante Interino das Ordenanças da Vila de Penedo, Engenho Anhumas, 09/02/1930. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. SP: FAPESP, 1994, p.221-22.

FIGURA 07  
MUNICÍPIO PACATUBA  
HIDROGRAFIA E ALDEAMENTO



Fonte: DER-SE, 1996  
Elaboração: Pedro Abelardo  
Digitalização: Hunaldo Lima

## ALDEAMENTO DE SÃO PEDRO DO PORTO DA FOLHA

O único grupo indígena de Sergipe vive hoje na Ilha de São Pedro, pertencente ao município de Porto da Folha, afastado 190 km de nossa capital. Os Xocó que aí vivem são remanescentes de vários grupos extintos. A origem do aldeamento de São Pedro remonta a meados do século 17 e, no princípio, sua localização devia ser no continente e não na ilha fluvial. Começou com a instituição de um morgado<sup>142</sup> por Pedro Gomes, logo após ter se aliado aos índios Aramuru para expulsar os holandeses da região do São Francisco. Segundo a versão dos descendentes do fazendeiro ele “recompensou” os nativos “permitindo” morarem nas terras de sua propriedade, franqueando os meios de subsistência, a construção da igreja e um missionário. Na expansão pastoril ao redor do rio São Francisco tornou-se corriqueiro os fazendeiros tomarem posse de uma área e, em seguida, solicitar um religioso para catequizar os índios a fim de manter em segurança o seu rebanho. Foi o caso de São Pedro onde antes os nativos usufruíam livremente de ampla paisagem e passaram a viver reduzidos sob a condição de “presente”, “recompensa”.

O grupo inicial que formou essa Missão foi o Aramuru (grafado nos documentos Aremarús, Aramaru, Orúmarus, Oromarais). Com o passar de três séculos outras etnias foram agregadas à missão, entre as quais, Uruma (Onumas), Carapotós, Romaris e, por fim, já no século 19, os Xocó.<sup>143</sup> O “**Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**” qualifica os

---

<sup>142</sup> Propriedade vinculada ou conjunto de bens vinculados que não se podiam alienar ou dividir, e que em geral, por morte do possuidor, passava para o filho mais velho. HOLLANDA, Aurélio B. **Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI**. Novembro de 1999.

<sup>143</sup> Representação de Antonio Gomes Ferrão Castelbranco (1786-1798), IN: DANTAS, B. G. **Terras dos índios Xocó: estudos e documentos**. SP: Editora Parma, 1980. p.22.

Xocó como língua isolada, os Aramuru, Romari, Carapotó como línguas desconhecidas e os Oromarais não aparecem no mapa. Os Romaris foram recrutados nas matas do rio São Francisco pelos capuchinhos. Estes padres também edificaram uma igreja e passaram a agregar grupos procedentes das serras de Pão-de-Açúcar, do lado alagoano. Tal diversidade de povos em algumas missões ocorria porque quando os grupos começavam a rarear em alguns núcleos, logo se preparava sua remoção para outra localidade. Houve casos em que os próprios nativos decidiram migrar para outros aldeamentos.

A fase colonial do aldeamento de São Pedro, nos anos iniciais, foi marcada pela presença dos padres capuchinhos franceses.<sup>144</sup> O interesse destes pela região começou por volta de 1664, quando passaram a se dedicar às chamadas “*tribos selvagens*”, sustentando seis missões englobando a Bahia e Sergipe. Nesta Capitania os capuchinhos cuidavam da aldeia de São Pedro dos Aramurús, que ficou sob a responsabilidade do padre Anastácio de Audierne e, na mesma época administravam o aldeamento de “Pochim” (Pacatuba).<sup>145</sup> Anastácio de Audierne teve uma atuação marcante entre os índios das margens do rio São Francisco. Sua chegada à região visava adquirir intimidade com os nativos para, em seguida, tratar das suas conversões. Em 1673 este padre já estava entre os índios “*que habitam as Ribeiras do Rio de São Francisco mais de cem léguas pelo Sertão*”, no atual Porto da Folha. Informava às autoridades que era preciso fazer uma igreja para poder reuni-los e doutriná-los, porque já contava com a sua disposição, isto é, havia adquirido a simpatia dos aborígenes.<sup>146</sup>

---

<sup>144</sup> Religioso pertencente a uma divisão da Ordem franciscana, na reforma de Mateus Basci em 1525; barbadinho. A Ordem franciscana foi fundada por São Francisco de Assis [1182-1226]. IN: HOLLANDA, Aurélio B. **Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI**. Novembro de 1999.

<sup>145</sup> PRIMERIO, Frei Fidelis M. de. **Capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos séculos 17, 18 e 19**. São Paulo: 1940. p. 44-5 e 60.

<sup>146</sup> Portaria para o Provedor-mor da Fazenda Real dar ao Frei Anastácio de Audierne o que lhe for necessário. Bahia, 3 jun. 1673. **Documentos Históricos, 1670-1678**. RJ: Augusto e Porto e C., 1929. v. 8. p. 156.

Assim que se estabeleceram entre os nativos os religiosos promoveram mudanças. Começaram por obrigar a semear, plantar e preparar “*asseadamente as refeições*”, diz Martinho de Nantes. Depois cuidaram de distanciar os índios de seus antigos rituais religiosos, que continuavam a praticar escondidos quando iam caçar ou coletar mel. No início da catequese os padres asseguraram que receberam dos índios e queimaram publicamente seus “*ídolos, suas vestimentas de cerimônia*”,<sup>147</sup> mas o procedimento de cultuar as escondidas perdurou até o século 19. É uma notícia que coloca por terra boa parte das informações que muitos estudiosos divulgam sobre a aculturação indígena. Diz-se por aí que a perda da identidade cultural do nativo foi total e imediata ao contato com os católicos. Mas em São Pedro do Porto da Folha encontramos um claro desmentido de tal crença, porque vemos que após mais de dois séculos de evangelização cristã, ainda persistiam as cerimônias religiosas dos índios.

No século 17 a presença dos religiosos incomodava aos colonos que os acusavam de incentivar os índios a lutar contra os portugueses. Em 1680 denunciaram que durante a catequese os capuchinhos ensinavam a desobediência aos portugueses, que a terra brasileira pertencia aos próprios índios e que se alguém mais tivesse direito a ela seriam os franceses por serem seus primeiros descobridores. Acrescentaram que os padres falavam nas “*grandes conveniências*” e bom tratamento que os índios receberiam dos franceses se estes povoassem o Brasil, valorizariam os laços de parentesco com os índios, casando-se com suas mulheres, tratando-os com igualdade, ao contrário dos portugueses que os fazia escravos. E mais, que os padres compravam armas de fogo e ensinavam os nativos a atirar.<sup>148</sup>

---

<sup>147</sup> NANTES, Martinho de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. Tradução de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979. P.18 e 45.

<sup>148</sup> **Documentos Históricos do Arquivo Municipal**. Cartas do Senado, 1680 [1673-1684]. Prefeitura do M. do Salvador-Bahia. 2ºVol. p.78.



As refregas aconteciam nos vários aldeamentos do Rio São Francisco onde alguns particulares haviam “*colocado seu gado nas terras dos índios*”. O hilariante é que eles próprios tinham requisitado os missionários para a segurança do seu gado, entretanto usaram todos os meios para afastar os padres. A consequência para as missões era desastrosa porque “*Os rebanhos devoravam as plantações dos índios e os obrigavam a separar-se em diversos lugares para poder viver*”. Um fazendeiro do rio Paraíba, Antonio de Oliveira, dirigiu-se à Câmara acusando os padres de ensinar aos índios o manejo de armas que haviam dado a alguns deles. Na verdade, as armas tinham sido dadas pelos próprios portugueses. A denúncia chegou à Corte e quem defendeu os padres foi a rainha de Portugal, Maria Francisca Isabel de Sabóia, francesa de nascimento.<sup>149</sup> Essa oposição culminou com a substituição dos franceses pelos italianos.

Neste mesmo século os aldeamentos enfrentaram outros conflitos devido à avidez por escravos indígenas que perdurou por toda a colonização. Em 1672 foram atacados os aldeamentos de Canabrava e São Pedro, durante a gestão do frei Anastácio de Audierne. Esse padre, na defesa dos índios repeliu os colonos baianos afirmando que os Aramaru das “*terras do Mestre de Campo Pedro Gomes*” eram catequizados e obedeciam ao governo, por isso os oficiais de guerra, justiça e do Estado não deveriam molestar a Missão, pelo contrário deveriam lhe favorecer impedindo que a gente da “*Vila*” de Salvador ou de qualquer outra lhe fizesse guerra ou os molestassem, sob pena de serem castigados.<sup>150</sup> Pedro Puntoni lembra que foram resgatados doze índios da aldeia de São Pedro, cuja libertação coube a Martinho de Nantes que antes já havia recebido do falecido

---

<sup>149</sup> NANTES, Martinho de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. Tradução de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979. p.40.

<sup>150</sup> “Ordem que o governador Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça passou ao reverendo padre frei Anastácio de Odierno acerca se não entender com índios Aramarús”. Bahia, 23 out. 1672. **Documentos Históricos, 1670-1678**. RJ: Augusto Porto e C., 1929. vol. 8, p. 116-17.

visconde de Barbacena um salvo conduto. De porte desse documento conseguiu a libertação por ordem do Tribunal de Relação da Bahia.<sup>151</sup>

Em fins do século 17 os aldeamentos do rio São Francisco foram requisitados para enviar gente à atividade mineradora. A procura por metais preciosos teve início no entorno desse rio, congregando colonos e indígenas das redondezas para acompanharem os agentes governamentais na tarefa. Em 1672 o governo animado pela descoberta de ametistas nos sertões baianos, enviou o Capitão Manuel da Silva Pacheco a procura de metais preciosos no São Francisco. A jornada foi realizada com gente de muitas partes da Bahia, inclusive índios da aldeia Massacará, próxima da atual Paulo Afonso. O chefe da expedição levava ordens para os capitães dos distritos do “*Rio de São Francisco, e Massacará*” lhes entregar mais gente, entre moradores e índios, a fim de contribuir com o sucesso da mineração.<sup>152</sup> Entre estes, possivelmente se encontravam indivíduos de São Pedro ou de Pacatuba.

No mesmo ano, o capitão Bento Surrel foi nomeado Superintendente do descobrimento dessas minas, devendo os Capitães de Ordenança da jurisdição de Sergipe e vila de Penedo, além de todos aqueles que tivessem seus distritos em ambas as margens do Rio de São Francisco, lhe assistir com tudo o que fosse necessário para o dito descobrimento. A comitiva compunha-se de “*ajudantes, capitão, e mais pessoas que com ele vão*”, chefes de aldeias e “*outros*” (índios?) que fossem liberados para a jornada.<sup>153</sup>

No decorrer do século 18 alguns episódios demonstram que a Missão de São Pedro conservava alguma força e não estava totalmente submissa aos agentes coloniais. No

---

<sup>151</sup> PUNTONI, P. **A guerra dos bárbaros:** povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, EDUSP, FAPESP, 2002, p.120.

<sup>152</sup> “Patente de capitão da gente que acompanha as pessoas que forem ao descobrimento, e averiguação das Minas do Rio de São Francisco”, 30 mar. 1672. **Documentos Históricos, 1668–1677.** RJ: Augusto Porto e C., 1929, Vol. 12, p. 210.

<sup>153</sup> Patente de Superintendente do descobrimento das Minas do Rio de São Francisco [Capitão Bento Surrel]. Salvador, 05.04.1672. **Documentos Históricos, 1668–1677.** RJ: Augusto Porto e C., 1929, v.12, p.210.

início deste século, uma medida disciplinar foi tomada visando a sujeição dos índios que estavam amotinados nas Missões de São Pedro e Pacatuba. A pacificação coube ao militar Manuel Martins Brandão que, entre 1704 e 1708 foi nomeado Sargento-mor de Sergipe de El-Rei, em recompensa ao sucesso alcançado. Este sargento conduziu seus soldados para o rio São Francisco, localidade distante mais de 225 léguas de São Cristóvão, arcando com todos os gastos que fez por levar em sua companhia “*os oficiais necessários para a dita mostra*” em que saiu bem sucedido; tanto que “*não houve dele queixa alguma obrando em tudo como honrado soldado*”, intimando aos índios da Missão de São Pedro, na época habitada pelos “*Onumas*”, e os de Pacatuba, que se achavam amotinados, para porem fim às alterações “*que estavam procedendo*”.<sup>154</sup> Não há clareza dos motivos da contenda, porém ela revela o enfrentamento entre os índios e as autoridades em alguns momentos.

Nesse período quem administrava os aldeamentos do São Francisco eram os Carmelitas descalços, também conhecidos como “*terésios*”. Estes ganharam notoriedade a partir da saída dos Capuchinhos franceses, mesmo assim persistiu a oposição entre eles e os senhores coloniais. Foram denunciados por Garcia de Ávila Pereira como sendo pouco frutífera sua permanência entre a “*crístandade*” do rio São Francisco. Esse proprietário desejava que as missões fossem logo entregues aos capuchos italianos, preferidos na sua opinião por demonstrarem “*desinteresse dos bens humanos, pois só tratam da salvação das almas*”. Não exigiam nenhuma recompensa financeira, assim a fazenda real economizava o gasto anual “*de trinta mil reis*” com os “*theresos*”. Os proprietários saíram vencedores porque os capuchinhos italianos substituíram os “*terésios*” e foi suspensa a despesa anual, ficando Garcia d’Ávila Pereira com a obrigação de sustentar, com seus

---

<sup>154</sup> Registro da Carta de Patente do posto de sargento-mor da ordenança de Sergipe de El-rei provido na pessoa de Manuel Martins Brandão. Lisboa, 25 out. 1709. **Documentos Históricos, 1699-1711**. RJ: Typ. Batista de Souza, 1943, vol 59, p. 157-160.

recursos, os missionários novatos, provavelmente aqueles do alto sertão baiano, numa clara subordinação à Casa da Torre.<sup>155</sup>

Em 1710 finalmente os capuchinhos italianos chegaram ao Brasil e rumaram para as missões antes pertencentes aos franceses, onde até 1759 estiveram à frente dos seguintes aldeamentos: São Pedro do Porto da Folha, com 130 índios; Pacatuba, com mais de 400 componentes; Geru, dedicado à Nossa Senhora do Socorro, situado na Freguesia de Campos do Rio Real, com sessenta casais indígenas. Nessa época os Carmelitas Calçados administravam as missões de Bom Jesus da nação Cariri, no Rio Real e a Missão de Japarutuba da nação “Boymês”. Água Azeda não contava com governo religioso.<sup>156</sup>

O século 19 foi crucial para a Missão de São Pedro assim como para outros aldeamentos de Sergipe; nessas décadas o aldeamento foi bastante documentado. Em 1808, Marcos Antonio de Souza diz que o aldeamento contava com um capuchinho italiano dirigindo trezentos índios “*muito indolentes*”, que viviam da pesca e do plantio de mandioca cultivada na ilha. Como se vê, o lugar habitado já era a ilha fluvial que media meia légua de comprimento e quatrocentas “braças” de largura.<sup>157</sup> É certo que no passado essa missão era situada no continente e depois foi transferida para a ilha onde se encontra hoje. Uma década após, Manuel Aires do Casal informou que São Pedro era habitado por apenas “*oitenta pessoas*” oriundas das tribos dos “romarís” e “Ceocoses” (Xocó), trazidos da Serra de Pão de Açúcar que, por sua vez, tinham vindo do riacho Piancó em Pernambuco.<sup>158</sup> Percebe-se uma discrepância nessa informação por ser inconcebível tal alteração demográfica em tão curto

---

<sup>155</sup> “Carta sobre assistirem os Religiosos Capuchos Italianos, nas missões do Rio de São Francisco”, Lisboa, 10/12/1709. **Documentos Históricos**, 1692-1712. RJ: Typ. Arch. de Hist. Brasileira, 1936. v. 34. p.310-11.

<sup>156</sup> CALDAS, José Antonio. Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. nº 57, 1931, p.34-35.

<sup>157</sup> SOUZA, Marcos Antonio de. **Memória sobre a Capitania de Serzipe [1808]**. 2ª ed. Aracaju: IBGE, 1944, p.43.

<sup>158</sup> CASAL, M. A. **Corografia brasílica ...** (1ª edição 1817) BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1976, p.250-51.

espaço de tempo, salvo se houve transferência para outra localidade ou se os critérios para determinar a identidade indígena variavam para os diferentes autores.

Neste século, em São Pedro do Porto da Folha as entradas e saídas de novas levadas de índios foram constantes. Em 1808 se ausentaram vários índios para Pernambuco onde foram em busca de trabalho.<sup>159</sup> Quando em 1841, a sede da Freguesia foi mudada do aldeamento para o continente, segundo o frei Candido Taggia, este ato representou um momento de abandono dos índios devido à ausência de autoridade religiosa e civil, ocasionando a evasão de muitos deles.

Durante as primeiras décadas do século 19 a Ilha de São Pedro continuou recebendo índios de outras missões. Em 1823 o padre Gaspar de Paula Bulcão, diretor dos índios, comunicou que no mês de abril aportaram no aldeamento todos os índios da Missão Águas Belas, em Pernambuco, acompanhados com seus oficiais. Chegaram cerca de 60 indivíduos portando “arcos”, enquanto em São Pedro só existiam 30 arcos; por esta razão não foram repelidos, mas aceitos de bom grado.<sup>160</sup> O interesse do prelado pelos “arcos” deve ser entendido como o aumento da segurança e da mão-de-obra.

Em 1827 trinta e seis índios procedentes da “aldeia de Curral dos Bois” se estabeleceram em São Pedro juntando-se aos outros que haviam imigrado anteriormente. Assim, em 1829 este aldeamento contava com índios das seguintes procedências: Curral dos Bois, Rudela, Águas Belas, Pacatuba, Colégio, Traipu e Pambu. Segundo Beatriz Góis Dantas, nesse período, dos indivíduos residentes no aldeamento, os brancos exerciam predominantemente as atividades de agricultura e pecuária, enquanto os índios estavam mais voltados para atividades extrativas e o exercício de pequenos ofícios. Também as

---

<sup>159</sup> Sumário de Testemunhas produzido em prova da conta que deram os índios da Missão de São Pedro contra seu Reverendo Pároco (1818). Apud. DANTAS, Beatriz G. DALLARI, Dalmo A. **Terra dos índios Xocó**: estudos e documentos. SP: Editora Parma, 1980. p.151.

<sup>160</sup> Ofício do vigário de São Pedro ao Presidente da Província 06/04/1823.apud. DANTAS, Beatriz G. DALLARI, Dalmo A. **Terra dos índios Xocó**: estudos e documentos. S.P.: Editora Parma, 1980. p.151.

mulheres índias se dedicavam mais à cerâmica enquanto as portuguesas se ocupavam de fiar, tecer, costurar e fazer rendas.<sup>161</sup>

Por volta de 1845 ainda persistiam alguns traços culturais dos nativos. De acordo com Milliet de Saint-Adolphe, “*posto que civilizados*” estes habitantes, “*se não desencontram nos costumes dos que vivem no estado de natureza*”, ou seja, para se manterem contavam apenas com a pesca e a caça, cabendo à mulher o papel de confeccionar vasilhames cerâmicos e plantar mandioca. O viajante também revela a descoberta na vizinhança da povoação de utensílios, fragmentos de cerâmica e ossos de megafauna, tornando-a uma área interessante para a Arqueologia Histórica e a paleontologia.<sup>162</sup> Outro viajante que passou pelo aldeamento foi o inglês George Gardner em meados do século 19. Ele observou que os índios se ocupavam da criação de porcos, cabras e cães e se dedicavam à pesca, embora esta fosse difícil quando o rio estava cheio. As mulheres fiavam panos de algodão para as velas das embarcações.<sup>163</sup> Este relato mostra um pouco da vida dos indígenas que apesar de séculos de contato com os brancos preservavam traços importantes de sua cultura.

As relações entre os índios de São Pedro e seu religioso não eram boas. Em 1859, quando o Imperador Pedro II passou pela missão, os nativos denunciaram o frei Doroteu de Loreto, seu missionário, por arrendar as terras à revelia dos seus interesses e não lhes repassar o dinheiro. O padre, em resposta, disse que a revolta dos índios era devido a não reconhecê-lo como Diretor e porque ele castigava no tronco os índios desordeiros e aqueles que o afrontavam. Cita um episódio em que aparece a preservação dos rituais

---

<sup>161</sup> Relação dos habitantes da Freguesia Missão de São Pedro do Porto da Folha, seus nomes, (...) em 1829. apud. DANTAS, Beatriz G. DALLARI, Dalmo A. **Terra dos índios Xocó: estudos e documentos**. S.P.: Editora Parma, 1980. p.151 e 158.

<sup>162</sup> SAINT-ADOLPHE, J.C. Milliet de. **Dicionário da Província de Sergipe**. Edição, introdução e notas de Francisco José Alves e Itamar Freitas. Idem. p.86-7.

<sup>163</sup> GARDNER, George. **Viagens no Brasil**. SP: Ed. Nacional, 1942. apud DANTAS, Beatriz G. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Terra dos índios Xocó: estudos e documentos**. São Paulo: Editora Parma, 1980. p.153-4.

religiosos indígenas, no qual o padre os surpreendeu “*em assembléias noturnas com danças supersticiosas*”, segundo Doroteu de Loreto, contrárias à religião católica.<sup>164</sup> Vemos que a resistência cultural da população de São Pedro ocorria no plano religioso e no plano econômico.

No decorrer do século 19 aconteceram diversas mudanças no aldeamento. Após a saída dos capuchinhos e a criação da Freguesia em 1821, a população branca ou portuguesa em São Pedro era significativa, enquanto os brasílicos se retraíam as outras etnias e os mestiços aumentavam. Em 1825 habitavam nesse lugarejo mais de 70% de não-índios (brancos, pardos e pretos), que se dedicavam à criação de gado e à pequena lavoura (de subsistência).<sup>165</sup> No final do século o próprio missionário informava que não existiam “*propriamente índios selvagens*”, mas sim indivíduos domesticados vivendo da lavoura e do fabrico de potes e panelas. Essa população, em 1872 tinha se reduzido mais ainda devido a uma epidemia de cólera,<sup>166</sup> entretanto devemos desconfiar das fontes porque elas deixam patente o desejo de extinguir as etnias nativas em nome da nacionalidade brasileira.

Em 1883, quando Luiz da Silva Tavares fez um memorial demonstrando a extensão das terras do antigo morgado de Porto da Folha de sua propriedade, incluiu dentro delas a região chamada de Caiçara, quando, na verdade, a Caiçara pertencia aos índios da ilha de São Pedro.<sup>167</sup> Houve muita disputa de terras entre os índios e os moradores brancos da região. Chegou-se ao ponto de as violências praticadas contra os brasílicos motivarem suas fugas para outras localidades, concorrendo para a desagregação do aldeamento. Após várias décadas de perseguição e perda de identidade, nos anos setenta do século 20 os

<sup>164</sup> Ofício do frei Doroteu de Loreto, ao Presidente da Província, Porto da Folha, 19/11/1859. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. SP: FAPESP, 1994, p.238.

<sup>165</sup> DANTAS, Beatriz G. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Terra dos índios Xocó: estudos e documentos**. São Paulo: Editora Parma, 1980. p.156-7.

<sup>166</sup> Cópia do ofício do frei Doroteu de Loreto, à Câmara Municipal. São Pedro, 24/02/1872. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. SP: FAPESP, 1994, p.248.

<sup>167</sup> “Documento nº 19a. Página LXXVIII (anexo ao documento nº 19) Memorial das terras do extinto morgado do Porto da Folha da Província de Sergipe”. 21julho de 1883. **Arquivo Público do Estado de Sergipe**. Fundo Governo. Pacotilha 1308.

Xocó, últimos remanescentes, recuperaram o direito à posse das terras da Ilha de São Pedro e voltaram a se auto-identificar como índios.

Para São Pedro do Porto da Folha, as contribuições dos testemunhos arqueológicos históricos devem ser complementares e relacionados à imperfeição da documentação escrita que não registra tudo o que ocorreu nessa sociedade. Segundo Arno Alvarez Kern, os “*testemunhos arqueológicos são o conjunto dos dados constituídos por todas as alterações no mundo material resultantes da ação humana*”. Eles testificam a conduta humana. Assim, aliando a documentação escrita e a documentação material, buscamos essencialmente uma “*interpretação histórica*”. Com o alargamento da noção de documento a tarefa do arqueólogo histórico é semelhante à do historiador, ambos buscam precisar ou esclarecer diversos aspectos “*político, religioso, econômico, social ou simplesmente material*”, através das fontes a sua disposição.<sup>168</sup>

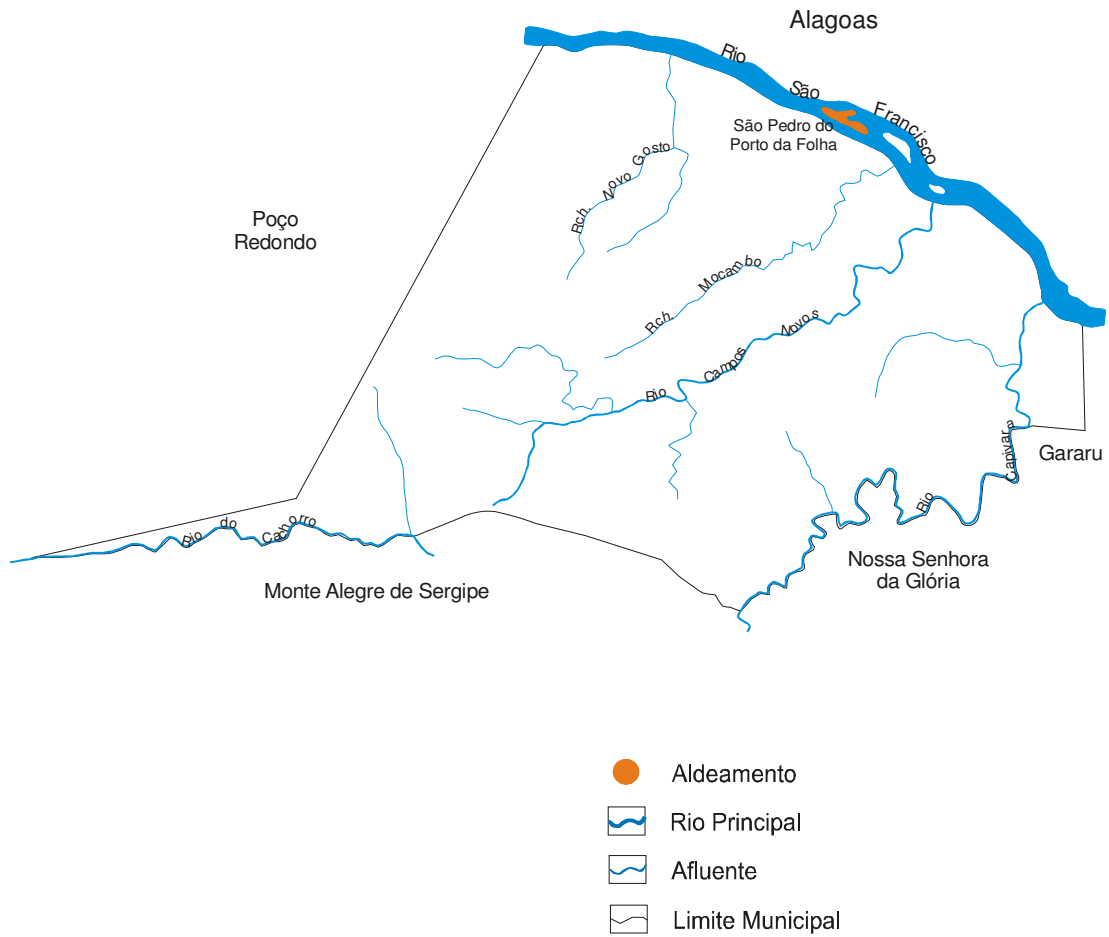
A documentação escrita oferece os seguintes indícios: luta contra os holandeses; sobrevivência do complexo arquitetônico, igreja e residência do religioso, além do cemitério; a agricultura, a pecuária, a caça e a pesca como meios de subsistência alimentar; dedicação a alguns ofícios artesanais (as mulheres índias eram ceramistas e as brancas fiavam, teciam e faziam renda); uso de embarcações a vela; tronco onde os padres e os capitães castigavam aqueles tidos como desordeiros. Todas essas atividades geraram uma série de vestígios de metal, vidro, cerâmica, madeira etc., que podem nos colocar em comunicação com a sociedade pretérita da Missão. Além do que já foi dito, cabem outras interrogações a respeito da ocupação pré-histórica: dos elementos do culto religioso dos nativos, sobre o auxílio dos índios à procura de metais como ouro e prata ou referente aos momentos em que os nativos se amotinavam no aldeamento contra as autoridades, também se a presença de variadas etnias no local gerou uma cultura material capaz de diferenciar cada um dos grupos.

---

<sup>168</sup> KERN, Arno A. A Arqueologia Histórica, a História e os trinta povos das missões. **CLIO**. Recife, nº 5, 1989, p.104 e 108.



FIGURA 08  
MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA  
HIDROGRAFIA E ALDEAMENTO



Fonte: DER-SE, 1996  
Elaboração: Pedro Abelardo  
Digitalização: Hunaldo Lima



Igreja de São Pedro, 2002. Sede do Aldeamento de São Pedro do Porto da Folha desde o período colonial. Nos dias atuais é utilizada pelos índios Xocó. Foto: Fabrícia Oliveira Santos.

## ALDEAMENTO DO JACARÉ

O aldeamento do Jacaré foi instituído nas cabeceiras do rio Jacaré, próximo da Serra Negra, acidente geográfico que divide os municípios de Poço Redondo (distante 184 km de Aracaju) e Pedro Alexandre, na Bahia. O Jacaré não é contemplado como aldeamento por nossa historiografia. As fontes da época o mencionam como pertencente à Capitania de Pernambuco. De fato, a fronteira entre a Bahia e Pernambuco no início do século 19 era incerta. Havia disputa de propriedades entre as poderosas famílias Garcia D'Ávila e Burgos, desta e daquela capitania. Durante a Colônia a área de Pernambuco se estendia pelo lado esquerdo do São Francisco até chegar a Minas Gerais, essa porção só foi perdida durante o Império. Por ser uma região de fronteira entre quatro capitanias, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Alagoas, é certo que os indígenas do sertão ainda não aldeados àquela altura transitavam por todas elas.

Vital de Frescarolo classifica os topônimos sergipanos de Serra Negra e rio Jacaré como pertencentes à Capitania de Pernambuco; na verdade, essas duas localidades desde o século 19 denominam um rio e uma serra de Sergipe. De acordo com Milliet de Saint-Adolphe, Jacaré era uma *“Porção da Serra Negra, limítrofe da província de Pernambuco e de Sergipe”*, habitada *“pela tribo dos Chocos”*. Segundo o mesmo autor, esse povo era descendente dos Tupinambá que viviam no litoral brasileiro. Os Xocó eram *“pouco adiantados em civilização”*, e, por volta de 1820 e 1830, achavam-se derramados

nas adjacências do riacho Jacaré.<sup>169</sup> Hoje, a Serra Negra limita Sergipe e Bahia; o rio Jacaré nasce nesta serra e após correr cerca de dez léguas por terras agrestes deságua no São Francisco, três léguas ao leste de Canindé do São Francisco. Por ser um rio intermitente fica sem água durante a maior parte do ano.

A presença dos Xocó na região significa que esse grupo retornou de Pão de Açúcar, onde originalmente foram reduzidos, para Sergipe; ficaram espalhados pelas margens do rio Jacaré, de onde aos poucos foram se aproximando da Ilha de São Pedro, enquanto outros indivíduos foram aculturados.

A formação do aldeamento do Jacaré no alto sertão sergipano ocorreu em 1802, através do capuchinho italiano Vital de Frescarolo. Tudo indica se tratar de uma missão de vida curta, sendo seus ocupantes da nação Pipipã (grafado Pipipão por Frescarolo), provavelmente transferidos para a secular missão de São Pedro. A ação de Vital de Frescarolo no sertão começou por volta de 1778, visando reunir os últimos índios sertanejos ainda vivendo em liberdade. Encontrou muita resistência entre estes, por terem medo que a catequese fosse um plano de vingança em retaliação pelos constantes atritos que tinham com os colonizadores pernambucanos, como outrora ocorreu com outros grupos que depois de reunidos em uma igreja foram mortos à espada.<sup>170</sup>

Os índios “Pipipã” eram originários das cabeceiras do rio Moxotó, que hoje serve de divisa entre Alagoas e Pernambuco. Embora ocupassem uma área típica da família lingüística Cariri, os Pipipã são classificados por Kurt Nimuendaju como falantes de uma língua desconhecida que poderia ser Cariri. A falta de elementos consistentes impede os estudiosos contemporâneos de firmar uma posição. O grupo, composto por cento e

---

<sup>169</sup> SAINT-ADOLPHE, J.C. Milliet de. **Dicionário da Província de Sergipe**. Edição, introdução e notas de Francisco José Alves e Itamar Freitas. Idem. p.55.

<sup>170</sup> “Informações sobre os Índios bárbaros dos certões de Pernambuco. Ofício do bispo de Olinda [Dom Jozé]”, 1804. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert e C., 1883, tomo 46, p.103-4.

quatorze indivíduos, ciente da vinda do missionário aguardava escondido no mato. O padre deveria acompanhá-lo até o lugar chamado Jacaré, distante doze dias de jornada do seu lugar original. A escolha do Jacaré ocorreu devido às possibilidades alimentícias como a existência de “*muito mel e bicho para comer*”, além disso, plantariam mandioca “*na serra do Periquito, distante deste Jacaré três léguas boas, e já perto da Serra-Negra*”.<sup>171</sup> A região onde a missão foi instalada era disputada pelas famílias da Casa da Torre da Bahia e dos Burgos pernambucanos. Tal fato comunicado às autoridades motivou a não construção de uma igreja e a desintegração da missão alguns anos mais tarde.

Ainda entre os Pipipã, Vital de Frescarolo manteve contato com a Nação Xocó, convidando-a participar do aldeamento. Este grupo era “*um resto de gentios brabos*”, diz o padre, que andavam pelos matos das cabeceiras do rio Piancó e “*travessia dos Cariris-Novos*”, em Pernambuco. Isto é, entre os rios Moxotó e Pajeú. Em janeiro de 1803 enviaram representantes até a missão do Jacaré com a finalidade de conhecer a localidade. Em março, enquanto os índios Pipipã da Missão do Jacaré eram empossados com as patentes de capitão-mor, sargento-mor, capitão e alferes, chegaram os trinta e seis indivíduos Xocó. Em seguida foram promovidos os batismos e casamentos. Concluiu-se que os Xocó, além de não se dar bem com os Pipipã “*não podiam acostumar-se à caçar em matos de tantos espinhos*”, mas como não podiam mais viver livres “*nos matos*”, ficaram anistiados de tudo desde que escolhessem uma missão para residir. Eles optaram por Olho d'Água da Gameleira, em Pernambuco, onde se agregaram às etnias Umã e Vouvé (Umão e Vouê na pena de Frescarolo), grupos de línguas desconhecidas que viviam em áreas típicas dos Cariri. Na Missão do Jacaré ficou apenas os Pipipã, “*a nação mais braba*”, com cento e trinta e cinco pessoas. A política dos aldeamentos visava extinguir de Pernambuco os “*gentios brabos nos matos*”, segundo Vital de Frescarolo, que pudessem “*desgostar os*

<sup>171</sup> “Carta do frei Vital de Frescarolo, Jacaré, Sertão da Serra Negra, 4 set. 1802”, **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico Brasileiro**. R.J.: Typ. Universal de H. Laemmert e C., 1883, tomo 46, p.107-9.

*moradores*” e os planos do Governo Português. Devido aos índios terem um modo de vida inconstante, eram necessárias algumas medidas para garantir sua perseverança nos aldeamentos até viverem “*mansos, e pacíficos*”.<sup>172</sup>

Ao se constituir o aldeamento, no princípio do século 19, ocorreram várias mudanças na vida dos indígenas, através da incorporação da cultura material ocidental. Os índios do Jacaré que antes andavam embrenhados pelos ásperos sertões da Serra Negra, sem contato com gente branca, vivendo “*como brutos nos matos na pura lei da natureza, com irremediável perca*” das suas almas, agora catequizados e aldeados, necessitavam do auxílio das autoridades na forma de ferramentas para garantir a continuidade da missão. Os nativos sertanejos revelaram que ainda tinham medo das bandeiras que, antes da chegada do capuchinho, os perseguiram e aprisionaram.<sup>173</sup> Os territórios originais das quatro nações agrupadas na época eram: sertão da Serra Negra, Terra Nova, cabeceiras do rio Piancó e travessia dos Cariris Novos, no lado pernambucano. Na opinião do capuchinho os índios viveram até aquele momento “*à maneira de brutos*”.<sup>174</sup>

A Missão do Jacaré, em estado deplorável por vivenciar uma grande seca em 1802, carecia de ferramentas para a lavoura, vestimentas e alimentos para se sustentar. O socorro consolidaria o aldeamento, pois os índios estavam contentes e perdendo “*todo o medo*” de se aldearem, tanto que alguns indivíduos contentes diziam não mais querer viver no mato e preferir “*viver e morrer em casa*”.<sup>175</sup>

Por ocasião dessa catequese, as autoridades religiosas ressaltavam a economia indígena que poderia ser explorada em escala comercial para o bem do Estado. Entre os produtos manufaturados pelos nativos se destacava o crauá, fibra usada para fazer tecido e

---

<sup>172</sup> “Carta do frei Vital de Frescarolo, Pernambuco, 10 jan. de 1804”. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico Brasileiro**. R.J.: Typ. Universal de H. Laemmert e C., 1883, tomo 46, p.111-112.

<sup>173</sup> “Carta dos índios da missão do Jacaré”, 1804?”. **RIHGEB**. Idem. p.115 e 117.

<sup>174</sup> “Carta do frei Vital de Frescarolo, capuchinho italiano, Pernambuco, 1804”. **RIHGEB**. Idem. p.117.

<sup>175</sup> “Carta do frei Vital de Frescarolo, Jacaré, Sertão da Serra Negra, 4 set. 1802”, **RIHGEB**. Idem. p.109-10.

o tauá, tinta empregada na pintura do corpo. Houve, inclusive, projeções de como a fibra poderia alimentar a manufatura de corda, caso fosse instalada junto das margens do rio São Francisco “*onde estão situados aqueles índios*”. O produto seria conduzido pelo rio até a Vila do Recife; no caso das manufaturas situadas mais para o sertão, o produto seria conduzido “*em bestas*” por uma estrada nova construída entre o rio São Francisco e a Vila de Recife, provavelmente cortando o interior dessa Capitania. A estrada foi projetada para levar gado do sertão ao litoral, antes dela as reses se perdiam causando prejuízo aos seus criadores. Com tais notícias alvissareiras, procurava-se convencer o governo de Pernambuco da importância de demarcar terras para os índios e lhes fornecer ferramentas para as cultivarem. Os aldeamentos seriam tutelados por padres até que os indígenas se tornassem “*civilizados*”.<sup>176</sup>

A cultura dos indígenas ainda em uso nessa época consistia, em primeiro lugar, na língua falada que era a nativa. Depois, nos utensílios domésticos, de caça e de guerra que, na opinião dos religiosos, eram “*pobres alfaias*”. Em 1804, segundo o bispo de Olinda, dom José, todo o cabedal destes brasílicos sinalizava “*a miséria*”, a pobreza e a nudez em que se achavam nos matos. Os outros utensílios de que dispunham eram: “*arcos e flechas de guerra*”; flecha para caça “*com que se caçam e matam seus bichos*”; esteira de gravatá (cravatá) “*com que se encobrem de noite no inverno*”; aió, uma sacola de gravatá que os homens carregavam nas caçadas e as mulheres levavam suas bagagens durante as mudanças; alparcatas de gravatá; tauá, uma “*tinta vermelha, com que costumam pintar nos seus enfeites*”. A matéria-prima básica era a fibra do gravatá, perecível do ponto de vista arqueológico.

---

<sup>176</sup> “Informações sobre os índios bárbaros dos certões de Pernambuco. Ofício do bispo de Olinda [Dom Jozé]”, 1804. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert e C., 1883, tomo 46, p.105-6.

É provável que o grupo Pipipã se misturou com os Xocó e foi aos poucos migrando para outras missões, principalmente São Pedro do Porto da Folha devido à proximidade. Depois de 1804 nenhum documento lhe faz referência.

Uma análise dentro das discussões da Arqueologia da Paisagem é cabível para Jacaré e poderá esclarecer os motivos pelos quais os Pipipã escolheram a região das cabeceiras do rio Jacaré para viver. Tanto na Geografia quanto na Arqueologia, a noção de paisagem tem a ver com a cultura, isto é, a intervenção humana na natureza culmina com sua transformação em cultura. Nesse sentido, paisagem significa “*uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual*”.<sup>177</sup> O estudo da paisagem deve evidenciar o significado (simbólico) que lugares e paisagem possuem.

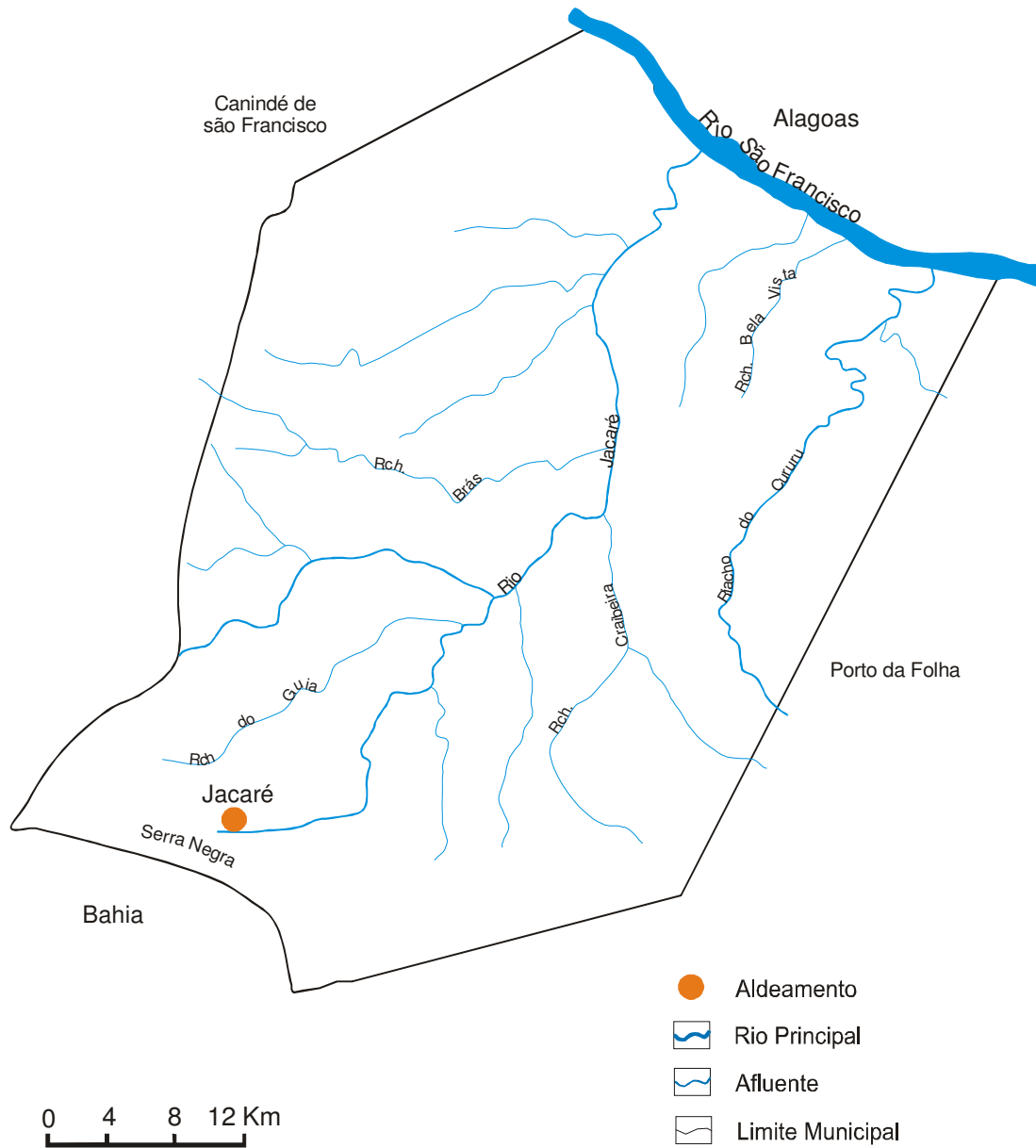
As fontes indicam que concorreram para a seleção do Jacaré como sítio de habitação o fator segurança, uma vez que a localidade era erma na época, com muito mato e um relevo acidentado servindo de esconderijo. O fator econômico também foi crucial, devido à existência de animais para caça nas matas e, da serra do “Periquito” oferecer condições para o plantio da mandioca. Outras discussões devem girar sobre os objetos de uso pessoal como bolsas, esteiras e alparcatas; o uso das fibras de craúá para fazer cordas, esteiras e bolsas (perceíveis para a arqueologia); o tauá, tinta para o corpo; a introdução das ferramentas de metal após o contato com os religiosos.

---

<sup>177</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. IN: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. p.95-100.



FIGURA 09  
MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO  
HIDROGRAFIA E ALDEAMENTO



Fonte: DER-SE, 1996  
Elaboração: Pedro Abelardo  
Digitalização: Hinaldo Lima

## Conclusões

Ao reconstruir historicamente os aldeamentos sergipanos chegamos as seguintes conclusões:

1. Diferentemente do que ocorreu em outras partes do Brasil, em Sergipe a formação dos aldeamentos não aconteceu logo após a conquista da região. Dos sete aldeamentos, seis se formaram no século 17, entre 1650 e 1700, período em que a Capitania se reerguia política e economicamente após os danos causados a seu território pela disputa entre forças portuguesas e holandesas. O sétimo reduto de nativos foi constituído no limiar do século 19, juntando um pequeno número de indivíduos que viviam em fuga e em constantes embates com os moradores do sertão.

2. Nos aldeamentos sergipanos conviviam inicialmente os Tupi, os Cariri e outras etnias; nos anos finais da colonização cresceu a penetração de brancos e negros. Assim sendo, podemos considerar os aldeamentos como sociedades mestiças, marcadas pela heterogeneidade cultural.

3. No tocante a localização, os sítios de habitação dos brasílicos não foram escolhidos a revelia de seus interesses como ocorria no século 16. Na Capitania de Sergipe, a maioria dos aldeamentos já era previamente ocupada pelos silvícolas.

4. Os aldeamentos sergipanos ao longo de quase toda sua história foram dirigidos por religiosos. Somente Água Azeda não teve a administração de padres, salvo em curtos períodos de tempos.

5. Em sintonia com o que aconteceu em outras regiões do Brasil, os aldeamentos sergipanos tiveram destinos diferenciados: tornaram-se centros urbanos como cidades (Tomar do Geru, Japaratuba e Pacatuba) e vilarejos (Ilha de São Pedro); fazendas (Água Azeda); ou extinguiram-se (Aracaju e Jacaré).

6. Nas comunidades indígenas sergipanas estudadas, os nativos tinham como função ficar à disposição das necessidades dos colonos que residiam no seu derredor, como força de trabalho para os proprietários rurais e os serviços públicos (abertura de estradas, drenagens de rios etc.), e como força militar (guerra contra mocambos e índios rebeldes).

7. Assim como ocorria em outros aldeamentos fora de Sergipe, a população nativa em sempre esteve concentrada no vilarejo. Por serem locais de práticas agrícolas permaneciam certos traços rurais, entre eles a dispersão da população, fato que explica o crescente decréscimo demográfico. Do mesmo modo ocorreu a mobilidade de aborígenes entre aldeamentos distintos.

8. Da constante relação entre os índios e a sociedade colonial resultou a confluência da cultura milenar dos brasílicos e o modo de vida europeu, influenciando as formas de sobreviver, se comportar e lidar com as crenças religiosas.

9. Os sítios indígenas sergipanos de outrora, provavelmente oferecem aos futuros investigadores de Arqueologia Histórica uma gama de artefatos que, desenterrados podem revelar como era o relacionamento dos índios entre si e com a sociedade envolvente. Também pode esclarecer a mentalidade dos indígenas indiciada na confecção dos objetos. Aliando tais fontes com os documentos escritos poderão ser preenchidas várias lacunas da historiografia sergipana. O subsolo dessas localidades esconde elementos da cultura material que, analisados ajudarão no entendimento da contribuição de experiências locais para a formação da sociedade sergipana.

## Bibliografia

- ALVES, Francisco José. Indígenas de Sergipe Colonial: os Cariri. **Sergipe Mais**, Aracaju, n. 44, p. 18-19. Fevereiro 2003.
- ANDRADE LIMA, T. **Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2002, p.1-2, (texto inédito).
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BEZERRA, F. **Etnias sergipanas**. Aracaju: Livraria Regina, 1950.
- CAPISTRANO DE ABREU, João (1853-1927). **Capítulos de história colonial: 1500-1800 e Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. IN: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: ED. UERJ, 1998.
- DANTAS, B. G. História dos grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe. **Revista de Antropologia**. Vol. 30, 31, 32. São Paulo, USP, 1987/88/89.
- DANTAS, B. G. A tupimania na historiografia sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 29, 1983-87.
- DANTAS, B. G. A Missão indígena do Geru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 28, 1979-1982.
- DANTAS, B. G. e DALLARI, D. de A. **Terra dos índios Xocó: estudos e documentos**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1980.
- DANTAS, B. G. Índios e brancos em conflito pela posse da terra (Aldeia de Água Azeda – século XIX). **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo, 1976, vol. II.
- DANTAS, Beatriz G. et alii. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. IN: CUNHA, Manuela C. (org). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria M. de Cultura, FAPESP, 1992.
- FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Gov. Estado de Sergipe, 1977.
- FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 22ª ed. RJ: Livraria José Olimpio editora, 1983.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **Enforcados: o índio em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto Sul-Americano. IN: **Cultura material e Arqueologia Histórica**. Campinas: UNICAMP, IFCH, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **La Arqueología de las ciudades españolas y portuguesas en sudamérica una aproximación comparativa**. 2002. <http://www.naya.org.ar/articulos/arqueo05.htm> (copiado em 05/08/2002).

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Teoria arqueológica na América do Sul**. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, 1998.

HODDER, Ian. Revisão dos debates teóricos na Arqueologia contemporânea. IN: **Archaeology theory today**. Cambridge/USA: Polity, 2001. (tradução do autor).

HOHENTHAL JR. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. **Revista do Museu Paulista**. SP: 1960, v,12.

HOLLANDA, Aurélio B. **Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI**. Novembro de 1999.

HOORNAERT, Eduardo. Et alli. **História da Igreja no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, 1992.

KERN, Arno Alvarez. A Arqueologia Histórica, a História e os trinta povos das missões. **CLIO**. Recife, nº 5, 1989.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. RJ: Imp. Nacional, 1943, v.4.

LEITE, Serafim. **Breve História da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760**. Braga; Portugal: Livraria Apostolado da Imprensa, 1993. p.70. (RGPL CC1 10 D12).

MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **A redução de Nossa Senhora da Candelária do Caaçapamini (1627-1636): o impacto da missão sobre a população indígena**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

**Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002.

MAMIANI, Luiz Vicencio. **Catecismo Kiriri, 1698**. Edição fac-similar; anotações de Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Del Rey; população, economia e sociedade**. Aracaju: FUNDESC, 1986.

NAJJAR, Rosana P. Mendes. **Catequese em pedra e cal: estudo arqueológico de uma igreja jesuítica (N. S. da Assunção/Anchieta/ES)**. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, 2001. (Dissertação).

NUNES, Mª. Thétis. **Sergipe Colonial I**. Aracaju: UFS; RJ: Tempo Brasileiro, 1989.

- OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1961.
- ORSER JR., Charles. **Introdução à Arqueologia Histórica**. BH: Oficina de Livros, 1992.
- PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo, EDUSP, 1995.
- PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. Conflitos entre colonos e jesuítas na América portuguesa. V Congresso Brasileiro de Historia Econômica. **Anais / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**. Belo Horizonte: ABPHE, 2003.1 CD-ROM.
- PRIMERIO, Frei Fidelis M. de. **Capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos séculos 17, 18 e 19**. São Paulo: 1940.
- PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, EDUSP, FAPESP, 2002.
- RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil**. Santa Maria, RS: Palotti, 1981-1993, vol.2.
- RUBERTONE, Patrícia E. Landscape as artifact. Comment on “the archaeological use of landscape treatment in social, economic and ideological analysis”. **Historical Archaeology**. New York, 23 (1): p.50-4, 1989.
- SOUZA, Kátia M<sup>a</sup> de Araújo. **As missões capuchinhas no Baixo São Francisco sergipano, séc. XVII e XVIII: o altar e o trono no período colonial**. Aracaju: UFS, 1997. (Dissertação).
- SENATORE, Maria Ximena e ZARANKIN, Andrés. Leituras da sociedade moderna: cultura material, discursos e práticas. IN: **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002.
- SILVA, Clodomir [1892-1932]. **Revista de Aracaju**. Prefeitura de Aracaju, 2003, nº10. 279-87.
- SOUSA, Ana Cristina de. Caminhos enquanto artefatos: relações sociais e econômicas no contexto do Caminho Novo e suas variantes (séculos XVIII e XIX). **Historical Archaeology in Latin America**. Columbia. 1995, vol. 6.
- SOUZA, Marcos André T. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. IN: SENATORE, M. X. E ZARANKIN, A. **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002.
- TAUNAY, Affonso de E. **História geral das bandeiras paulistas (1691-1683)**. São Paulo: Tip. Ideal-Heitor L. Canton, 1928. tomo 4.

## Fontes

ANTONIL, André João. (1649-1716). **Cultura e opulência do Brasil** (1ª edição de 1711). Recife: Museu do Açúcar, 1969.

Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. II-33, 16, 3, Folha 14. apud. MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey**; população, economia e sociedade. Aracaju: FUNDESC, 1986.

CALDAS, José Antonio. Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Bahia, nº 57, 1931.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1980.

“Carta sobre assistirem os Religiosos Capuchos Italianos, nas missões do Rio de São Francisco”, Lisboa, 10/12/1709. **Documentos Históricos, 1692-1712**. RJ: Typ. Arch. de Hist. Brasileira, 1936. v. 34.

“Cópia do ofício do frei Doroteu de Loreto, à Câmara Municipal”. São Pedro, 24/02/1872. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Carta do frei Vital de Frescarolo, Jacaré, Sertão da Serra Negra, 4 set. 1802”, **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert e C., 1883, tomo 46.

“Carta do frei Vital de Frescarolo, Pernambuco, 10 jan. de 1804”. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert e C., 1883, tomo 46.

“Carta dos índios da missão do Jacaré, 1804?”. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico Brasileiro**. R.J.: Typ. Universal de H. Laemmert e C., 1883, tomo 46.

“Carta do Frei Vital de Frescarolo, capuxinho italiano, Pernambuco, 1804”. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert e C., 1883, tomo 46.

“Carta do frei Vital de Frescarolo, Pernambuco”, 15 fev. 1804. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico Brasileiro**. R.J.: Typ. Universal de H. Laemmert e C., 1883, tomo 46.

“Carta de Manoel da Fonseca, 5 mar. de 1600”, IN: FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro: Vozes; Aracaju: Governo do Estado, 1977.

“Carta de Martin Lopes, 24.4.1600”, IN: FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Gov. Estado de Sergipe, 1977.

“Carta dos padres da Companhia de Jesus”. IN: \_\_\_\_\_. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Gov. Estado de Sergipe, 1977.

“Carta de Patente do posto de capitão (Fernão Carrilho) das entradas que se fizeram aos mocambos das capitânicas da Bahia e Sergipe del-Rei”, 1669. **Documentos Históricos, 1668-1677**. Rio de Janeiro: Augusto Porto e C., 1929, Vol. 12.

“Carta que se escreveu ao Provincial da Companhia para mandar dar da Aldeia Juru e Cana Brava os Índios que lhe pedir”, Bahia, 22/09/1721. **Documentos Históricos, 1720-1722**. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1939, vol. 44.

“Carta de Patente de Capitão dos Índios da aldeia Aracajú, provida em João Mulato”. Salvador, 4 nov. 1669. **Documentos Históricos, 1668-1677**. Rio de Janeiro: Augusto Porto e C., 1929, v.12.

“Carta para o Capitão-mor de Sergipe del-Rei sobre dar 30 Índios para uma entrada que se manda fazer aos mocambos”. Bahia, 23 out. 1674. **Documentos Históricos, 1670-1678**. Rio de Janeiro: Augusto e Porto e C. v. 8.

“Carta para o Capitão(\*) para a farinha do comboio”. Bahia, 19 jul. 1673. **Documentos Históricos, 1670-1678**. Rio de Janeiro: Augusto Porto e C, 1929, vol. 8.

“Carta Patente do posto de capitão de toda a gente que se manda á entrada dos mocambos da Jeremoaba, em Fernão Carrilho”, Salvador, 21 maio de 1668. **Documentos Históricos, 1668-1667**. Rio de Janeiro: Augusto Porto e C., 1929, vol.12.

“Carta para o Provincial da Companhia de Jesus, sobre o Gentio”, Bahia, 26 mar. 1716. **Documentos Históricos, 1712-1716**. Rio de Janeiro: TYP. Batista de Souza, 1938. vol 42.

CASAL, Manuel Aires. **Corografia brasílica ...** (1ª edição 1817) BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1976.

“Dissertações Alteradas e Resolutas para Melhor Averiguação da Verdade Histórica do Brasil” [1724]. Apud: CASTELO, José Aderaldo (org.). **O movimento academicista no Brasil**. SP. Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1971. v.1. tomo 5, 2ª parte.

**Documentos Históricos do Arquivo Municipal**. Cartas do Senado, 1680 [1673-1684]. Prefeitura do Salvador-Bahia. 2ºVol.

**Documentos Históricos do Arquivo Municipal**. Cartas do Senado. 1638-1673. Bahia, 14 de ago. de 1671. Prefeitura do Município de Salvador-Ba. 1951. 1º volume.

“Documento nº 19a. Página LXXVIII (anexo ao documento nº 19) Memorial das terras do extinto morgado do Porto da Folha da Província de Sergipe”. 21julho de 1883. **Arquivo Público do Estado de Sergipe**. Fundo Governo. Pacotilha 1308.

FRANÇA, G. S. (1632-1724): “Dissertações de História Eclesiástica do Brasil” [1724]. Apud: CASTELO, J. A. (org.). **O movimento academicista no Brasil**. São Paulo: Secretaria da Cultura Esp. e Turismo, 1971, v. 1, t. 5.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.



“Informações sobre os Índios bárbaros dos certões de Pernambuco. Ofício do bispo de Olinda [Dom Jozé]”, 1804. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert e C., 1883, tomo 46.

“Lista das nove Missões de que os carmelitas descalços tinham tomado posse ou iam tomar...”, 20 set. 1702. IN: REGNI, Pietro Vittorino. **Os Capuchinhos na Bahia**. Salvador: Casa P. dos Capuchinhos, 1988, v. I.

“Missões no curso inferior do Rio São Francisco de 1670 a 1700”, IN: REGNI, Pietro Vittorino. **Os Capuchinhos na Bahia**. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988, v.I.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que de razão do Estado do Brasil - 1612**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. Tradução de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979.

“Ofício de Joaquim Martins Fontes, Capitão-Mor da Vila de Lagarto, para Manoel Clemente de Albuquerque”. Engenho Barra, 22/07/1826. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Ofício de Antonio Velanes Francisco, Sargento-Mor Comandante, para o Presidente da Província”. Tomar do Geru, 02/07/1824. In: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Ofício de Francisco Tomas da Moura, vigário, ao Presidente da Província”. Tomar do Geru, 16/08/1827. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Ofício de Silvestre Moreira Guimarães ao Vice-Presidente da Província”. Tomar do Geru, 03/09/1859. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Ofício de Manoel Clemente Cavalcante de Albuquerque, Presidente da Província, [para o Ministro do Império]”. São Cristóvão, 13.07.1825. **Arquivo Público do Estado de Sergipe**. Fundo Governo G 1. Pacotilha 267.

“Ofício de Henrique Luís de Araújo Maciel, Capitão-mor [para o Presidente da Província]”. Água Azeda, 11.08.1826. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Ofício de Bernabé Francisco Fonseca, Capitão-Mor”. Quartel da Conceição, 25/09/1826. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Ofício de Inácio José Vicente da Fonseca ... [para o Ministro do Império]”. São Cristóvão, 10/02/1829. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Ofício de José de Sá Bitencourt de Câmara, Presidente da Província, para o brigadeiro José Antonio Neves Horta”, Sergipe, 09/09/1844. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Ofício de Antonio Francesco de Paula, da Diretoria de Terras Públicas e Colonização, ao Presidente da Província de Sergipe”. Rio de Janeiro, 20/06/1866. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. SP: FAPESP, 1994.

“Ofício de Casemiro de Sena Madureira, juiz de Vila Nova”. Vila Nova, 04/03/1872. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. SP: FAPESP, 1994.

“Ofício de Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão [para Ministério da Agricultura]”. Aracaju, 26/04/1873. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Ofício de Bento de Melo Pereira para o Vice-Presidente da Província”. Vila Nova, 19/12/1826. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Ofício de Francisco Martins da Cruz para o Presidente da Província”, Vila Nova, 29/10/1826. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. SP: FAPESP, 1994.

“Ofício de José Guilherme da Silva Martins ao Comandante Interino das Ordenanças da Vila de Penedo”, Engenho Anhumas, 09/02/1930. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. SP: FAPESP, 1994.

“Ofício do vigário de São Pedro ao Presidente da Província”, 06/04/1823. apud. DANTAS, Beatriz G. DALLARI, Dalmo A. **Terra dos índios Xocó: estudos e documentos**. São Paulo: Editora Parma, 1980.

“Ofício do frei Doroteu de Loreto, ao Presidente da Província”, Porto da Folha, 19/11/1859. IN: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Et. alii. (orgs.). **Documentos para a História indígena no Nordeste**. São Paulo: FAPESP, 1994.

“Ordem que se passou ao capitão do Campo Simão Fernandes Madeira para ir aos mocambos. Bahia, 27 ago. 1664”. **Documentos Históricos, 1660-1670**. Rio de Janeiro: Augusto Porto e C., 1929, v.7.

“Ordem que se passou ao Padre Provincial da Companhia para se recolherem os índios que andam fora de suas aldeias”. **Documentos Históricos, 1651-1693**. Rio de Janeiro: Typ. Arch. de Hist. Brasileira, 1936. V. 32.

“Ordem para o cabo, que vae aos Mocambos da Capitania de Sergippe Del-Rei ...”, Bahia, 22 jan. 1662. **Documentos Históricos, 1660-1670**. Rio de Janeiro: Augusto Porto e C., 1929, v. 7.

“Ordem que o governador Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendoça passou ao reverendo padre frei Anastácio de Odierno acerca se não entender com índios Aramarús”. Bahia, 23 out. 1672. **Documentos Históricos, 1670-1678**. Rio de Janeiro: Augusto Porto e C., 1929. vol. 8.

“Patente de capitão da aldeia do Poxim provida no Índio Gonçalo de Sousa”, Salvador, 8 fev. 1673. **Documentos Históricos, 1668–1677**. RJ: Augusto Porto e C., 1929, vol. 12.

“Patente de capitão da gente que acompanha as pessoas que forem ao descobrimento, e averiguação das Minas do Rio de São Francisco”, 30 mar. 1672. **Documentos Históricos, 1668–1677**. Rio de Janeiro: Augusto Porto e C., 1929, Vol. 12.

“Patente de Capitão-Mor da entrada que Vossa Senhoria manda fazer as Aldeias das Guarguaes, provido em o Capitão Francisco Dias de Ávila”, Cidade do Salvador, 5 jul. 1664. **Documentos Históricos, 1668-1667**. Rio de Janeiro: Augusto Porto e C., 1929, vol. 12.

“Patente de Superintendente do descobrimento das Minas do Rio de São Francisco na pessoa do capitão Bento Surrel”. Salvador, 05.04.1672. **Documentos Históricos, 1668–1677**. RJ: Augusto Porto e C., 1929, v. 12.

PITA, Sebastião da Rocha [1660-1738]. **História da América portuguesa [1724]**. BH; Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

“Portaria para o Provedor-mor da Fazenda Real dar ao Frei Anastácio de Audierne o que lhe for necessário”. Bahia, 3 jun. 1673. **Documentos Históricos, 1670-1678**. Rio de Janeiro: Augusto e Porto e C., 1929. v. 8.

“Portaria que se passou a Simão Fernandes Madeira Capitão do Campo para ir aos Mocambos da Tabayana e Seregippe Del-Rei”, Bahia, 13 out. 1663. **Documentos Históricos, 1660-1670**. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C., 1929, vol. 7.

“Portaria que se passou para ir ao mocambo Antonio Paes, e Manuel Moreira”, Bahia, 10 maio de 1664. **Documentos Históricos, 1660-1670**. RJ: Augusto Porto & C., 1929, v. 7.

“Provisão pela qual sua Majestade é servido mandar se metam de Posse os índios do Surú das suas terras”, Lisboa, 17.9.1721. **Documentos Históricos, 1670-1699**. Rio de Janeiro: TYP. Batista de Souza, 1944. v. 64.

“Relação dos habitantes da Freguesia Missão de São Pedro do Porto da Folha, seus nomes, (...) em 1829”. apud. DANTAS, Beatriz G. DALLARI, Dalmo A. **Terra dos índios Xocó: estudos e documentos**. São Paulo: Editora Parma, 1980.

“Regimento que levou Fernão Carrilho que foi por Capitão para fazer entradas aos mocambos de Jeremoabo”. Bahia, 21 maio 1669. **Documentos Históricos, 1648-1672**. Rio de Janeiro: Augusto Porto e C, 1928, vol. 4.

“Registro da Carta de Patente do posto de sargento-mor da ordenança de Sergipe de El-rei provido na pessoa e Manuel Martins Brandão”. Lisboa, 25 out. 1709. **Documentos Históricos, 1699-1711**. Rio de Janeiro: Typ. Batista de Souza, 1943, vol 59.

“Relação das missões do São Francisco conforme um memorial anônimo e sem data...”, 18 dez. 1698, IN: REGNI, P. V. **Os Capuchinhos na Bahia**. Salvador: Casa Prov. dos Capuchinhos, 1988, vol. I.

“Representação de Antonio Gomes Ferrão Castelbranco (1786-1798)”, IN: DANTAS, B. G. **Terras dos índios Xocó: estudos e documentos**. São Paulo: Editora Parma, 1980.

SALVADOR, Frei Vicente do [1564-1639]. **História do Brasil, 1500-1627**. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

SAINT-ADOLPHE, Jean-Claude Milliet de. **Dicionário da Província de Sergipe**. Edição, introdução e notas de Francisco José Alves e Itamar Freitas. S. Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: F. Oviedo Teixeira, 2001.

“Segunda Provisão de El-Rei em que manda aos Governadores façam restituir as terras aos índios que os moradores lhes tiverem tomado”. Salvador, 2/03/1652 (petição de 3 jan. de 1583). **Documentos Históricos (Cia. de Jesus – Bahia, 1727 – tomo 2º)**. 1670-1699. Rio de Janeiro: Typ. Batista de Souza, 1944, vol. 64.

SOUZA, Antonio Moniz de [1782-1857]. **Viagens e observações de um brasileiro (1834)**. 3ª ed. Salvador: IGHB, 2000.

SOUZA, Marcos Antonio de. **Memória sobre a Capitania de Serzipe [1808]**. 2ª ed. Aracaju: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1944.

“Sumário de Testemunhas produzido em prova da conta que deram os índios da Missão de São Pedro contra seu Reverendo Pároco (1818)”. Apud. DANTAS, Beatriz G. DALLARI, Dalmo A. **Terra dos índios Xocó: estudos e documentos**. São Paulo: Editora Parma, 1980.

“Título da Carta que escreveu Rubellio Dias, 6 fev. 1637”, **Documentos Histórico do Arquivo Municipal**. Atas da Câmara: 1625-1641. Prefeitura M. do Salvador-Bahia : 1949. v.1.

“Vereação que fizeram os oficiais da Câmara, 8 ago. 1626”. **Documentos Históricos do Arquivo Municipal**. Atas da Câmara: 1625-1641. Prefeitura de Salvador-Bahia, 1949. v.1.